

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Felipe Rodrigues Echevarria

**DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS NA OBRA *VOCABULARIO GAÚCHO*
DE ROQUE CALLAGE**

Santa Maria, RS
2016

Felipe Rodrigues Echevarria

**DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS NA OBRA *VOCABULARIO GAÚCHO* DE ROQUE
CALLAGE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Sturza.

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rodrigues Echevarria, Felipe
Designações de sujeitos na obra Vocabulário Gaúcho de Roque Callage / Felipe Rodrigues Echevarria.- 2016.
113 p.; 30 cm

Orientador: Eliana Rosa Sturza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2016

1. Designação 2. Enunciação 3. História das Ideias Linguísticas 4. Linguajar gaúchesco I. Rosa Sturza, Eliana II. Título.

Felipe Rodrigues Echevarria

**DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS NA OBRA *VOCABULARIO GAÚCHO* DE ROQUE
CALLAGE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovado em 16 de dezembro de 2016:

Eliana Rosa Sturza, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Camilla Baldicera Biazus, Dra. (URI)

Taís da Silva Martins, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Durante minha jornada até a conclusão desta dissertação, muitas pessoas contribuíram, de uma maneira ou de outra, para a concretização de meu tão sonhado Mestrado em Estudos Linguísticos. Nada mais justo do que dar *gracias* a estas pessoas pelas quais tenho grande apreço.

Em primeiro lugar, à minha querida professora e orientadora Eliana Rosa Sturza, pela confiança depositada em mim, pela paciência – afinal venho de uma outra área, que é a Comunicação Social – Habilitação Publicidade e Propaganda – e pelos ensinamentos. Agradeço também por ter sido responsável pela realização de dois sonhos: o intercâmbio na Colômbia e o mestrado.

Aos meus pais, Carlos Eugenio Echevarria e Lindamir Rodrigues Echevarria pelo apoio e suporte. Também à minha irmã Grace, meu sobrinho João Pedro e à minha tia Bete e ao meu tio Manoel.

Às demais professoras do PPGL, em especial à professora Verli Petri, que com seu vasto conhecimento sobre dicionários, contribuiu de maneira significativa nesta dissertação, além de aceitar fazer parte de minha banca. Um agradecimento especial também para o secretário Jandir.

Às colegas de mestrado Adrielle Dias, Damaris Cristobal, Denise Machado, Emmanuelle Coutinho, Luciana Ronsani, Suelen Haygert e Valeria Silveira.

Às colegas da Graduação em Letras – Licenciatura – Habilitação Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola (que um dia pretendo retomar!), Camila Jaques, Mariana Teles, Paula Cabrera e Tania Caballero, pela amizade sincera e pela cumplicidade. Ao amigo Mateus Pacheco por todos os “posos” e ajudas. Às amigas que conheci no intercâmbio, Fátima Hendges e Gabriella Quevedo, obrigado pela força, ainda que à distância.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram, cada uma de uma maneira distinta, para a realização deste mestrado.

Los quiero a todos. ¡Muchísimas gracias!

RESUMO

DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS NA OBRA *VOCABULARIO GAÚCHO* DE ROQUE CALLAGE

AUTOR: Felipe Rodrigues Echevarria

ORIENTADORA: Eliana Rosa Sturza

O presente trabalho está inscrito na História das Ideias Linguísticas (HIL), área que estuda, sobretudo, a produção de instrumentos linguísticos que se faz no Brasil desde o século XVI. Instrumentos linguísticos são, segundo Auroux (1992), os principais pilares de nosso saber metalinguístico, resultantes da Revolução Tecnológica da Gramatização. Além de gramáticas e dicionários, vocabulários e glossários também são considerados instrumentos linguísticos. Nosso objeto de pesquisa trata-se da obra *Vocabulário Gaúcho*, produzida no ano de 1928 pelo autor santa-mariense Roque Callage, que coletou verbetes típicos falados pela sociedade gaúcha. Entendemos que, dentre outros fatores, é pela língua que o gaúcho constrói sua identidade regional. Nosso corpus está estruturado da seguinte maneira: deste vocabulário, recortamos 132 verbetes, tendo como critério de seleção verbetes que designam sujeitos. Logo após, os separamos nas seguintes categorias: 1. Os que designam classe social. 2. Os que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem. 3. Os que designam a raça/etnia do sujeito. 4. Os que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito. 5. Os que apresentam características físicas dos sujeitos. 6. Os que designam mulheres. Depois de apresentarmos os sentidos apresentados por estes verbetes, selecionamos nove: *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirú*, *chirúa*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* e *morocha*, mobilizando os conceitos de designação, descrição e definição para a análise. A escolha destes nove verbetes se deve ao fato de que eles nos revelam as condições sócio-históricas da época em que *Vocabulário Gaúcho* foi produzido. A maioria dos verbetes apresentados na obra de Callage está no masculino e os poucos que estão no feminino apresentam sentidos pejorativos, como é o caso de *bruáca*, *china*, *chirúa* e *gasguita*. Esta análise nos revela um Rio Grande do Sul dominado por homens, onde o gaúcho é bastante valorizado; suas qualidades como virilidade e habilidade com o cavalo são enaltecidas, enquanto as mulheres, sobretudo as mulheres de interior, conforme nos diz Hilaire (1997), permanecem restritas ao âmbito doméstico. Assim, confirmamos os pressupostos teóricos trazidos por Nunes (2006b), de que dicionários são objetos discursivos. Apesar de nosso objeto de pesquisa ser um vocabulário, ele apresenta funções semelhantes às dos dicionários, de maneira que as designações apresentadas pelos verbetes analisados estão revestidas de história, sobretudo da História do Rio Grande do Sul, portanto trazem um discurso sobre a história do estado.

Palavras-chave: Designação. Enunciação. História das Ideias Linguísticas. Linguajar Gauchesco.

ABSTRACT

DESIGNATIONS OF SUBJECTS IN THE ESSAY VOCABULARIO GAÚCHO OF ROQUE CALLAGE

AUTHOR: Felipe Rodrigues Echevarria
COUNSELOR: Eliana Rosa Sturza

The present work is inscribed in the History of Linguistic Ideas (HLI) that studies, mainly, the production of linguistic instruments, this has been done in Brazil since the 16th Century. Language tools are, according to Auroux (1992), the main pillars of our metalinguistic knowledge, resulting from the Technological Revolution of Grammatization. In addition to grammar and dictionaries, vocabularies and glossaries are also considered language tools. Our object of research is the work *Vocabulário Gaúcho*, produced in the year 1928 by the Santa Marian author Roque Callage, who collected typical entries spoken by the gaucho society. We understand that, among other factors, it is through the language that the gaucho builds his regional identity. Our corpus is structured as follows: from this vocabulary, we cut out 132 entries, using selection criteria that designate subjects. Soon after, we separate them into the following categories: 1. Those who designate social class; 2. Those who designate a geographical and belonging issue, which indicates where the subject comes from; 3. Those who designate the race/ethnicity of the subject; 4. Those that indicate the occupation and/or profession of the subject; 5. Those that have the physical characteristics of the subjects; 6. Those who designate women. After showing the meanings presented by these entries, we selected nine: *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirú*, *chirúa*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* and *morocho*, mobilizing the concepts of designation, description and definition for analysis. The choice of these nine entries is due to the fact that they reveal the socio-historical conditions of the time in which *Vocabulário Gaúcho* was produced. Most of the entries in Callage's work are in the masculine, and the few that are in the feminine present pejorative senses, as in the case of *bruáca*, *china*, *chirúa* and *gasguita*. This analysis reveals a Rio Grande do Sul dominated by men, where the gaucho is highly valued; his qualities as virility and ability with the horse are exalted, while women, especially women from the countryside, as Hillaire (1997) tells us, remain restricted to the domestic sphere. Thus, we confirm the theoretical assumptions brought by Nunes (2006b), that dictionaries are discursive objects. Although our research object is a vocabulary, it presents functions similar to those of dictionaries, so that the designations presented by the analyzed articles are lined with history, especially in the history of Rio Grande do Sul. This brings a discourse about the history of the state.

Keywords: Designation. Enunciation. History of Linguistic Ideas. Gauchesco Language.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – verbetes selecionados.....	85
Quadro 2 – Classificação dos verbetes.....	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E A HISTÓRIA DA PALAVRA	17
2.1	O CONCEITO DE HISTÓRIA E HISTORICIDADE.....	17
2.2	A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS COMO ÁREA DE PESQUISA DA LINGUÍSTICA.....	19
2.2.1	A gramatização como revolução tecnológica e instrumento linguístico	22
2.2.2	O processo de colonização e descolonização linguística	26
2.2.3	A história do dicionário no e do Brasil	29
2.2.4	O dicionário regionalista: um registro do modo de falar do gaúcho	34
2.2.5	A função dos vocabulários e glossários	38
3	ENUNCIÇÃO E DESIGNAÇÃO	42
3.1	A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM.....	42
3.1.1	As teorias da enunciação	44
3.1.2	O espaço da enunciação: espaço de funcionamento de línguas habitado por sujeitos falantes	47
3.1.3	O sujeito enunciador	51
3.2	A DESIGNAÇÃO: A SIGNIFICAÇÃO DE UM NOME E SUA RELAÇÃO COM O HISTÓRICO E O REAL	53
4	O SUJEITO GAÚCHO PELA LÍNGUA: HISTÓRIA E DESIGNAÇÃO	57
4.1	O GAÚCHO COMO TIPO SOCIAL.....	57
4.1.1	O Gaúcho na visão dos viajantes	66
4.2	DE ONDE VÊM AS INFLUÊNCIAS DO LINGUAJAR DO GAÚCHO?.....	72
4.3	ROQUE CALLAGE: VIDA E DA OBRA DO AUTOR	76
5	VOCABULARIO GAÚCHO: VERBETES REGIONAIS E CONSTITUIÇÃO DE DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS	82
6	ANÁLISE DE ALGUNS VERBETES QUE DESIGNAM SUJEITOS NA OBRA DE ROQUE CALLAGE	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação originou-se de um artigo desenvolvido para a disciplina de Língua e Produção do Conhecimento Linguístico, ministrada pela professora Eliana Rosa Sturza, no Mestrado em Estudos Linguísticos da UFSM. A incipiente pesquisa, que já tinha *Vocabulário Gaúcho*, da autoria de Roque Callage, como objeto de pesquisa, foi crescendo, tomando forma e fazendo com que pressupostos teóricos como enunciação, designação e HIL, antes inéditos para alguém que veio da Publicidade, passassem a fazer sentido. Mais do que fazer sentido apenas nesta dissertação, passaram a fazer sentido para a vida, visto que enunciamos, nomeamos e designamos o outro o tempo todo. Novos nomes surgem; às vezes algumas nomeações não são novas, mas passam a apresentar novos sentidos, novas designações. Nomeamos o outro; o rotulamos e o designamos. Quando isto veio às claras, toda a dissertação e todos os temas que ela abarca passaram a fazer sentido e a ter uma relação com o real, com a vida pessoal, com a história. E alguns destes nomes e designações tão presentes no linguajar cotidiano dos gaúchos são próprios do Rio Grande do Sul; são tipicamente gaúchos e, muitas vezes, não fazem sentido algum em outras partes do Brasil. Nem sempre há uma consciência da historicidade que eles carregam. Também nem sempre quem nasce e cresce em um lugar sabe da história deste lugar e dos reais sentidos das palavras que ali se usam. E são justamente tais palavras, tão específicas de um determinado linguajar, que dão ao sujeito um sentimento de pertença e identidade; sendo assim, entendemos que é, dentre outros fatores, sobretudo na língua, que o gaúcho se reconhece como sujeito e é na língua que ele encontra seu diferencial em relação a outras identidades existentes no Brasil.

Foi a partir desta dissertação que o olhar sobre os dicionários e instrumentos linguísticos mudou. Agora é totalmente evidente aquilo que a HIL nos diz: os dicionários e instrumentos linguísticos não são apenas lugar de consulta; eles nos contam muito sobre a história e sobre as condições sócio-históricas da época em que foram produzidos. Apenas analisando os verbetes trazidos em *Vocabulário Gaúcho*, mesmo sem acionar livros de história do Rio Grande do Sul, é possível ter uma clara ideia sobre como viviam os gaúchos no ano de 1928 no meio rural, em um ambiente que Roque Callage descreve como um ambiente patriarcal de estâncias e coxilhas. Podemos visualizar como vivia aquela gente que Callage descreve como

“gente simples do campo”: quem estava no poder, quem tinha suas características exaltadas e valorizadas e quem estava em uma condição de submissão e subserviência.

Para analisar tais verbetes, é necessário mobilizar alguns pressupostos teóricos. Sendo assim, a presente pesquisa está inscrita na área da História das Ideias Linguísticas (HIL) e mobiliza dispositivos teóricos, metodológicos e analíticos da Teoria da Enunciação, estabelecendo, também, um diálogo com noções da Análise de Discurso (AD). A articulação entre essas áreas do saber nos oferece um suporte teórico e uma perspectiva teórico-metodológica para analisar verbetes, selecionados de *Vocabulário Gaúcho*. Nesta obra, Callage registra palavras típicas do linguajar sul rio-grandense, linguajar esse que ele descreve como “ingênuo” e “simples” das populações rurais. Entendemos que, embora *Vocabulário Gaúcho* não seja um dicionário regionalista, possui algumas funções semelhantes a este tipo de instrumento linguístico, na medida em que ambos coletam e registram certos linguajares falados por determinadas sociedades que, segundo Nunes (2006b), muitas vezes estão afastadas dos grandes centros e não tem seus linguajares registrados nos dicionários nacionais, que abarcam somente aquilo que é considerado gramaticalmente correto. Ainda segundo o autor, é no século XIX que aparecem os primeiros dicionários regionalistas, como forma de complemento aos dicionários nacionais. Mais especificamente no Rio Grande do Sul, após a Revolução Farroupilha, de acordo com Sturza (2006b), a produção intelectual, seja na literatura ou na produção de dicionários regionalistas, estava em um período bastante fértil, contribuindo para a formação de uma identidade regional, neste caso, a do gaúcho. Nesse sentido, acreditamos que nossa pesquisa pode contribuir para a linha de Língua, Sujeito e História na medida em que dá continuidade a trabalhos já realizados sobre o gaúcho e seu linguajar. Consideramos, também, que nossa pesquisa pode dar maior visibilidade ao autor santa-mariense Roque Callage, pois durante nossa busca pela história da formação do gaúcho como tipo social e pelo linguajar gaúcho, muito pouco encontramos sobre Callage; nomes como Cezimbra Jacques e Dante de Laytano são os que parecem predominar sobre estes assuntos, enquanto Callage permanece ainda desconhecido nesse âmbito, aparecendo de maneira tímida em alguns estudos.

Ainda sob a perspectiva da HIL, tomamos o dicionário e a gramática como instrumentos linguísticos que, segundo Auroux (1992), são até os dias de hoje os

principais pilares dos saberes metalinguísticos e também uma tecnologia do conhecimento sobre a língua. Entendemos que dicionários são instrumentos cuja função vai além daquela já bastante difundida e escolarizada que é a de tirar dúvidas. Sob a perspectiva de Nunes (2006b), tomamos o dicionário como objeto discursivo, que estabelece uma relação com a história e é resultado da Revolução Tecnológica da Gramatização. Neste sentido, consideramos o vocabulário de Roque Callage como um instrumento linguístico. Entendemos que vocabulários têm funções semelhantes aos dos dicionários nacionais, no sentido em que definem e descrevem verbetes, e no caso do vocabulário de Callage, nos dizem a classificação gramatical dos verbetes assim como nos dicionários nacionais, porém não exploram a etimologia destes. Também apresentam semelhanças com os dicionários regionalistas, na medida em que registram verbetes típicos do linguajar de certas sociedades; sob o nosso entendimento, caso não houvesse este registro, tais linguajares poderiam desaparecer, pois segundo Auroux (1992) é o que tende a acontecer com línguas não instrumentalizadas.

Por isso, já no capítulo 2, trazemos conceitos de história e historicidade, justamente devido a essa relação dos instrumentos linguísticos com a história. Falar em dicionários implica também em falar em HIL, pois é ela que, como campo do saber, aborda a produção de instrumentos linguísticos como dicionários e gramáticas que se faz no Brasil desde o século XVI. A HIL objetiva também compreender a história do saber metalinguístico e da constituição da língua nacional, levando em conta instrumentos linguísticos, institucionalização e a disciplinarização. Elucidamos, nesse capítulo, que o dicionário passou por vários momentos de produção no Brasil: um deles é quando se produziu um dicionário bilíngue português-tupi. Percebemos que, após um longo processo que durou até o século XIX, em que a gramática e a produção de dicionários no Brasil dependia do seu país colonizador, Portugal, autores brasileiros, em um forte momento de produção intelectual no Brasil, passaram a produzir dicionários, fazendo com que o país se tornasse mais autônomo na produção de instrumentos linguísticos. É a partir do século XIX que autores brasileiros começam a produzir gramáticas. Segundo Orlandi (2009), é um momento no qual as gramáticas são feitas “por brasileiros para brasileiros” (p. 175), assim, se pode estudar a língua portuguesa em uma gramática do Brasil e não nas gramáticas de Portugal. Nesse contexto, em que nasce um sentimento de nacionalidade e uma busca de uma identidade própria do Brasil, é

que a produção de dicionários regionalistas passa a ganhar força no país. O dicionário regionalista, que registra uma maneira particular de falar de uma determinada sociedade – em nosso estudo, nos interessa abordar o linguajar do gaúcho – passou também por um momento de produção intelectual, no qual autores do Rio Grande do Sul produziram instrumentos linguísticos que coletam e registram vocábulos específicos do sul rio-grandense. A maneira particular de falar de determinadas regiões do Brasil nem sempre são abarcadas pelo dicionário nacional, daí a importância dos dicionários regionalistas.

No capítulo 3, abordamos a questão da enunciação, tomando como principal suporte teórico Benveniste (2005, 2006), que considera que o sujeito se constitui como tal através da linguagem, trazendo a questão da subjetividade, pois para ele há um *eu* que se refere a um *tu* estabelecendo-se assim uma relação dialógica. Este ato de enunciar é que coloca a língua em funcionamento, de forma individual. Já para Guimarães (2005), a enunciação é, na realidade, um ato social. Trazemos também, desse último autor, o conceito *espaço de enunciação*, proposto em *Semântica do Acontecimento* (2005). Entendemos que o espaço de enunciação é onde sujeitos enunciam e se entendem, mobilizando também sentidos políticos e históricos. Logo após, explicamos a noção de designação, de grande importância para nosso trabalho, visto que ela é um dos principais dispositivos analíticos para analisar os verbetes selecionados da obra de Roque Callage, que compõem o corpus de nosso estudo.

O capítulo 4 apresenta a questão do gaúcho e sua formação como tipo social, formação essa que, para elucidá-la, nos faz retomar parte da história do Rio Grande do Sul, com suas características históricas e geográficas tão peculiares e distintas do resto do Brasil. Em um ambiente de guerras e batalhas, vai se formando a figura do gaúcho que se significa não só pela história, mas também pela língua. É justamente nos instrumentos linguísticos, como os dicionários, que compreendemos os vários sentidos que a palavra *gaúcho* enquanto designação de um tipo social evoca: desde os pejorativos, como ladrão de cavalo, até aqueles sentidos que remetem a uma imagem gloriosa do gaúcho, como um homem guerreiro, viril, hábil com o cavalo e nos assuntos relacionados ao campo. Trazemos também a visão de dois viajantes estrangeiros acerca do gaúcho, do Rio Grande do Sul e de seus costumes. Trata-se de Nicolaus Dreys e Aguste de Saint-Hilaire, ambos franceses e que viveram uma parte de suas vidas no estado, no século XIX. Dreys (1968)

descreve o gaúcho um homem nômade, de grande generosidade com a condição de que suas particularidades fossem respeitadas, caso contrário a pena seria a morte ou alguma forma de vingança. O viajante francês também destaca a importância do cavalo para o gaúcho, como se fosse deste animal que o homem gaúcho tirasse sua força e sem ele seria apenas um homem “ordinário”. Já Hilaire (1997), em um primeiro momento traz sentidos negativos sobre a palavra *gaúcho*: descreve o homem sul-rio-grandense como sem religião ou moral e de etnia índia ou mestiça. Nos fala também da semelhança entre a língua portuguesa e a espanhola, afirmando que quem entende uma, entende facilmente a outra. Hilaire faz uma comparação entre habitantes de interior do Rio Grande do Sul e da capital Porto Alegre. Para ele, os gaúchos interioranos seriam mais “acanhados”, sobretudo as mulheres, pois elas se “escondem”. Já na capital, a vida social é mais intensa e as mulheres de lá não se “escondiam” como as de interior. É nesse contexto que trazemos Roque Callage como autor de uma obra que coleta e registra esse falar tão particular, que é o do gaúcho. É justamente sobre a gente de interior, ou como ele descreve, gente da sua terra, que Callage escreveu *Vocabulário Gaúcho*, ou seja, sobre o modo tão específico de falar desta sociedade que vive em estâncias e coxilhas, longe de grandes cidades e centros. O autor santa-mariense é descrito por Machado (1962) como “jornalista, cronista, contista, prosador e poeta; ensaísta, crítico e esteta; professor, inspetor federal de ensino; conferencista, orador, sociólogo” (p. 62). Dedicou parte de sua vida estudando sobre os gaúchos, seu linguajar e maneira de viver.

Para analisar os verbetes recortados da obra de Callage, elegemos como critério aqueles que definem e descrevem sujeitos. Consideramos que os sujeitos carregam consigo marcas que advêm do social, do histórico e do ideológico (PÊCHEUX, 1975). Para analisá-los, além de acionarmos as perspectivas e dispositivos já mencionados, usamos também os pressupostos teóricos trazidos por Eduardo Guimarães em sua obra *Semântica do Acontecimento* (2005), sobretudo o conceito de *designação*. Segundo o autor, a designação não é apenas a significação de um nome; é a relação dele com o real e com o histórico. Por isso, no capítulo 5, retomamos mais uma vez os conceitos de HIL, enunciação e designação para mobilizarmos a análise dos verbetes selecionados. Para tanto, relacionamos a designação com os efeitos de sentido que a definição e a descrição da palavra produzem na atribuição de significados, que estão determinados histórica e

socialmente pelas nossas hipóteses, por uma distribuição política do que é pertencente a cada gênero. Definido o recorte, procederemos à análise das designações e os efeitos de sentido que elas projetam, especialmente, considerando as condições sócio-históricas de produção de *Vocabulário Gaúcho*. Além da designação, também usaremos os conceitos de *definição* e *descrição* trazidos por Eni Orlandi (1989) e Siveris; Rodrigues; Petri (2009). Entendemos que a descrição e definição são constitutivas da designação e nos ajudam a analisar os verbetes. Definir é determinar o verdadeiro sentido de uma palavra. A definição também pode aparecer seguida de uma descrição, que por sua vez apresenta uma enumeração das características relacionadas à determinada palavra.

Ao analisarmos os verbetes apresentados em *Vocabulário Gaúcho*, recortamos 132 verbetes que designam sujeitos. São eles: *areado, atorado, bagaceira, bagagem, bahiano, barriga-verde, beriva ou biriba, bruáca, bugre, burlequeador, caborteiro, cabra, calavêra, cambada, campeador, campeiro, cancheador, capataz, capinador, carancho, carcheador, carneador, carpeteiro, carreirista, carreteiro, castelhanada, castelhana, cavalleireano, cevador, charrúa, chasque, chimbé, china, chinrada, chinaredo, chininha, chinoca, chinoquinha, chirúa, chirú, clinudo, cogotudo, conchavado, continentista, corredor, cotó, criador, crioulo, cupinúdo, desencilhador, despilchado, enriqueador, encilhador, enlaçador, estancieiro, estaqueador, estradeiro, galopeador, gandulo, garrúcha, gasguita, gaúcho, gerivá, ginetaço, ginete, gringo, guasca, guasqueiro, gurupy, gury, índio, inhato, João Grande, invernador, laçador, lenheiro, lombilheiro, lindona, mambira, maneador, maneta, manguary, mano-juca, marca-grande, marcador, marqueiro, milico, milongueiro, minuano, missioneiro, morena, morocha, orelhador, palanqueador, paleteador, parador, pardavasco, passeiro, pastorejador, pealador, peão, pelado, pellego-branco, petiço, piá, plasta, plévia, posteiro, proprio, rancheiro, rasteador ou rastreador, rebenqueador, recolhedor, remediado, rengo, rengueado, repassador, repontador, retaco, rinconista, saladeirista, salgador, serrano, sesmeiro, soqueteiro, tafuleira, tafulona, taludo, tapejára, tocador, tropeiro, vaqueano, verdureiro e xarqueador.*

Logo após a apresentação destes verbetes, os separamos nas seguintes categorias: 1. Os que designam classe social; 2. Os que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem; 3. Os que designam a raça/etnia do sujeito; 4. Os que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito; 5. Os

que apresentam características físicas dos sujeitos; 6. Os que designam mulheres. Após apresentarmos as designações, definições e descrições trazidas por estes verbetes, selecionamos nove destes 132 verbetes. São eles: *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirú*, *chirúa*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* e *morocha*. Justificamos a escolha destes nove verbetes pelo fato de que as designações apresentadas por eles nos revelam muito sobre as condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*.

No capítulo 6, apresentamos uma síntese das análises e seus resultados. Ou seja, apresentamos as designações, definições e descrições dos 132 verbetes. Constatamos algumas particularidades, como a maioria dos verbetes estarem no masculino e, dos poucos que estão no feminino, a maioria apresenta sentidos pejorativos. Logo após, analisamos de maneira mais aprofundada os verbetes *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirú*, *chirúa*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* e *morocha*. Procuramos relacionar os sentidos apresentados por eles com a história, mais especificamente com a história do Rio Grande do Sul, como forma de confirmar os pressupostos teóricos trazidos pela HIL, de que os dicionários trazem um discurso sobre a época em que foram produzidos. É na análise desses nove verbetes, mobilizando o conceito de designação, que podemos perceber qual a ligação deles com a história do Rio Grande do Sul e de que maneira essa história se inscreve no linguajar gaúcho, ou seja, de que maneira a história do estado é elemento produtor de sentidos e discursos que se materializam nos verbetes analisados.

2 O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E A HISTÓRIA DA PALAVRA

2.1 O CONCEITO DE HISTÓRIA E HISTORICIDADE

O presente trabalho objetiva analisar verbetes que designam sujeitos na obra *Vocabulário Gaúcho* (1928), de Roque Callage, escritor santa-mariense. Para escrever sobre dicionários, gramáticas e instrumentos linguísticos, é pertinente apresentar sua vinculação com a História das Ideias Linguísticas (HIL). Neste sentido, é necessário também abordar alguns conceitos como *história* e *historicidade*, visto que instrumentos linguísticos nos dizem sobre a história pelas condições sócio-históricas onde cada palavra ou metalinguagem está relacionada a um conhecimento produzido sobre a língua. Entendemos também que, cada verbete que consta em um dicionário, se constitui de história, portanto tem historicidade, ou seja, as palavras estão constituídas de história não porque estão em um contexto; elas são afetadas pelas condições históricas que as constituem como palavras, logo constituem seus sentidos.

De acordo com Henry (1994), a história seria o lugar de encontro dos processos de diferentes áreas, sejam elas de natureza econômica, sociológica ou psicológica, assim, esses processos se articulam e se complementam. Ser historiador, para Auroux (1992), “é se colocar a questão global da mudança (porque, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si” (p. 12). Já Nunes (2007), afirma que analistas do discurso entendem que a história é “constitutiva da produção de sentidos” (p. 373), deixando de ser exterior ao acontecimento e passando a fazer parte dele, constituindo, assim, os sentidos.

Para alguns historiadores, a noção de história é entendida como um conteúdo, enquanto que para os analistas do discurso é compreendida como efeito de sentido. Cartollano (2002) afirma que “A História é um processo, e mais do que isso, um processo social que tem o homem como sujeito, da sua própria história e da história da sociedade” (p. 33). Ainda para a autora, a história é feita não apenas com documentos escritos, mas com tudo o que pode ser registrado e expresso no tempo, como por exemplo, as relações do homem, sejam elas com a natureza, a sociedade e os outros homens: além do escrito, também o oral, o iconográfico, o audiovisual e o eletrônico.

História e historicidade têm sentidos distintos, sendo assim não podem ser usadas como sinônimos. Sob a ótica da Análise de Discurso (AD), a história, a partir das relações de poder, se organiza e está ligada às práticas sociais dos sujeitos na sociedade; todo o “acontecimento histórico significa, precisa ser interpretado, e é pelo discurso que a história deixa de ser apenas evolução” (FERREIRA, 2001, p. 17).

Auroux (1992) nos fala da relação da produção de conhecimento com a história:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. [...] O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o contrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 12).

Quanto à historicidade, entendemos que é constituída pela relação da língua com a história. Para Siveris (2010), “A historicidade seria o modo pelo qual a história se inscreve no discurso; ela é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história” (p. 32). Dessa maneira, nosso entendimento é de que a história está inscrita na língua e assim produz discurso e sentidos e dessa relação da história com a linguagem é que surge a historicidade. Nesse sentido, Nunes (2007), apresenta uma ideia de historicidade sob a ótica da AD:

O termo historicidade funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza. Ao mesmo tempo, trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas (p. 373-374).

Com a explicação do autor, entendemos que a historicidade é um elemento importante na constituição de sentidos. Conforme Petri (2011), a história enquanto

determinante dos sentidos é que faz a diferença; a história pensada enquanto historicidade e constitutiva do processo, ou seja, da leitura, da descrição e da interpretação. Ainda sobre a história, de acordo com Schneiders (2011), “não se trata da evolução, ou da ordem cronológica de fatos descritos, mas do(s) sentido(s) que dela resulta(m) numa materialidade discursiva” (p. 22). A autora também afirma que “a noção de historicidade se relaciona com a noção de história, sendo resultante da inscrição da história na língua” (p. 21). Quando se analisa uma materialidade que é linguístico-discursiva (em nosso caso, os dicionários), é importante sabermos que a história é constitutiva de sentidos, sentidos esses que se materializam nos verbetes. Para Orlandi (2005),

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito (p. 68).

Sob a explicação da autora, entendemos que nosso objeto de pesquisa tem a história, ou, mais especificamente, a história do Rio Grande do Sul como elemento constitutivo de sentidos. Nesse sentido, nos interessa elucidar e compreender a HIL, pois ela aborda a produção de instrumentos linguísticos, e esses são dotados de historicidade, além de registrarem a inscrição da história na língua.

2.2 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS COMO ÁREA DE PESQUISA DA LINGUÍSTICA

A pesquisa na HIL é recente nos estudos linguísticos no Brasil. Ela se relaciona com uma concepção de Ciências da Linguagem na qual a relação da história com a língua é compreender como um acontecimento linguístico está constituído pela história na qual se produz e se significa. Guimarães (1996) elucidada que o estudo das ideias linguísticas no Brasil tem justamente o interesse de abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas feita no país desde o século XVI, neste aspecto, considerando-os como instrumentos tecnológicos do processo de gramatização. Através de uma cooperação entre a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Paris 7, na França, desenvolveu-se um projeto na HIL no Brasil. Eni Orlandi, importante linguista brasileira, tem um papel

fundamental no desenvolvimento nessa área de pesquisa da Linguística no país. A autora coordenava um grupo em Campinas, grupo esse que fazia parte do projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, iniciado em 1987 e que estudava os discursos sobre a língua no Brasil.

O projeto de HIL no Brasil seguiu se intensificando, sobretudo pela colaboração entre a equipe brasileira e a equipe francesa, que era coordenada por Sylvain Auroux. Além disso, o projeto estudava a história do saber metalinguístico e constituição da língua nacional, considerando instrumentos linguísticos, institucionalização e a disciplinarização. Segundo Auroux (1992), os dicionários e as gramáticas são “instrumentos linguísticos”. A HIL, tanto no Brasil quanto na França, tem seu foco voltado para o estudo da língua, seja no saber sobre a língua ou no discurso na língua e sobre a língua. Os conceitos de “gramatização” e de “instrumentos linguísticos” passaram a ser usados pelos pesquisadores brasileiros em um contexto inédito, visto que antes da década de 80 tais conceitos ainda não eram estudados no Brasil.

Eni Orlandi realizou seu pós-doutorado na França, na Universidade Paris 7. Os interesses da autora eram questões de cidadania ligadas à Língua Nacional e à Literatura no Brasil. “Ao contarmos a história da língua e do conhecimento linguístico, estamos contribuindo para a compreensão da história mais geral de construção de nosso país, de nossa sociedade e do Estado que vai se constituindo” (ORLANDI, 2002, p. 22). Durante esse período, conheceu Sylvain Auroux e logo se estabeleceu uma parceria, não somente entre os dois autores, como também entre a Unicamp e a Universidade Paris 7. Esta cooperação entre autores e universidades levou “à constituição de um projeto conjunto franco-brasileiro, ‘História das Idéias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional’, coordenado por Eni Orlandi no Brasil e Sylvain Auroux na França”¹. Esse projeto tinha como propósito pesquisar e produzir conhecimento sobre a história da língua e a história do conhecimento sobre a língua.

A HIL no Brasil, que vem fazendo parte de alguns cursos de Letras e Linguística, tem interesse pelos diversos materiais que produzem conhecimento linguístico, inclusive, no grupo liderado por Eni Orlandi, eram analisados os discursos sobre a língua no Brasil, “considerando diversos materiais como relatos de

¹ Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

viajantes e missionários, gramáticas e artefatos elaborados pelos missionários” (NUNES, 2008c, p. 108). Os produtos ou as práticas de conhecimento linguístico são fundamentais para a história da produção dos saberes linguísticos. São nesses produtos ou práticas “nos quais se materializam as formas de dizer e significar as idéias linguísticas” (STURZA, 2006a, p. 94).

O estudo histórico dos instrumentos linguísticos, tais “como dicionários, gramáticas e manuais, além de conceitos da Linguística, obras, estudo de autores, instituições, acontecimentos” (NUNES, 2010, p. 19), é uma das importantes contribuições da HIL, pois esta área do conhecimento deu um outro enfoque às gramáticas e dicionários. Segundo Nunes (2008b), esses instrumentos linguísticos, sob o ponto de vista da Linguística Saussuriana, foram considerados como objetos normativos, não descritivos, portanto não científicos. “Da perspectiva da HIL, gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos” (NUNES, 2008c, p. 110). Dessa maneira, a HIL seguiu se intensificando e se firmando como uma importante área do saber no Brasil, conforme Sturza (2006a):

A História das Ideias Linguísticas que se está contruindo no Brasil toma vários objetos da produção de saberes: instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários e outras textualidades, como prefácios, leis, relatos, listas de palavras, notas. O conjunto de produtos desse conhecimento linguístico configura uma história das idéias linguísticas, mesmo aqueles anteriores à institucionalização da Linguística como disciplina (STURZA, 2006a, p. 96).

As gramáticas e os dicionários, que são estudados pela HIL, fazem parte da relação com a história e a sociedade. Esses instrumentos são “objetos vivos”, ou seja, eles são “parte de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). Nesse sentido, a Linguística no século XX considerava os dicionários como “instrumentos normativos, objetos fossilizados que não correspondiam à língua falada” (NUNES, 2006b, p. 13). Porém, com o advento da HIL, essas ideias acerca de gramáticas e dicionários passaram a ser desconstruídas, surgindo, assim, uma nova perspectiva. Percebeu-se que a função desses instrumentos linguísticos vai além de apenas normatizar; são também parte da história, da sociedade e uma forma de discurso, ou seja, são objetos discursivos. É justamente por fazerem parte da história é que os dicionários

são capazes de revelar aspectos da história, pois é dela que são constituídos.

2.2.1 A gramatização como revolução tecnológica e instrumento linguístico

Antes de abordarmos os conceitos e ideias sobre dicionários, é pertinente elucidarmos sobre os saberes *epilinguísticos* e *metalinguísticos*. O saber *epilinguístico*, segundo Aurox (1992), é o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem. É esse saber que dá ao sujeito a capacidade de compreender elementos que têm relação com a linguagem, como por exemplo, os jogos de linguagem. Já o saber *metalinguístico* é construído com a ajuda de uma metalinguagem, pois permite que o sujeito não apenas entenda e produza jogos de linguagem, mas também possa refletir acerca do funcionamento desses. Ainda para o autor, o surgimento da escrita teve uma função importante na passagem dos saberes *epilinguísticos* aos saberes *metalinguísticos*, portanto ele considera o aparecimento da escrita como uma revolução tecnológica.

O dicionário e a gramática são tomados como importantes instrumentos linguísticos resultantes da Revolução Tecnológica da Gramatização, pois de acordo com Aurox (1992), a gramatização é o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (p. 65). Dessa forma, entendemos que a gramática e o dicionário são tecnologias da linguagem que tiveram seu desenvolvimento a partir de uma metalinguagem, na qual se construíram conhecimentos sobre a língua.

Aurox (1992) considera o processo de gramatização como a segunda revolução tecno-linguística, pois a primeira revolução, para o autor, é o advento da escrita. Essas duas importantes revoluções auxiliaram as ciências modernas, pois sem elas não teriam uma origem nem consequências sociais. Partindo do pressuposto que a humanidade está em constante transformação, de maneira que os avanços tecnológicos estão sempre acontecendo, percebemos que isso não se dá apenas em áreas médicas ou industriais; as línguas também se modificam, também têm suas tecnologias, o que significa que se produzem objetos constituídos do conhecimento acumulado sobre a língua e a linguagem.

Antes do Renascimento, poucas línguas dispunham de gramáticas e de dicionários, porém a partir dele, os ocidentais começaram, na base da tradição

gramatical greco-latina a escrever gramáticas e dicionários para seus próprios vernáculos (endo-gramatização), bem como faziam “para as línguas que suas viagens os faziam descobrir através do mundo (exo-gramatização)” (AUROUX, 1992, p. 120). O conceito de gramatização gerou impacto nas concepções linguísticas em geral. Para o autor, gramatizar é construir um instrumento linguístico. A gramática não pode ser vista como uma simples representação da atividade de linguagem dos homens e sim como um instrumento que aumenta e muda a capacidade linguística humana. “Uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, 1992, p. 26). Trujillo (2010) elucida que

A gramatização representa um ponto alto no desenvolvimento da civilização humana por permitir a estabilização do principal instrumento de comunicação e produção cultural utilizado pelo homem que é a língua nas suas expressões oral e escrita. A língua formalizada, com regras que obedecem a critérios lógicos de construção é garantia de permanência e expansão dos sistemas de comunicação [...] (TRUJILLO, 2010, p. 16-17).

Os saberes linguísticos se articulam com a cultura e a sociedade. O surgimento dos saberes linguísticos, para Sousa (2012), ocorreu no âmbito de uma “complexa gama de fatores históricos e sociais, relacionados a desenvolvimentos em áreas como o comércio, as viagens, a religião, o avanço de técnicas e práticas legais, medicinais, dentre outras” (p. 149). De acordo com Auroux (1992), as “grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem” (p. 29). Petri (2012) acredita que ao gramatizar uma língua, promove-se, dessa forma, “a instrumentalização desta língua e ela tem papel fundamental na constituição identitária e linguística de uma nação, tornando possível, por exemplo, o ensino e o aprendizado desta língua” (p. 29).

A gramatização também serve como uma importante ferramenta no processo de comunicação. Graças a ela, novos espaços/tempos de comunicação foram se constituindo.

Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade (AUROUX, 1992, p. 71).

Ainda para o autor, a gramatização, juntamente com a escrita e a imprensa, ajuda a constituir estes espaços/tempos de comunicação, garantindo desta forma uma homogeneidade impossível de acontecer em sociedades orais, ou seja, aquelas sociedades que não dispõem de gramáticas. Isto ocorre justamente porque a gramática normatiza, cria a ilusão de homogeneidade. Sendo assim, entendemos que línguas não gramatizadas por vezes correm o risco de desaparecimento, daí a importância das gramáticas e dicionários para registrá-las e, em certo modo, preservá-las, como nos diz Petri (2012). Para Aurox (1992), a gramatização das línguas exerce um papel fundamental de manutenção e preservação, já que as línguas orais acabam se perdendo quando há a ausência de instrumentos linguísticos que assegurariam sua patrimonialização. Segundo o autor, a gramatização modificou de maneira profunda e significativa a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade e, com isso, “as línguas, pouco ou menos ‘não-instrumentalizadas’, foram por isso mesmo mais expostas ao que convém chamar linguicídio, quer seja ele voluntário ou não” (p. 71).

Sob essa perspectiva de que instrumentos linguísticos ajudam a preservar as línguas, entendemos que a importância da obra que compõe o nosso corpus, *Vocabulário Gaúcho*, de Roque Callage, é registrar verbetes típicos do linguajar falado pelo povo sul rio-grandense, conforme explicaremos no capítulo 2.2.5. Sendo assim, acreditamos que o linguajar gauchesco garante sua preservação através de instrumentos linguísticos como dicionários e vocabulários, daí a importância da obra. Entendemos que *Vocabulário Gaúcho* é, de certo modo, uma patrimonialização de uma língua na sua especificidade regional.

Existem algumas distinções entre gramáticas e dicionários. De acordo com Aurox (1992), uma gramática é capaz de dar “procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento” (p. 71). Dessa forma, na gramática têm-se as regras, as normas, e no dicionário tem-se a representação da normatização e da gramatização.

O dicionário, enquanto instrumento é visto pela HIL como um discurso e, tem-se como discurso, sob o prisma da AD, “feito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2005, p.21). “Como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente construídos” (NUNES, 2006b, p.18).

O dicionário é um espaço de circulação de saberes, mantendo e ao mesmo tempo atualizando sentidos, construindo assim a relação entre língua e saber linguístico. E os “sentidos que estão dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). É também um instrumento histórico que se constituiu em uma materialidade discursiva; a língua no mundo com as maneiras de significar e não a língua enquanto sistema fechado. Nele, é possível “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006b, p.11).

Acreditamos na importância de se tomar o dicionário como discurso, pois se pode ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que podemos encontrar indícios do modo como sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem (ORLANDI, 2012). De acordo com Nunes (2006b), tomar o dicionário como objeto de estudo implica em “concebê-lo como uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, de educação e de divulgação de conhecimentos linguísticos” (p.43). Funcionando como um lugar de observação do léxico, o dicionário não se restringe ao papel de um instrumento de normatização, mas se constitui como um objeto discursivo (NUNES, 2001).

O dicionário, algumas vezes, é visto como um objeto que se usa para saber o significado das palavras e onde constam respostas para todas as dúvidas a respeito de significações. Porém, para Nunes (2006b), ver o dicionário como discurso implica em desconstruir a ideia de que ele é apenas objeto de consulta e compreender que ele carrega historicidade e discursos, deixando assim um lugar aberto para interpretações. Petri (2010) elucida que “já não se pode mais aceitar o dicionário como um lugar que abarca verdades absolutas, é preciso pensar que a língua está viva, em constante movimento e nem tudo é apreendido pelo sujeito, muito menos estará no dicionário” (p. 24).

É com o intuito de retirar do estatuto de subutilização os dicionários, que propomos desconstruir a imagem de “lugar de interdito da dúvida”, ao qual o dicionário é vinculado, já que não se pode tomá-lo apenas como objeto de consulta da ortografia, pois isso seria reproduzir uma estrutura sem refletir sobre a língua ali veiculada (PETRI, 2010, p. 19).

Quando dicionários de diferentes épocas são analisados, percebe-se que há

atualizações e renovações. Não apenas como lugar de consulta, o dicionário faz parte de uma historicidade e de uma época, dessa forma vem a ser “lugar de observação do léxico” (NUNES, 2001, p. 101).

Nesse sentido, percebem-se diferentes olhares da HIL e da AD para o dicionário. Segundo Branco (2012), para a HIL, os dicionários são tomados como instrumentos linguísticos e para a AD como objetos discursivos devido à sua relação com a sociedade e a história. É a AD que traz para “a análise dos dicionários a historicidade dos sujeitos e dos sentidos; esta procura compreender o movimento dos sentidos e não os sentidos prontos, por mais que o dicionário forneça a ilusão de estabilidade” (BRANCO, 2012, p. 2).

Assim, pelo fato do dicionário estar carregado de sentidos, história e historicidade e de este trabalho tomá-lo como objeto discursivo, analisando o que os verbetes selecionados enunciam ou que projetam um lugar de enunciação específico, entendemos ser relevante realizar um percurso histórico dos estudos sobre dicionários no âmbito da HIL.

2.2.2 O processo de colonização e descolonização linguística

O Brasil, antes de possuir gramáticas de autoria brasileira, fazia uso da gramática portuguesa produzida por autores portugueses, até o final do século XIX, coincidindo com a instauração da República no Brasil, quando se rompe o vínculo político de fato com a coroa portuguesa, concretizando um processo de independência de Portugal. De acordo com Mariani (2004), do século XVI ao XVIII, Portugal colocou em ação no Brasil, o que a autora define como *colonização linguística*, processo que teve seu apogeu na promulgação do édito real de autoria do Marquês de Pombal, em 1759. Devido a esse decreto, o ensino das línguas indígenas nas escolas dos jesuítas foi proibido para dar lugar ao português como única língua da instrução escolar, impondo-se assim o uso e o ensino oficial do português. Assim, esse ato político-jurídico do Estado português institucionalizou, no Brasil, a língua portuguesa com sua memória de filiação ao latim.

Para Soares (2002), no século XVIII, a língua portuguesa disputava espaço como latim. Seguiu a tradição do latim em um primeiro momento, porém com enfoque na gramática do português. As reformas implantadas por Marquês de Pombal entraram em prática no século XVIII. Angelo (2005) comenta as

contribuições dessas reformas para a consolidação da língua portuguesa no Brasil:

Somente com as reformas que o Marquês de Pombal implantou em Portugal e suas colônias nos anos 50 do século XVIII é que se tornou obrigatório o uso da língua portuguesa, ficando proibida a utilização de quaisquer outras línguas. Embora haja controvérsias em relação às repercussões dessas reformas, é inegável [...] a significativa contribuição de suas medidas para a consolidação da língua portuguesa no Brasil e para a sua inclusão e valorização na escola (p. 26).

Com as reformas pombalinas, os alunos das escolas brasileiras passaram a aprender a ler e a escrever em português. Ainda para a autora, também foi introduzido o estudo da gramática portuguesa ao lado da gramática do latim, que já tinha seu lugar como componente curricular. Todos estes fatores contribuíram para que a gramática portuguesa passasse a ter cada vez mais força no Brasil, com isso diminuindo o uso do latim.

Para Sobrinho (2008), as mudanças no âmbito político ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, trouxeram condições apropriadas para a produção de saber sobre a língua portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação (autoria) dessa língua.

A partir desse momento, coloca-se para nossos gramáticos e lexicólogos, com mais sistematicidade, não só a questão do português, mas a questão do português brasileiro. O processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa que então se desenvolve vai se caracterizar pela articulação estreita com o processo de construção da nação brasileira, de formação da identidade nacional, de construção da língua nacional, resultando na constituição de um sujeito nacional brasileiro, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, língua que ganha visibilidade na gramática e no dicionário (SOBRINHO, 2008, p. 495-496).

Este sujeito nacional brasileiro descrito pelo autor passou a falar a língua portuguesa pelo fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal, que implantou o português nas terras brasileiras. Mariani (2004) define a noção de colonização como a “coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico” (p. 23). Porém, conforme a autora, nem sempre essa coexistência é pacífica, pois a língua do povo colonizador acaba se impondo à língua do povo colonizado.

[...] para a metrópole portuguesa, o exercício de uma política unitária de imposição da língua portuguesa representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que

se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época. [...] O caso da língua portuguesa frente às línguas indígenas é o da imposição da língua do conquistador. Língua essa que, por ser de domínio comum da nação portuguesa, supõe, ainda que imaginariamente, um entendimento entre o rei e seus súditos (MARIANI, 2008, p. 26).

O processo de colonização linguística teve início no Brasil, segundo Orlandi (2009), com os missionários e jesuítas e foi se fortalecendo através dos relatos dos primeiros viajantes e com os naturalistas no período colonial. A colonização realizada pelos missionários foi feita por meio do latim. Ao tomarem o latim como modelo, depararam-se com outras línguas já existentes no Brasil e a incompreensão das mesmas fez com que houvesse o silenciamento delas. O processo de colonização linguística supõe também a “imposição de idéias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Entendemos que esta “imposição de idéias linguísticas” se materializou em forma de gramáticas e dicionários da língua portuguesa que atendessem às necessidades dos falantes dessa língua em diferentes territórios, inclusive no território do Brasil.

Pela análise de materiais como os Relatos de missionários e viajantes que frequentaram o Brasil desde os inícios de sua formação, e, mais tarde, os naturalistas, podemos entrever o modo como representam e instrumentalizam a língua no período colonial. Vemos, nesses materiais, como se inicia aí uma forma de conhecimento colonizador que significa de acordo com o projeto civilizatório europeu estabelecendo ao mesmo tempo um discurso sobre o Brasil e os brasileiros. Como fica a questão da língua nestas condições? Como se sabe, para termos uma língua nacional, no momento histórico em que o Brasil está subjugado por Portugal, o processo colonizador instala seu poder de dominação desqualificando o número enorme das outras línguas que aqui se falavam. Dá-se assim o confronto entre o Português e as várias línguas aqui existentes, representadas historicamente pelo Tupi (ORLANDI, 2009, p. 173).

Segundo Sousa (2012), com a consolidação da língua portuguesa no Brasil, “o processo de gramatização se torna parte de um movimento de constituição política e social da identidade do falante do português brasileiro. Assim, o processo é visto como fazendo parte de um novo espaço de produção linguística” (p. 156). Sturza (2006b) sintetiza como se configurou esse espaço:

[...] o processo de gramatização do português do Brasil, passado o período das anotações de diários e relatos de viagens, da incorporação de brasileirismos nas gramáticas portuguesas, concretiza-se com a autoria brasileira na produção de instrumentos linguísticos, quando se publicam

Gramáticas, Dicionários e Vocabulários de autores brasileiros, no século XIX, logo após a Independência do Brasil (STURZA, 2006b, p.1).

Já a descolonização linguística, entendemos como um processo justamente ao contrário do de colonização linguística. A descolonização linguística caracteriza-se pelo momento em que o Brasil passou a produzir sua própria gramatização. Essa produção se intensificou no século XIX, quando autores brasileiros começaram a produzir dicionários e gramáticas, mostrando que no século XIX já se constituía uma lexicografia brasileira da língua nacional. Orlandi (2009) afirma que as gramáticas próprias são “escritas por brasileiros para brasileiros” (p. 175).

A produção de gramatização feita por autores brasileiros caracteriza esse período de descolonização linguística no Brasil:

Nossos autores começam a trabalhar sistematicamente nossa língua no século XIX. Não mais teremos de ir a Portugal para aprendê-la, e, mais do que isso, poderemos estudar em nossas gramáticas. [...] O século XIX caracteriza-se [...] pelo período de sua gramatização, feita de brasileiros para brasileiros. Os brasileiros institucionalizam assim esse conhecimento que permitirá que eles digam que sabem a sua língua. Desta perspectiva, a gramática (e seu ensino), é o lugar em que os gramáticos brasileiros assumem a autoridade de dizer que língua é essa e “como” é essa língua, autorizando-se (-nos) em relação à singularidade do português do Brasil. Os brasileiros nesse momento estão produzindo um processo de descolonização: a legitimação da língua brasileira (ORLANDI, 2009, p.174-175).

No século XX, surgem os primeiros grandes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. “Nesse período, os dicionários brasileiros passam a ser mais utilizados que os dicionários portugueses” (NUNES, 2010, p. 11). Oriundo da Revolução Tecnológica da Gramatização, o dicionário constitui-se como importante instrumento linguístico. A partir da perspectiva da AD e a da HIL, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente acerca das palavras ou acerca de um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

2.2.3 A história do dicionário no e do Brasil

Os relatos de viagem, com listas de palavras e glossários, são considerados os precursores de um discurso lexicográfico nacional, de acordo com um estudo feito por José Horta Nunes (2001, 2006, 2007, 2008, 2010) sobre o processo de

dicionarização no Brasil. Para Delevati; Paim (2012), isso dá aos relatos de viagem uma grande importância enquanto participantes da construção do processo de instrumentalização das línguas, sobretudo em nações que foram colonizadas, como é caso do Brasil, por isso são tomados como discursos fundadores. Ou seja, significam como um espaço de memória “que se estabelece e que será no decorrer do tempo atualizado, esquecido, transformado, reivindicado, conforme as conjunturas históricas das práticas lexicográficas” (NUNES, 2006b, p. 86).

Estudar o dicionário da perspectiva discursiva é considerar o que Nunes (2010) chama de *sujeito lexicográfico*: “Este estabelece uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas” (p. 7). Um exemplo disso seria, nas circunstâncias da colonização no Brasil, um missionário da Época Colonial, ao elaborar um dicionário português-tupi, “ocupa uma posição de sujeito religioso, o que determina os sentidos das palavras selecionadas e definidas, bem como o direcionamento geral dessa prática, que foi voltada, sobretudo, para a catequese dos índios” (NUNES, 2010, p. 7).

Assim, os lexicógrafos dessa Época incluíam em seus dicionários palavras religiosas que sequer existiam na língua indígena, como “pecado”, “Deus” e outras, e atribuíam sentidos religiosos aos fatos e palavras descritos. Assim, além de visar ao conhecimento específico de uma ou mais línguas, fazer dicionário serve para entrar em contato com uma sociedade ou uma cultura desconhecida, produzir uma identidade nacional, regional ou de grupo social, conhecer os conceitos utilizados em certas áreas das ciências, dentre muitas outras coisas (NUNES, 2010, p. 7).

O leitor cotidiano avalia a eficiência de um dicionário (considerando se ele é “bom” ou ruim”) de acordo com as necessidades imediatas de sua consulta, e conforme encontre as palavras que busca. Porém, as definições encontradas nos dicionários poucas vezes são questionadas. Até pouco tempo, a escola também não se preocupava com a leitura de dicionários em sala de aula; para Nunes (2010), “eles eram apenas consultados em caso de dúvidas ou para se saber os sentidos supostamente ‘corretos’ das palavras. Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que ‘ensinava’ como uma autoridade pouco questionada” (p. 7-8). Essa pouca preocupação com o dicionário por parte de algumas instituições – como a escola, por exemplo – mudou nas duas últimas décadas. Produziu-se no interior da AD e da HIL, um conhecimento considerável sobre os dicionários, o que causou mudanças em sua concepção, ensino e produção.

Ver a Gramática e o Dicionário – os instrumentos linguísticos como os denomina S. Auroux (1992) – como parte da relação com a sociedade e com a história (E. Orlandi, 1997) transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana (ORLANDI, 2001, p. 8).

A história dos dicionários (enquanto listas de palavras de uma língua ou de um setor da realidade como animais ou plantas), para Nunes (2010), pode ser confundida com o aparecimento da escrita, “que ocorreu cerca de três mil anos antes de Cristo” (p. 8). Segundo Auroux (2008), a listagem de palavras é “a técnica mais elementar que é a base de todo dicionário” (p. 19). A lista de palavras não se confunde com o dicionário, mas está na origem dos dicionários, pois se transforma em dicionário quando apresenta alguma função específica. As listas de palavras medievais, “na medida em que o latim deixa de ser falado como língua materna, são acrescidas de palavras das línguas vernáculas, e eventualmente de observações sobre a língua que não se fala mais (o latim). Daí aparece o dicionário de língua” (NUNES, 2010, p. 8).

Na Época do Renascimento, ocorreu aquilo que Auroux (1992) chama de gramatização massiva das línguas: a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), são produzidos e elaborados dicionários e gramáticas de centenas de línguas do mundo, formando, dessa forma, uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Posteriormente, surgiram entre o século XVI e XVIII “vários dicionários das línguas vernáculas, como os do italiano, do francês, do espanhol, do português e de várias outras línguas européias; além de uma grande quantidade de dicionários de línguas indígenas da América, e de línguas da África e do Oriente” (NUNES, 2010, p. 9).

A história dos dicionários no Brasil está diretamente ligada com a colonização, sendo assim a história das línguas e dos instrumentos linguísticos está diretamente relacionada a esse fato. Os primeiros saberes lexicográficos produzidos no país foram comentários sobre as significações de palavras de origem indígena e listas de palavras Português-Tupi e Tupi-Português, “como listas de nomes de plantas e animais, de partes do corpo humano, de objetos da cultura indígena, dentre outras” (NUNES, 2010, p. 9). Essas listas de palavras originaram os primeiros dicionários do Brasil, que foram dicionários bilíngues português-Tupi produzidos pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. A produção desses dicionários tinha basicamente

dois interesses: o conhecimento da língua indígena e a catequização dos índios. Por esse motivo, os primeiros instrumentos linguísticos produzidos no Brasil possuíam discurso religioso e eram usados como instrumentos também de colonização.

Os dicionários bilíngues português-Tupi guardam as marcas da enunciação colonizadora, com os missionários-intérpretes traduzindo a voz do índio do ponto de vista da tradição ocidental. Auroux chama esse processo de exogramatização, ou seja, a elaboração de um dicionário ou de uma gramática por alguém que não é falante nativo da língua dicionarizada, como é o caso do colonizador português ou espanhol em relação às línguas indígenas sul-americanas (NUNES, 2010, p. 9).

Os missionários jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759 e vieram as chamadas Reformas Pombalinas, que implantaram as concepções iluministas em Portugal e no Brasil. Assim, o discurso de catequese dos jesuítas desaparece e dá lugar a um novo discurso: o das ciências, das leis e do Estado. Segundo Nunes (2010), Antonio de Moraes Silva, um brasileiro que vai estudar Direito em Portugal, produz o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa, o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), que começa a introduzir palavras brasileiras. Esse dicionário torna-se uma referência no século XIX e até mesmo no XX, pois marca a consolidação da lexicografia de língua portuguesa. “Mas o dicionário de Moraes, embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões” (NUNES, 2010, p. 10).

O Brasil, antes de produzir seus próprios dicionários, tomava “emprestados” os dicionários de Portugal. No momento em que autores brasileiros passaram a produzir dicionários, o país passa a ganhar autonomia no que diz respeito a uma gramatização brasileira e não aquela imposta por Portugal. Esse fato também marcou uma época em que o Brasil buscava desvencilhar-se de Portugal e encontrar uma identidade própria, reforçando assim os sentimentos nacionalistas. É pertinente lembrar que o Brasil é um país de colonização e que os dicionários de Portugal, “como os de R. Bluteau (1712-1728) e de A. M. Silva (1789), dentre muitos outros, foram ‘emprestados’, ao mesmo tempo em que se iniciava uma produção local, a começar por A. Coruja (1852) e B. da C. Rubim (1853)” (NUNES, 2008c, p. 114).

Assim, passaram a surgir os primeiros dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Primeiramente, apareceram os dicionários que complementavam

os dicionários portugueses, como por exemplo, o *Vocabulário Brasileiro* para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa, de Brás da Costa Rubim (1853). “Surgem também dicionários de regionalismos, como a *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Coruja (1853)” (NUNES, 2010, p. 9). Já no final do século XIX, apareceram os chamados dicionários de brasileirismos, dentre os quais se destacavam o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888), publicado no Rio de Janeiro, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889), publicado também no Rio de Janeiro. A produção desses dicionários reforça a gramática brasileira e os chamados “brasilismos”, ou seja, as palavras que tomam significações específicas no Brasil.

No século XIX já se constituía uma lexicografia brasileira de língua nacional, construída por toda essa produção de dicionários parciais e de complemento.

Não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que complementariam os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil. Dois dicionários iniciaram esta série: o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, um dicionário básico de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima (1938), e o Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, de Laudelino Freire (1939-44), um grande dicionário direcionado a um público erudito e elaborado com exemplos de autores clássicos. É preciso considerar que esses primeiros grandes dicionários brasileiros aparecem no momento em que se estabelecem certas condições institucionais, dentre as quais a fundação da Academia Brasileira de Letras, no final do século XIX, e a multiplicação, nas primeiras décadas do século XX, das editoras que fomentam a edição de textos de caráter nacional, como a Companhia Editora Nacional e outras (NUNES, 2010, p. 10-11).

A consolidação da lexicografia brasileira acontece na segunda metade do século XX. Os dicionários brasileiros, nesse período, passaram a ser mais utilizados que os dicionários portugueses. De acordo com Nunes (2010), “se o dicionário for um dos critérios para se dizer que uma língua é diferente da outra, vemos aí a distinção entre a língua portuguesa e a ‘língua brasileira’, visto que em cada país se utilizam dicionários específicos” (p. 11). O autor acredita que este percurso pela história dos dicionários brasileiros permite observar que a lexicografia brasileira tem uma história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm relação, ainda que de modo redutor, com a realidade multilíngue do Brasil. “Essa história mostra também a relação entre os instrumentos do colonizador e os do colonizado que pouco a pouco vão surgindo e

se estabelecendo” (NUNES, 2010, p. 11).

O dicionário, então, após tantas etapas, consolida-se como um importante instrumento linguístico, resultado da revolução tecnológica dos estudos da Linguagem. No Brasil, à medida que a elaboração de dicionários toma uma autoria brasileira, os dicionários portugueses vão deixando de ser usados, intensificando-se, assim, uma produção local. É justamente dentro dessa produção local que surgem dicionários regionalistas, buscando dar conta das variedades linguísticas do português brasileiro segundo as regiões do país. Este movimento objetiva produzir novos registros de palavras, para cobrir o universo lexicográfico da língua portuguesa no Brasil. Ou seja, dos brasileirismos do período colonial para os regionalismos do início do século XX.

2.2.4 O dicionário regionalista: um registro do modo de falar do gaúcho

Antes de adentrarmos na questão dos dicionários regionalistas, convém trazer noções acerca do que é regionalismo. A questão regional no que diz respeito ao sul rio-grandense perpassa pelo debate sobre a identidade do gaúcho, sujeito central da cultura regional, em torno do qual emerge toda uma cultura a ser descrita por verbetes específicos, distintos daqueles (re)conhecidos no Português Brasileiro, neste caso do autor aqui escolhido, Roque Callage, em um período ainda sobre forte influência da gramática e dicionários portugueses.

O que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que atualmente só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para seus habitantes só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é hoje resposta enquanto expressão de uma distinção cultural em um país que se encontra integrado do ponto de vista econômico, cultural e de redes de transporte de comunicação (OLIVEN, 2006, p. 14).

Sob essa perspectiva, entende-se que o regionalismo é um “campo de disputas no quais grupos com diferentes posições e interesses se enfrentam” (OLIVEN, 2006, p. 25). Compreender que existem diferentes identidades regionais no Brasil faz com que se valorizem as diferenças culturais, como uma forma de não ceder a uma homogeneização cultural. Nesse contexto, interessa-nos saber mais acerca dos dicionários regionalistas, que servem justamente para marcar essas diferenças e preservá-las.

Dicionários de regionalismos e brasileirismos também são conhecidos como

dicionários sobre o povo. Segundo Nunes (2006b), eles apareceram no final do século XIX e serviam como complemento aos dicionários portugueses. O Brasil, nesse período, vivia um momento de afirmação de uma língua nacional e o discurso sobre o povo era formulado no dicionário. Sujeitos típicos do país, como índios, mulatos, quilombolas e baianos tinham suas definições apresentadas nesses dicionários sobre o povo, ou seja, sujeitos que constituíam a sociedade brasileira. Essas obras tinham como principal objeto o povo brasileiro, mas elas não eram destinadas a um público amplo, sendo assim despertavam interesse mais especificamente nos estudiosos da língua nacional.

O Brasil do século XIX é um país predominantemente rural, mas o dicionário é feito para os letrados, nos centros urbanos em desenvolvimento, como Rio de Janeiro e Porto Alegre. O dicionário sobre o povo faz aparecer as palavras do povo brasileiro e lhes atribui um estatuto linguístico nacional ou regional. Isto funciona como um argumento para estabelecer a diferença entre o português brasileiro e o português de Portugal (NUNES, 2006c, p. 2).

Em um dicionário de regionalismos encontram-se formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela determinada região. Esse objeto discursivo carrega também as representações próprias das relações sociais que se efetivam em um espaço bem determinado. Segundo Nunes (2001), o dicionário de termos regionalistas é “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (p. 101), o qual apresenta um repertório popular próprio de um sujeito que vive fora dos grandes centros urbanos, mostrando, também, a reprodução de práticas sociais encenadas em contextos históricos específicos. Conforme Petri (2008), o dicionário regionalista funciona como um lugar de referência e de preservação de um patrimônio linguístico-cultural, pois nele

[...] encontramos o ‘levantamento do que é próprio do popular, do domínio de um falante do ‘interior’ de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao ‘imaginário de passado glorioso’, silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir. [...] o dicionário de termos regionalistas funciona como um lugar de referência e de preservação do passado de glórias (p. 229).

Olhar para o dicionário, como já foi dito no sub-capítulo anterior, requer tomá-lo não somente como um objeto que deve ser consultado para sanar dúvidas sobre significações de palavras e ortografia. Não se trata de apenas um objeto de

consulta, pois além dessa função, ele também funciona, no caso do *Vocabulário Gaúcho*, como referencial de tradicionalismo e “não como acúmulo do saber atualizado, ou instrumento de consulta universal” (PETRI, 2008, p. 237).

Em nosso caso, a perspectiva a partir da qual observamos o dicionário é a da enunciação e a da HIL. De acordo com Auroux (1992) “todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (p. 15). Para a AD, o dicionário é considerado um “objeto discursivo”, o que significa que

[...] o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas “condições de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas (NUNES, 2010, p. 6-7).

Na metade do século XIX, de acordo com Sturza (2006b), após a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, o cenário intelectual do estado passou a ser bastante produtivo, “com publicações de trabalhos na área da literatura, história, folclore, entre outros” (p. 1). Para a autora, essas manifestações contribuem para a formação de uma identidade regional, traçando um perfil do gaúcho baseado em “estudos sobre o seu comportamento social, suas posições políticas, suas tradições e seu modo de falar”. Esse cenário propicia a produção de dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul que registram o modo de falar dos gaúchos, que se difere não somente do modo de falar de Portugal, como também das demais regiões do Brasil.

Em dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul, existem sentidos promovidos pelos falantes daquela região. Como afirma Petri (2010), trata-se da manutenção de saberes, da manutenção de uma história, de uma identidade dita como “gaúcha”, via especificidade linguística. Essa identidade se perpetua² com a ajuda do dicionário. Auroux (1992) considera o dicionário um instrumento linguístico que serve não só de base para a construção de conhecimentos, mas também para representar uma materialidade discursiva de perpetuação linguística. Consideramos que os dicionários de regionalismos funcionam como preservação do léxico gaúcho,

² Entendemos que *perpetuar* neste contexto tem o sentido de preservar e manter.

da mesma maneira em que preservam uma identidade regional. Esses dicionários ao mesmo tempo em que atualizam um saber, o mantêm, para que não se perca esse linguajar gauchesco. E, através dos instrumentos linguísticos, se coloca em destaque um imaginário sobre o gaúcho e seu linguajar.

Na verdade, o dicionário regionalista nos oportuniza a observação da constituição da linguagem regionalista do sul do Brasil compilada na forma da instrumentação, ou seja, ela também passa pelo processo de tecnologização, através do qual são produzidos instrumentos linguísticos especialmente concebidos como espaço de manutenção, colocando em funcionamento um imaginário de “língua regional”. Talvez mais do que isso, pois nos dá a conhecer uma forma de memória oral e popular por um trabalho de escritura, o que contribui para a historicização das ideias do sul do país, por exemplo (PETRI, 2009, p. 34).

O dicionário de regionalismos, sobretudo o de regionalismos do Rio Grande do Sul, estabelece um diálogo com a tradição de um povo, o gaúcho, que evoca suas diferenças linguísticas como marca identitária. Ainda para a mesma autora, o dicionário de regionalismos, tem relação, então, com o passado e a tradição de um grupo social que marca sua identidade e sua tradição também pela língua, transformando sua maneira de falar, que é distinto de outras regiões do Brasil em uma identidade própria e a diferença linguística em uma marca identitária. O dicionário regionalista sul rio-grandense também traz uma outra especificidade que é o estabelecimento de um diálogo com o estrangeiro e com países vizinhos com os quais faz fronteira, como Argentina e Uruguai;

[...] dialoga com os relatos de viajantes, dialoga com as ideologias separatistas; dialoga com a literatura regionalista de ontem e de hoje; dialoga com glossários e vocabulários elaborados por outros tradicionalistas, sejam eles brasileiros ou não (PETRI, 2008, p. 236).

Um dicionário regionalista é idealizado como depositário de uma língua regional, “como espaço materialmente constituído, capaz de alcançar ideais de manutenção de imagens de um sujeito, bem como da língua\cultura\tradição de um grupo social que nos permite pensá-lo e defini-lo como ‘tesouro de um falar comum’” (PETRI, 2009, p. 29). Os verbetes que nele constam podem ou não aparecer em dicionários nacionais já que, segundo a autora, a língua é portuguesa no e do Brasil, plena em especificidades de várias ordens, dentre as quais estão os regionalismos.

Para Nunes (2010) fazer dicionário serve para “produzir uma identidade nacional, regional ou de grupo social” (p. 7). Registrar uma língua regional em um

instrumento tecnológico, nesse caso, o dicionário, é dar a ela um efeito de preservação, algo que talvez não aconteceria só na base da oralidade, por ela possuir um caráter evanescente.

Não somente os dicionários regionalistas registram o modo de falar de sociedades específicas; os glossários e vocabulários também desempenham essa função. É pertinente salientar que a obra *Vocabulario Gaúcho*, nosso objeto de pesquisa da presente dissertação, trata-se de um vocabulário. A diferença entre dicionários, glossários e vocabulários será explicada no sub-capítulo a seguir.

2.2.5 A função dos vocabulários e glossários

Instrumentos linguísticos, em nosso entender, fazem parte da relação com a história e a sociedade. Gramáticas e dicionários integram um “processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). Estes dois instrumentos linguísticos, juntamente com vocabulários e glossários, “constituem discursos sobre a língua, isto é, discursos que institucionalizam uma língua e que atrabalham como patrimônio” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 43).

Os vocabulários possuem funções semelhantes às dos dicionários regionalistas, ou seja, também contribuem para a preservação do falar de uma determinada sociedade, como é o caso de *Vocabulario Gaúcho* e também de *Colleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Pereira Coruja, publicado em 1852. Mais uma vez nos deparamos com a questão do regionalismo:

É, pois, nessa relação entre nacional e regional que se instala tal tensão, o que pode ser observado em instrumentos linguísticos que se relacionam com a gramática da língua, mas que fazem emergir, de fato, as diferenças quando se constituem como vocabulários e glossários locais e regionais (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 48).

Para Auroux (1992), os glossários têm origem nas listas de palavras e resultaram em dicionários, sem que tenham perdido, necessariamente, espaço para estes. “Ao contrário, continuam sendo produzidos seja em livros de literatura ou não” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 51). Entendemos que dicionários, vocabulários e glossários são lugares de memória na língua: os vocabulários parecem ser uma lista descompromissada de palavras, enquanto os glossários controlam sentidos e

dicionários registram sentidos e são usados como consulta, como se abarcassem não somente dúvidas em relação a sentidos, mas também em relação a questões ortográficas.

O funcionamento dos glossários é distinto dos dicionários no momento em que se percebe que existem “palavras ladeadas por outras palavras; por vezes não, quando se têm verbetes seguidos de classificações, explicações, definições, sinonímias e exemplos” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 51). Os dois instrumentos linguísticos não têm o mesmo estatuto, pois o dicionário serve como lugar de consulta da língua, lugar esse que sanaria todas as dúvidas acerca da língua, produzindo, assim, um efeito de completude. Já o glossário tem uma outra relação com a língua:

Os glossários vinham à margem do texto ou no meio deles (idem). Eram, portanto, dependentes do texto, frutos do texto e serviam ao texto. Indo adiante, podemos dizer que os glossários faziam parte de algum modo do corpo do texto: sua cicatriz. Marcava-se no corpo do texto um discurso outro: alteridade inscrita na glosa. Sua função era explicar, conforme Nunes, “palavras difíceis” substituindo-as por “palavras fáceis ou do vernáculo”. A “tradução” era, pois, a marca do descompasso entre texto e leitor, a marca do descompasso entre discursos e entre línguas. Somente em momento posterior o glossário se fez autônomo (MEDEIROS, 2012, p. 25).

Ainda para a autora, os glossários nasceram presos ao texto. Entendemos que instrumentos linguísticos, sejam eles vocabulários, glossários, dicionários e/ou gramáticas, são discursos sobre a língua. Estes instrumentos são discursos que institucionalizam a língua e que a trabalham como patrimônio, além de revelarem nuances de sentidos, diferenças e aproximações, compondo, juntos, a heterogeneidade constitutiva dessa língua.

Em nosso entendimento, *Vocabulário Gaúcho*, apesar de estar designado com *vocabulário*, assume funções semelhantes a dos dicionários regionalistas. Uma delas é a de registrar o modo de falar de uma sociedade específica, nesse caso, a gaúcha. Callage (1928), na nota da 1ª edição, explica que a obra busca arquivar “o que por ahi fóra existia esparso e ainda não archivado” (p. 6), ou seja, registrar os termos e expressões que o autor considera “genuinamente rio-grandenses”, peculiares ao falar do gaúcho, falar esse que ele descreve como “ingênuo” e “simples” das populações rurais.

Também notamos ainda na mesma nota uma diferença entre o vocabulário e o dicionário nacional, no momento em que o autor nos diz que registra palavra sem

adentrar na questão da etimologia das palavras:

Não entramos na etymologia das palavras. Registramo-las, apenas, dando-lhes o significado que entendemos verdadeiro, documentando-as tanto quanto possível, com exemplos encontrados no *folk-lore* e nas paginas de todos os escriptores e poetas que imprimiram ás suas producções um traço caracteristicamente gaúchesco (CALLAGE, 1928, p. 6, grifos do autor).

Apesar desta diferença, é possível encontrar uma semelhança com o dicionário nacional: *Vocabulario Gaúcho* traz a classificação gramatical das palavras, dizendo se ela é adjetivo, substantivo, verbo etc; tal fato é visível nos verbetes abaixo:

ABARBARADO, adj. Temível, arrojado, estouvado, grosseiro (p. 11).

CALOMBO, subs. e adj. protuberancia, inchaço ou tumor em qualquer parte do corpo. E' tambem uma raça de gado ordinario, sem cruzamento (p. 33).

EMBROMA, subs. demora ou delonga em fazer qualquer cousa (p. 53).

GAÚCHAR, v. Viver como gaúcho ou campeiro (p. 67).

Ao dizer se o verbete é adjetivo, substantivo e adjetivo, substantivo ou verbo, a obra que nos serve de objeto de análise encontra mais um ponto em comum com os dicionários de língua nacional. Inclusive, Callage (1928) parece estabelecer uma relação entre a língua nacional e as expressões usadas pelo povo gaúcho, pois ele prevê que os leitores perceberão o fato de que muitas palavras registradas em sua obra pertencem ao que ele designa como “mais puro classicismo na língua portuguesa” (p. 7). Neste sentido, o autor afirma que:

Não nos furtamos, todavia, ao desejo de aqui archivar-as como se fossem expressões creadas pela nossa tecnologia localista, isso pela simples razão de serem manejados a cada momento nas lides campeiras, como são os que se entendem com a carreta e todas as suas pertenças (CALLAGE, 1928, p. 7).

O autor ainda comenta e exemplifica termos cujo número é considerável usados no Rio Grande do Sul com significação totalmente distinta da de Portugal, como *rebenque*, *palanque*, *quarta*, *addicionado*, *moirão*, *loros*, *andarivel*, *mesquinho*, *floreio*, além de outros que, segundo o autor santa-mariense, já haviam desaparecido da pátria de origem e sendo usados somente no Rio Grande do Sul.

Apresentando semelhanças e diferenças com os dicionários regionalistas e

nacionais, os vocabulários se firmam como um importante instrumento linguístico capaz de registrar verbetes falados pela sociedade gaúcha, assim como os dicionários regionalistas. Callage (1928) admite que sua obra é uma singela homenagem ao povo gaúcho, que ele chama de “nossa gente”, assim como também reverencia às tradições desse lugar chamado Rio Grande do Sul ao qual ele se refere como “nossa terra”. O autor admite outros autores e obras que consultou para produzir *Vocabulario Gaúcho*:

Candido de Figueiredo, *Dic. Da Lingua Portuguesa*; P. Carlos Teschauer, *Novo Vocabulario Nacional*; Granada, *Dic. Rio-Platense*; Romangueira Corrêa, *Vocabulario Sul Rio-Grandense*; Visconde de S. Leopoldo, *Annaes da Provincia de S. Pedro*; Heraclito, *O Campeiro Rio Grandense*; Major Cezimbra Jacques, *Assumptos do Rio G. Do Sul*; Lassance Cunha, “*O Rio Grande do Sul*”; Apollinario Porto Alegre, *O Vaqueano*; Pery de Castro, *Cousas do Meu Pago*; J. Simões Lopes Netto, *Cancioneiro Guásca, Lendas do Sul e Contos Gaúchescos*, Alcides Maya, *Ruinas Vivas, Tapéra e Alma Barbara*; Amaro Juvenal, *Antonio Chimango*; João Fontoura, *Nas Coxilhas*; Darcy Azambuja, *No Galpão* [...] (CALLAGE, 1928, p. 8, grifos do autor).

É através de um instrumento linguístico, neste caso, um vocabulário, que o autor pôde registrar seu orgulho e sentimento de pertença ao extremo sul do país, admitindo que recorreu a outros instrumentos linguísticos produzidos por outros autores. Tal orgulho que se manifesta na língua, quando Callage (1928) descreve sua obra como “uma modesta homenagem às tradições gloriosas de nossa terra e de nossa gente” (p. 9), imprimindo, de certa forma, sua marca naquilo que enuncia em *Vocabulario Gaúcho*. É justamente a enunciação o tema de nosso próximo capítulo.

3 ENUNCIÇÃO E DESIGNAÇÃO

3.1 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM

Benveniste, em sua obra *Problemas de Linguística Geral I* (2005), nos apresenta o conceito de subjetividade na linguagem. O autor explicita a importância da linguagem como instrumento de comunicação, visto que “os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se (BENVENISTE, 2005, p. 284). É justamente através da linguagem que o homem se constitui como sujeito.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne e, que assegura a permanência da consciência. [...] É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”. A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa eu (BENVENISTE, 2005, p. 286, grifos do autor).

Assim, entendemos que a linguagem só acontece “porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Essa relação, para o autor, funciona como um eco: o *eu* requer uma outra pessoa, nesse caso o *tu*, à qual *eu* diz *tu* e ela responde a *eu* usando o *tu*. É importante uma explicação mais detalhada acerca dos termos *locutor* e *alocutário*, já citados anteriormente e que constituem uma parte importante da enunciação. Para Benveniste (2006), o termo *eu* denota o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, “o indivíduo que está aí presente como alocutário” (p. 84).

Toda enunciação supõe um *locutor* e um *alocutário*; ela se dá no tempo, em um determinado momento; os actantes da enunciação (*locutor* e *alocutário*) encontram-se no *espaço*, em um determinado lugar, no momento em que ela ocorre. Os dêiticos, cuja série mais representativa é *eu*, *tu*, *aqui*, *agora*, são as palavras que designam, dentro do enunciado, os elementos constitutivos de toda enunciação, que são o locutor, o alocutário, o lugar e o tempo da enunciação. [...] em cada ocorrência de *eu*, esta palavra só pode designar o indivíduo que disse *eu* para falar de si mesmo; *tu* só pode designar o indivíduo que a quem o locutor se dirige para falar

dele, alocutário; *aqui* e *agora* só podem designar o lugar e o tempo da ocorrência e do enunciado que fazem parte (CERVONI, 1989, p. 23, grifos do autor).

O que interessa para a teoria da enunciação é processo como a própria enunciação ocorre, ou seja, o modo pelo qual o sujeito se marca naquilo que diz. O *eu* tem como significação geral única e constante a de designar o remetente da mensagem, e *tu*, o destinatário dessa mensagem. De acordo com Negróni; Colado (2001), a enunciação se faz palpável através de partículas linguísticas as quais Benveniste chama de *déiticos*, cujo eixo se constrói e oscila fundamentalmente sobre a pessoa (*eu/nós, tu/vocês*), o tempo (*agora, hoje, ontem, etc.*) e o espaço (*aqui, aí, etc.*). *Eu* e *tu* compõe a relação fundamental a partir da qual se organiza a subjetividade da língua, pois são as instâncias de interlocução e marcas que designam seres aos quais se atribuem o papel de interlocutores, em particular de *locutor* e *alocutário* respectivamente, no acontecimento enunciativo onde o enunciado aparece. *Eu* e *tu* se referem, de modo geral, a quem está falando e a quem se está falando e se situam em um tempo e em um espaço.

Para Flores; Teixeira (2005), existem duas marcas de enunciação. A primeira marca separa o “*eu/tu*” – em que existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela – do “*ele*” – privado da característica de pessoa e evidenciando como a forma verbal para indicar a não-pessoa. Essa oposição acontece através de uma tripla especificidade de “*eu/tu*” em relação a “*ele*”. “A segunda correlação opõe ‘*eu*’ a ‘*tu*’. ‘*Eu*’ é interior ao enunciado, exterior a ‘*tu*’ e transcende a este, portanto, é a única pessoa realmente subjetiva” (p. 32)

Conclui-se, dessa forma, que com Benveniste (2006), a categoria de pessoa passa a adquirir outro estatuto, porque não é suficiente defini-la em termos de presença/ausência do traço de personalidade, mas é necessário concebê-la em termos de subjetividade. O “*eu*” é pessoa subjetiva; o “*tu*” é apenas pessoa: “Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não-pessoa’”. (p. 255) [grifos do autor]. A linguagem é a possibilidade da subjetividade e o discurso faz emergir a questão da subjetividade.

Retomando Benveniste (2005), que nos diz que os homens utilizam a linguagem para comunicarem-se por não acharem outro meio mais eficaz de comunicação, entendemos que quando *eu* se dirige a um *tu*, isso acontece em um

determinado espaço, que Guimarães (2005) denomina como *espaço de enunciação*. Antes de explicarmos como se configura o espaço enunciação, é pertinente trazer pressupostos teóricos acerca da teoria da enunciação, na qual Benveniste (2005, 2006) deixou importantes e significativas contribuições.

3.1.1 As teorias da enunciação

Estudos mais atentos e rigorosos sobre a enunciação são relativamente recentes – os trabalhos pioneiros de É. Benveniste datam do fim da década de 1950 (NEGRONI; COLADO, 2001). Torna-se pertinente, então, trazermos as teorias de É. Benveniste acerca da enunciação, devido a sua importância e pioneirismo nesse campo:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a 'fala'? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Para o autor, a enunciação é definida em relação a uma ação individual, ou seja, é a ação de se apropriar da língua. A partir dessas afirmações, separa-se concomitantemente o ato – objeto de estudo da linguística da enunciação – do produto, o discurso. Esse ato é a relação do locutor com a língua baseada em determinadas formas linguísticas da enunciação que marcam essa relação. É necessário também compreender a distinção entre *enunciação* e *enunciado*:

[...] é preciso distinguir o enunciado, que é o objeto produzido pelo locutor tendo escolhido empregar uma frase, e a enunciação entendida como a ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta (DUCROT, 1984, p. 89).

Com a explicação do autor e também sob a ótica de Fiorin (1996), entendemos que a enunciação é o ato de produzir um enunciado. A enunciação é o produto da atividade do sujeito falante, um segmento de discurso, constituído pelo aparecimento de um enunciado. Já Conde (2008) diz que, ainda em relação à diferença entre enunciação e enunciado, faz-se necessário elucidar que o enunciado

é mais que o dito e escrito. Ele é a materialização da enunciação e só é possível compreendê-la através do enunciado. Também é pertinente mencionar que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito. A enunciação supõe um sujeito e teoriza sobre esse sujeito, “pois seu interesse é propriamente sentido. Logo, seria necessário não ceder ao impulso de ver no sujeito da enunciação uma evidência perceptível, psicológica, livre e transparente” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 11).

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1995), a enunciação é a busca dos procedimentos linguísticos com os quais o locutor imprime sua marca naquilo que enuncia, se inscreve na mensagem e se situa em relação a ela. A enunciação tem essência histórica e por isso não reproduz a si mesma de forma duas vezes idêntica jamais. Já Guimarães (2005) em sua obra *Semântica do Acontecimento*, por enunciação, entende um acontecimento no qual sujeito e língua estabelecem uma relação. Conde (2008) concebe a enunciação como colocar em prática a língua e o discurso, e essa prática é o estágio de uma total confluência de diferentes saberes e práticas.

Enquanto acontecimento de linguagem, a enunciação se faz pelo funcionamento da língua. Guimarães (2005) vê a enunciação como a língua posta em funcionamento pelo locutor – trata a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor. A língua e o sujeito são dois elementos decisivos para este acontecimento de linguagem. O sujeito vem a constituir-se pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo. A temporalidade e o real também fazem parte desse acontecimento. Em relação ao real, não se trata do contexto e sim da materialidade histórica do real. Isso quer dizer que enunciar é um ato feito em outras instâncias que não a do ser físico ou do mundo físico.

No que tange ao aparelho formal da enunciação, conceito elaborado por Benveniste (2005), ele pode ser visto como uma espécie de dispositivo que as línguas possuem para que possam ser enunciadas. Esse aparelho é a marca da subjetividade na estrutura da língua. A cada vez que o locutor se apropria do aparelho formal da enunciação, está, conseqüentemente, produzindo um uso novo e irrepetível. Ducrot (1984) elucida que a enunciação é constituída pela aparição de um enunciado. Sob a ótica do autor, a enunciação é um acontecimento histórico no qual se tem a aparição momentânea de algo. É a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala. Segundo o autor, a realização de um

enunciado é um acontecimento histórico: é dada existência a “alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois, é esta aparição momentânea que chamo de enunciação. Para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece” (DUCROT, 1984, p. 168-169).

Ainda sobre a questão da não repetibilidade da enunciação, Foucault (1969) nos diz que “A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir (p. 116). Deste modo, a enunciação é vista sempre como o lugar do novo.

Já para Sampaio (2007), a enunciação é a atitude do

[...] falante diante de seu enunciado (que faz parte do mundo material), pode ser considerada o ato em si (que transforma sentidos em palavras), a situação na qual se realiza, as condições de produção que a possibilitam e a própria realização. [...] Após a enunciação, a língua vira discurso de que brota de um locutor, forma sonora dirigida a um alocutário e que suscita outra enunciação como resposta (p. 20-21).

Na enunciação, de acordo com Benveniste (2006), a língua se acha empregada para a expressão de uma relação com o mundo e a enunciação é a instância de mediação entre a língua e a fala. A enunciação, para Flores; Teixeira (2005), “é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário” (p. 35). A alocação vem a instaurar o outro no emprego da língua. Ducrot (1984) afirma que cada ato de enunciação constitui um acontecimento único e implica em um locutor particular. Observamos também que a enunciação não é considerada como algo alheio à língua e sim como um fenômeno integrado e inscrito nela, de maneira implícita ou explícita. “Podemos decir que detrás de cada enunciado, y por extensión de cada discurso, hay una enunciación, se vea exteriorizada o no”³ (NEGRONI; COLADO, 2001, p. 68).

Ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor se relaciona com o mundo via discurso de um sujeito, ao mesmo tempo que o alocutário co-refere. Para Benveniste (2006), “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. [...] A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (p. 83). Afirma também que a enunciação supõe a conversão da língua em discurso. Esse ato

³ Podemos dizer que atrás de cada enunciado, e pela extensão de cada discurso, há uma enunciação, esteja exteriorizada ou não (Tradução nossa).

individual, pelo qual se utiliza a língua, introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Já Guimarães (2005) diz que a enunciação não é individual:

[...] tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra neste espaço de línguas e falantes. [...] Enunciar é estar na língua em funcionamento (p. 22).

A partir dessa reflexão, emerge a questão do espaço de enunciação, visto que a enunciação é colocada em prática em espaços determinados onde sujeitos colocam línguas em funcionamento e assim produzem sentidos.

3.1.2 O espaço da enunciação: espaço de funcionamento de línguas habitado por sujeitos falantes

A relação entre a língua e o falante é fundamental, de maneira que somente existem línguas porque há falantes e só existem falantes porque há línguas. Segundo Guimarães (2005), essas funcionam de acordo com o modo de distribuição para seus falantes, de forma que não podem ser considerados objetos abstratos que um conjunto de pessoas, aleatoriamente, em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e mantêm uma relação direta e inseparável com aqueles que as falam. Para corroborar esta afirmação, o autor traz a língua portuguesa como exemplo, pois não existe o português se não houver falantes dele. Não seria possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam determinada língua e de determinado modo. A relação entre língua e falante não pode ser tomada como uma simples relação empírica, onde, por exemplo, no Brasil se fala português, no Paraguai, espanhol e guarani, etc.

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Nesse sentido, o espaço de enunciação é algo que vai além de espaços geográficos e delimitações territoriais. Para Tatsch (2013, p. 211), “Não é um espaço apenas topográfico, mas é um espaço de disputas pela palavra e, em certo modo,

pelos sentidos”. É também um espaço político, marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas, sendo que “político”, nesse caso, entende-se como o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

Portanto, o político não é algo exterior à língua, que lhe é acrescido por razões sociais; ao contrário, ele é parte do seu funcionamento. Esse espaço compreende o lugar de constituição de línguas e falantes. Os falantes não devem ser vistos apenas como personagens da enunciação, pois o papel deles no espaço da enunciação vai além disso: são figuras políticas determinadas por esses espaços de enunciação.

Devido ao fato de ser atravessada pelo político, a língua é composta por uma divisão, pela qual os falantes se identificam. O falante é, então, concebido como uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 18), e não como indivíduo.

[...] consideramos que o conceito de espaço de enunciação possibilita ancorar o estudo da divisão constitutiva da(s) línguas e seu(s) falante(s) em um espaço historicamente determinado que funciona como suporte territorial para esse conjunto de relações, delimitando o alcance ou escopo referencial que permite o fechamento provisório de um campo de conflitos e contradições. Para poder descrever um espaço de enunciação em termos das divisões que o constituem, é necessário estabelecer sua delimitação territorial e temporal, isto é, é necessário situá-lo materialmente no espaço e no tempo históricos. Porém, esse território recortado para efeitos de análise é interpretado não em termos geográficos ou geopolíticos, mas discursivamente: como espaço historicamente praticado por sujeitos ideologicamente constituídos em relação a uma ou mais línguas materialmente determinadas por condições de produção (FONTANA; DINIZ, 2008, p. 97).

O político é algo próprio da enunciação. Tomar a palavra, dizer e enunciar são atos políticos, pois não há acontecimento de linguagem que não possa estabelecer uma divisão, uma diferença no real da história e na memória da língua. Não há, pois, acontecimento de linguagem que não esteja significado pelo conflito, pela contradição, pelo litígio entre o real da história e o real da língua, o dito e não dito, o dito de tal modo em detrimento de outro. Conforme Guimarães (2005), “o político é incontornável porque o homem fala” (p. 16).

Sendo assim, as línguas compõem elementos fortes e essenciais no chamado processo de identificação social dos grupos humanos. O espaço de enunciação atribui as línguas para seus falantes e tem uma regulação específica, pois distribui

as línguas em relação de um modo particular.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

É pertinente tomarmos o falante não apenas como pessoas em suas atividades físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. Eles não são apenas indivíduos que falam esta ou aquela língua, e sim são sujeitos da língua, pois são constituídos por este espaço de línguas e falantes que Guimarães (2005) chama de espaço de enunciação. Os falantes são pessoas que falam línguas enquanto pessoas determinadas pelas línguas falam. Nesse sentido, o autor apresenta uma visão distinta da de Ducrot (1984), que conceitua o falante como figura físico-fisiológica e psíquica. O falante vem a ser uma figura política e não apenas empírica, figura essa constituída pelos espaços de enunciação.

[...] o espaço de enunciação é o modo de distribuir, segundo as definições acima, as línguas em relação. Esta distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. E este modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Se temos, por exemplo, num certo espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua nacional, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. O espaço de enunciação é assim político (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Em um espaço de enunciação onde o político se faz presente, os falantes não são tomados enquanto indivíduos psicologicamente no espaço de enunciação. "Eles são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas (e pelas divisões que a constituem) e assim se distinguem linguisticamente" (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

Entendemos que o fato de existirem línguas no mundo causa pluralidade, de modo que essa pluralidade não poderia estar isenta de tensão, conflitos e desigualdades. As línguas existem e funcionam por uma política de línguas em espaços de enunciação. Não há constituição de falantes sem que antes haja uma língua em que se fale (GUIMARÃES, 2005). O espaço de enunciação vem a ser um espaço de

[...] constituição (e desfiguração) das línguas: uma língua existe porque existem seus falantes, mas esses mesmos falantes só são assim reconhecidos porque, antes, são falantes de uma língua. [...] Ao mesmo

tempo, porém, falantes de uma mesma língua não se constituem enquanto tal senão por lugares sociais que determinam o direito e o modo de acesso à palavra. Justamente onde a língua se constitui uma, ela também se desfigura para constituir outra, sob uma aparente identidade/igualdade: pela distribuição desigual do direito à palavra e pela própria diversidade dos modos de dizer, a língua, uma vez falada, é sempre diferente de si, dividida, desfeita. O espaço de enunciação não é uma realidade empírica. Ele é elemento teórico-metodológico que permite por em estreita relação o político e a(s) língua(s) (OLIVEIRA, 2014, p. 54).

Nos espaços de enunciação, onde se falam determinadas línguas, também acontecem relações dessas com outras línguas. Por exemplo, na língua portuguesa o verbo *deletar* é um derivado do inglês *delet*. Isso quer dizer que o espaço de enunciação do português inclui uma relação com o inglês. Sob a perspectiva de Guimarães (2005), o espaço de nomeação é também ocupado pela língua inglesa e isso se nota no procedimento de nomeações, visto que há estabelecimentos comerciais em território brasileiro cujos nomes são em inglês. Essas nomeações se constroem através de uma relação entre falante e as línguas portuguesa e inglesa. Para o autor, as línguas se dividem e politicamente elas também se misturam. Outro exemplo é a palavra *morocho*, de origem platina, mas que consta em *Vocabulário Gaúcho*, de Roque Callage. O próprio autor, ao definir *morocho*, admite que é “um dos muitos termos platinos enraizados no Rio Grande do Sul” (CALLAGE, 1928, p. 91).

Os espaços de enunciação, conforme já foi elucidado, são espaços que transcendem espaços geográficos. Segundo Oliveira (2014), “é só na negação de qualquer evidência do tipo ‘portugueses falam português’ e ‘brasileiros falam português’ que podemos reconhecer o político na/da língua” (p. 55). São também espaços políticos, onde se concretiza a relação entre língua e falante.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas [...] São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e ao modo de dizer: são espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociados desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais (GUIMARÃES, 2005, p. 18-19).

Assim, nota-se que o espaço de enunciação e a relação entre falantes e línguas vão além também de explicações meramente empíricas porque são também espaços onde se constituem sujeitos, sujeitos esses que falam línguas, que por sua vez são indissociáveis do político. É sob essa perspectiva que o espaço de enunciação é um espaço político.

É nesse sentido que o espaço de enunciação interessa-nos enquanto espaço político. O espaço de enunciação é onde se trava a relação entre língua e falante; é aqui que se configura o acontecimento. O espaço de enunciação não pode ser interpretado como uma relação empírica entre línguas e falantes; é um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas também dividido e redividido, desigualmente. O espaço de enunciação, portanto, será sempre regulado por políticas lingüísticas e disputado, no que diz respeito ao uso da palavra, pertencendo essa a um mesmo idioma ou a idiomas diferentes. Assim, é essa regulação e essa disputa que distribuem e (re)dividem os papéis sociais, permitindo ou não o acesso a determinados dizeres, bem como a organização política desses dizeres, em maior ou menor intensidade, daí afirmar que falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes [...] (NASCIMENTO, 2004, p. 37).

Essas relações entre falantes e línguas configuram esse espaço político, pois são espaços de tensão e disputa, de maneira que sujeitos podem ser incluídos ou excluídos desse espaço.

3.1.3 O sujeito enunciador

Com o conceito de enunciação, o estudo que pretende evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito, se consolida. “As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 12).

No processo de enunciação podemos distinguir dois tipos de personagens: os *locutores* e os *enunciadores*. Para Flores e Teixeira (2005), o *locutor* é o ser responsável pela enunciação. Ou seja, é ao *locutor* que se deve atribuir a responsabilidade pela produção do enunciado. Já o *enunciador*:

[...] é uma perspectiva expressa por meio da enunciação, ele não “fala”, mas tem seu ponto de vista colocado sem, entretanto, ter atribuída precisão às palavras. Se o locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável, então o enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes. Assim, a identificação dos enunciadores somente é possível por intermédio do locutor, que pode ou não concordar com os enunciadores (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 66).

Já para Ducrot (1984), o enunciador é “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (p. 195). Os enunciadores, de acordo com o autor, expressam seus pontos de vista, atitudes e posições através da enunciação, mas as palavras usadas nos enunciados não são suas e sim escolhidas pelos locutores, que

por sua vez dão existência aos pontos de vista do enunciador. Dessa forma, o enunciador já não é mais responsável pelo material linguístico utilizado pelo locutor, mas afeta na posição que o locutor manifesta naquilo que enuncia. Segundo Orlandi (2006), “O enunciador é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” (p. 62).

Fiorin (1996) descreve as sete competências que o sujeito necessita para enunciar:

a) **competência linguística**, que é a competência básica para produzir um enunciado: o falante deve conhecer a gramática (sistemas fonológico, morfológico e sintático) e o léxico de uma língua para nela produzir enunciados gramaticais e aceitáveis; b) **competência discursiva**, que engloba uma competência narrativa, que diz respeito às transformações e estado presentes em todo texto e a seu arranjo em fases de um esquema canônico que parece ser universal; uma competência discursiva propriamente dita, que concerne, de um lado, à tematização e à figurativização e, de outro, à actorialização, à espacialização e à temporalização, bem como aos mecanismos argumentativos, que vão da utilização dos implícitos ao uso da norma linguística adequada, das figuras de pensamento aos modos de citação do discurso alheio, dos modos de argumentação *strictu sensu* (ilustração, silogismo etc.) aos efeitos de sentido de objetividade, de realidade, etc.; c) **competência textual**, que concerne ao saber utilizar a semiótica-objeto em que o discurso será veiculado (por exemplo, os processos de criação de imagens no cinema e na televisão e mesmo os procedimentos de textualização em língua natural, que decorrem do caráter linear dos significantes de seus signos); d) **competência interdiscursiva**, que diz respeito à heterogeneidade constitutiva do discurso; e) **competência intertextual**, que se refere às relações contratuais ou polêmicas que um texto mantém com outros ou mesmo com uma maneira de textualizar, como ocorre, por exemplo, na estilização; f) **competência pragmática**, que concerne aos valores ilocutórios dos enunciados; g) **competência situacional**, que diz respeito ao conhecimento referente à situação em que se dá a comunicação e ao parceiro do ato comunicativo (FIORIN, 1996, p. 32-33, grifos nossos).

Entendemos que essas competências são os dispositivos que o sujeito enunciador necessita mobilizar quando enuncia, ou seja, colocar em prática diferentes saberes para que seu enunciado seja entendido. Para Guimarães (2005), a enunciação é o aparecimento de um sujeito. O autor elucida sobre as particularidades de cada tipo de enunciador: enunciador-individual, enunciador-coletivo, enunciador-genérico e enunciador universal. Esses enunciadores, segundo Guimarães (2005, p.26), têm particularidades, especificidades que os categorizam em enunciador-individual (quando a enunciação representa o locutor como independente da história), enunciador-coletivo (que possui o mesmo estatuto do anterior, mas em vez das marcas de individualidade, apresenta-se como

coletividade), enunciador-genérico (quando a enunciação representa o locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos) e enunciador-universal (quando a enunciação representa o locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso).

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1984, p. 192).

Ainda sobre o sujeito enunciador, Benveniste (2006), considera que sempre há alguém na posição “A” de enunciador, concomitantemente há alguém na posição “B” de enunciatário. Os envolvidos nesse processo podem ser seres humanos não somente empíricos, mas seres humanos sujeitos que enunciam de acordo com suas posições sociais. Já Conde (2008), elucida que quando os sujeitos enunciadores enunciam trazem para os seus enunciados o dito ou o a dizer, “o por vir”.

Retomando Benveniste, entendemos que é através da linguagem que o homem se constitui como sujeito e, a história, tem uma forte relação com a linguagem bem como a designação possui uma relação com o real histórico, conforme elucidaremos a seguir.

3.2 A DESIGNAÇÃO: A SIGNIFICAÇÃO DE UM NOME E SUA RELAÇÃO COM O HISTÓRICO E O REAL

Designação e *nomeação* são termos comumente usados como sinônimos. Porém, para Guimarães (2005), ambos são distintos, já que *nomeação* “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (p. 9). Nomear também é tomar um indivíduo como sujeito e identificá-lo como um indivíduo biológico tanto para o Estado quanto para a sociedade. Já a *designação* tem relação com a significação de um nome, mas não como algo abstrato. É uma relação linguística (simbólica) que está remetida ao real, pois é uma significação enquanto algo próprio das relações de linguagem. Ela está exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história. Não se trata de um processo abstrato e sim de um processo histórico no qual a língua toca o real.

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. [...] As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Ainda no que tange a essa relação entre nomeação e designação, Melo (2011) vem a dizer que

[...] podemos entender que a designação e a nomeação são processos ligados entre si, quando se observa pela ótica da enunciação, pela relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidade específica, ou seja, é memorável porque não é o locutor o dono do dizer, e esta prática já está inscrita em uma memória anterior, esquecida, porém latente dentro de um espaço X (MELO, 2011, p. 73).

Guimarães (2005) elucida como um nome pode designar não apenas um objeto único, mas também objetos que mantêm com o nome uma relação de constante instabilidade. Um exemplo disso é a palavra “morro”, que pode designar o morro como acidente geográfico ou uma região ou espaço da cidade, como os morros da cidade do Rio de Janeiro. Essa designação também pode ter relação com uma questão social, no sentido de que morro também pode designar uma parte da cidade enquanto determinada pela diferença social. Percebe-se assim, a instabilidade da designação e “a necessidade de incluir na reflexão sobre estas designações, como de resto em geral, a consideração da história enunciativa que constitui tais designações que não são meras indicações ou descrições de espaço” (GUIMARÃES, 2005, p. 81).

Segundo Guimarães (1996), “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença” (p. 74). Já Coseriu (1982) diz que a designação é uma possibilidade da linguagem que fundamenta na linguagem como significação e o que conduz ao mundo das coisas que, em consequência, como mundo “estruturado” (diferenciado em tais ou tais “classes de coisas”), só pode ser alcançado mediante a linguagem. Para o autor, a designação tem uma relação dicotômica com o significado. O significado não “concerne às coisas como ‘entes’,

mas ao ser das coisas, isto é, à universalidade da experiência individual; noutras palavras, à experiência como sua própria possibilidade infinita” (COSERIU, 1982, p. 35). Para exemplificar, traz-se a palavra *árvore* e suas variadas formas de designar.

[...] a palavra *árvore* significa o ‘ser *árvore*’, ou seja, a infinita possibilidade do ente ‘*árvore*’. Daí o poder da palavra *árvore* designar tanto árvores existentes como outras que já não existem e outras que ainda não existem, assim como árvores imaginárias, simplesmente não existentes. Daí, também, o ser a designação das ‘coisas’ mediante linguagem algo secundário e condicionado: uma possibilidade que só se abre pelo significado. O significado pode, portanto, ser definido como possibilidade ou virtualidade da designação. Uma palavra pode, certamente, designar também algo individual, mas apenas através duma significação universal e apenas mediante uma individualização, em virtude duma operação de determinação. [...] Significado e designação são, pois, fundações linguísticas totalmente diferentes: o significado é conceptual, a designação por outro lado, é ‘objetiva’. A identificação do significado com o objeto designado é um erro de que nos últimos tempos até mesmo a lógica que a defendeu durante muitos anos se vai libertando (COSERIU, 1982, p. 35, grifos do autor).

Entendemos que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem e não tem relação com as classificações de coisas existentes em conjuntos fixos e pré-estabelecidos, mas sim com a identificação das coisas significadas na relação entre sujeito, linguagem e mundo.

O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos (GUIMARÃES, 2005, p. 91).

O significado é o conteúdo de uma palavra ou de uma expressão na medida em que é dado em uma língua e pela própria língua. Por outro lado, a designação é a referência a uma “coisa” ou a um estado de coisas, em um ato de falar e numa situação determinada. A designação é o que é possibilitado mediante o significado, visto que os entes são designados através do seu ser. “Daí o fato de que a miúdo tenhamos a impressão de que significado e designação simplesmente coincidem” (COSERIU, 1982, p. 50). Porém, segundo o autor, essa diferença é facilmente perceptível no caso da designação metafórica (designação através de um ser outro que o do ente designado) e da designação múltipla (designação do mesmo ente através de várias maneiras de ser). Existe ainda, um tipo de designação que tem

caráter de ironia. Segue abaixo um exemplo desse tipo de designação de teor irônico trazido por Coseriu:

Assim, por exemplo, se chamamos ironicamente um negro de “louro”, a palavra “louro” continua a significar o que significa na língua (isto é, precisamente, “louro”), mas o designado é o negro, e daí o valor “irônico” desse emprego. Assim, também, a mesma pessoa pode ser designada mediante várias palavras, segundo o modo de ser ao qual ela seja referida (por exemplo, “professor”, “criminoso”, “vizinho”, etc); nesse caso, há coincidência na designação (o ente designado é o mesmo), mas as palavras empregadas não significam a mesma coisa, e sim, cada uma, algo diferente (COSERIU, 1982, p. 50).

Assim, percebemos que ao designar algo se faz uma relação com o real e o histórico e isso não é um processo abstrato, pois, segundo Guimarães (2005), a designação é a significação de um nome, própria de uma relação linguística engendrada pelo real e tomada pela história. Para Nascimento (2004), designar na linguagem não é, de forma simplista, apenas identificar um objeto no mundo. A significação de uma expressão se constitui no funcionamento da língua, no confronto de dizeres e múltiplos sentidos. Esse espaço de constituição de sentido vem a produzir a designação.

E o que a palavra *gaúcho* designa? As designações para o termo gaúcho passaram por muitas fases, conforme trataremos no capítulo 4.

4 O SUJEITO GAÚCHO PELA LÍNGUA: HISTÓRIA E DESIGNAÇÃO

4.1 O GAÚCHO COMO TIPO SOCIAL

Antes de elucidarmos sobre a questão da formação da identidade do gaúcho como tipo social, convém trazer questões geográficas e históricas acerca do Rio Grande do Sul, estado brasileiro que faz fronteira com Argentina e Uruguai e guarda semelhanças com os países vizinhos. Geograficamente, o estado do Rio Grande do Sul é “o mais meridional estado brasileiro, com um território de 282.184² que se estende do oceano atlântico até as planícies que constituem parte da fronteira brasileira com a Argentina e com o Uruguai” (EIZIRIK, 2002, p. 137). Essa questão geográfica, de acordo com Oliven (2006), é responsável por um “isolamento geográfico do Rio Grande do Sul” (p. 62) do restante do Brasil, que durou por dois séculos.

Nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, o Rio Grande do Sul foi amplamente povoado por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, porém sua povoação iniciou com os guaranis e índios charruas. O estado recebeu um menor número de escravos negros em comparação com as regiões centrais e do norte do país. Segundo Oliven (2006), o estado tem um longo histórico de guerras e conflitos, visto que já foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha.

Ao longo dos séculos anteriores, o estado testemunhou várias revoluções e lutas internas e com os vizinhos argentinos, uruguaios e com o governo central brasileiro, chegando a ser proclamada, por dez anos, uma República do Piratini, independente do Brasil (EIZIRIK, 2002, p. 137).

Entendemos que entre Brasil e Rio Grande do Sul houve, ao longo da história, uma certa tensão entre o estado e o restante do país no que diz respeito à autonomia e integração. Um momento bastante importante para a história do Rio Grande do Sul é a Revolução Farroupilha, iniciada em 1835. Ela aconteceu devido ao descontentamento diante de imposições políticas e econômicas feitas por parte do Império. Após dez anos de lutas, revolucionários do estado proclamaram uma república independente no ano de 1836, porém depois de receberem anistia assinaram um acordo de paz com o governo imperial.

Mas a república proclamada pelos revolucionários continua presente até hoje na bandeira do Rio Grande do Sul no qual está inscrito seu nome e

data da proclamação (República Rio-Grandense, Vinte de Setembro de 1835) e seu lema (“Liberdade, Igualdade e Humanidade”), mantendo o episódio na memória coletiva dos habitantes do estado (OLIVEN, 2006, p. 10).

A Revolução Farroupilha originou-se na insatisfação de estancieiros do Rio Grande do Sul, pois estes sentiam que o estado era explorado economicamente pelo resto do Brasil. Segundo Oliven (2006), houve uma revolta por parte dos estancieiros em relação ao tratamento tributário conferido ao couro e ao charque gaúcho, que eram os principais produtos de exportação para o resto do país. Nesta revolta, foi mobilizado mais da metade do exército nacional e seu término aconteceu dez anos depois, com a anistia dos revoltosos.

Neste contexto histórico de povoação e guerras, foi se formando a identidade do gaúcho como tipo social. O povo do Rio Grande do Sul se considera brasileiro por opção e gosta de reforçar sua individualidade em relação ao resto do país. “Embora brasileiro, o gaúcho seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai” (OLIVEN, 2010, p. 15).

Para Maciel (1994), gaúchos são todos os nascidos no Rio Grande do Sul, sendo, portanto “uma população heterogênea com suas diferenciações sociais, econômicas e culturais (o que se inclui desde classe social até origens étnicas). Neste sentido, é sinônimo de ‘rio-grandense do sul’” (p. 32). Oliven (2010) elucida que a palavra *gaúcho* inicialmente possuía um sentido negativo, visto que designava o “vagabundo e ladrão de gado” (OLIVEN, 2006, p. 10). O gaúcho, inicialmente, era “uma designação que nos remete a um “predador” de gado xucro e ladrão de estâncias” (PETRI, 2008, p. 230). De acordo com Maciel (1994),

Nos primeiros tempos de ocupação e colonização, o gaúcho, o guasca, o gaudério era o marginal, “sem lei nem rei”, aquele que “morava na sua camisa, debaixo de seu chapéu” e que percorria aquela “terra de ninguém” que seria depois o Rio Grande do Sul (MACIEL, 1994, p. 34).

No passado do Rio Grande do sul, o tipo social gaúcho já teve outros nomes: *guasca* e *gaudério*, no período colonial. O termo *gaudério*, segundo Oliven (2006), possuía sentido pejorativo, “referindo-se aos aventureiros paulistas que tinham deserdado das tropas regulares e adotado a vida rude dos coureadores de gado” (p. 66), designando, também, vagabundos e contrabandistas de gado. Com o passar do tempo, o termo *gaudério* foi substituído por *gaúcho*. Segundo Maciel (1994), o

primeiro registro que se tem da palavra *gaúcho* foi em uma mensagem escrita em espanhol. Tal mensagem foi escrita por Dom Pablo Carbonell (Comandante de Maldonado, Uruguai, em 23 de outubro de 1771):

Muy Sr. Mio; Haviendo tenido noticia que algunos gahuchos se havian dejado ver la Sierra, mande a los Tenientes de Milicias dn. Jph Picolomini. Y dn. Clemente Puebla, pasasén a dicha Sierra con una Partida de 31 hombres entre estos algunos soldados dela Batton a fim de hazer una descubierta en la expresada Sierra por ver si podian encontrar los malechores, y al mismo tiempo viessen si se podia recoger algun ganado [...]⁴ (CARBONELL, 1771, p. 34).

Somente no final do século XVIII é que os gaudérios são chamados de gaúchos, mas mantendo as mesmas designações negativas até meados do século XIX. É neste século que o Rio Grande do Sul sofreu algumas transformações, nas quais pouco a pouco as estâncias foram se estruturando e assim os gaúchos nômades foram se incorporando ao trabalho com o gado, desempenhando a função de peões. De acordo com Maciel (1994), “É a partir do século XIX que, com base no grupo social dos gaúchos, a figura do gaúcho começa a ser construída e exaltada, num processo que segue até o século XX” (p. 36). Desta forma, percebemos que a palavra *gaúcho* percorreu um longo trajeto, no qual passou por várias transformações, até apagar a imagem de “marginal” e passar a ser visto como “herói”. Segundo Sarmiento (2000), foi quando Getúlio Vargas assumiu o Governo Central da República, em 1930, é que o nome gentílico dos nascidos no Rio Grande do Sul passou a ser *gaúcho*.

Na construção da identidade social do gaúcho, as designações negativas parecem ser esquecidas e a palavra *gaúcho* é associada a um passado glorioso e, após essas designações negativas, o gaúcho passou a ser associado ao peão de estância e guerreiro, associado também à figura do cavaleiro.

Assim é construída a figura do gaúcho tal como se apresenta hoje a qual são atribuídas virtudes apreciadas pelos habitantes da região (se algumas não possuem uma universidade latente): ele é valente, corajoso, galante, honesto, viril, gentil, alegre, hospitaleiro, amante da liberdade. Embora possa ser polêmica e contraditória, a figura do gaúcho é de uma grande força, ela permite a identificação (MACIEL, 1994, p. 39).

⁴ Meu caro senhor; Tendo a notícia que alguns gaúchos tinham aparecido na Serra, ordenei aos Tenentes de Milicias Dom Jph Picolomini e Dom Clemente Puebla que pasassem por aquela Serra com um grupo de 31 homens entre eles alguns soldados da Batton com a finalidade de fazer uma descoberta na mencionada Serra para ver se podiam encontrar os bandidos e ao mesmo tempo vissem se podiam recolher algum gado [...] (tradução nossa).

Para Petri (2009, p. 30), os dicionários regionalistas ajudam a silenciar os sentidos pejorativos que já designaram o gaúcho e a remeter a uma outra época, ao “imaginário de passado glorioso”. Segundo a autora, atualmente a designação gaúcho nos remete “ao homem que está intimamente ligado às coisas da terra, enfim, à atividade da pecuária no Rio Grande do Sul” (PETRI, 2008, p. 230). Neste sentido, Maciel (1994) explica que

Gaúcho indica também o homem do campo ligado ao pastoreio. Enquanto homem do campo, ele está por aí, trabalhando nas estâncias e “charlando” nos galpões ou então a caminho da cidade, a cavalo ou a pé. Neste sentido, não é nenhum fóssil antropológico, cristalizado no tempo e no espaço, ele se transformou e se transforma embora mantenha determinados aspectos que o caracterizam e o diferenciam. É claro que já não é mais exatamente o mesmo que no passado mas nem o Rio Grande do Sul é o mesmo (MACIEL, 1994, p. 32).

Foi a partir do século XIX que a palavra *gaúcho* foi reelaborada e adquiriu um significado positivo, livrando-se das designações negativas que por muito tempo carregou. De acordo com Oliven (2006), o gaúcho passou a ser visto como peão e guerreiro e transformou-se em símbolo de identidade regional.

O termo gaúcho, de origem imprecisa, teve uma trajetória semântica notável. De início significava contrabandista, vagabundo, antigregário, incivilizado, antissocial e se referia a numerosos indivíduos que circulavam pelas áreas de criatório nas regiões limítrofes da Argentina, Uruguai e Brasil. Depois passou a designar o tipo social símbolo daqueles países, bem como do Rio Grande do Sul, inclusive nominando seu gentílico [...] Hoje, no contexto rio-grandense, o termo gaúcho passou a significar altivez, orgulho, dignidade, bravura, honradez, desassombro, lealdade, simplicidade, autenticidade. Gaúchão quer dizer tudo isto em grau aumentativo (TEIXEIRA, 1988, p. 53).

A designação, no presente trabalho, é concebida como a palavra ou expressão que nomeia, indica e qualifica algo ou alguém (GUIMARÃES, 2005). Nesse sentido, nos interessa quais são as designações que a palavra *gaúcho* apresenta ao longo da história, uma vez que essa designação oscila entre sentidos pejorativos e/ou sentidos que remetem o gaúcho a um “bom gaúcho”. A designação *gaúcho* nos interessa

[...] porque é, historicamente, marcada por uma atmosfera de contradição bastante envolvente e capaz de produzir efeitos de sentido, tanto no discurso mitológico, quanto no discurso histórico, bem como no discurso histórico, bem como no discurso literário. A oscilação principia mitológica e historicamente entre o bom e o mau gaúcho, o gaúcho platino e o gaúcho brasileiro; o gaúcho do campo e o gaúcho da cidade; passando a ser

incorporado pelo discurso literário que chega às denominações de: o gaúcho de a cavalo e o “gaúcho de a pé”. A oscilação ocorre, portanto, entre a concepção favorável e a concepção pejorativa, faces reveladoras das contradições, das semelhanças presentes em diferentes discursos que constituem o discurso sobre o gaúcho (PETRI, 2008, p. 228-229).

Para Oliven (2006), a virilidade e a bravura são algumas das principais características associadas à figura do gaúcho. O gaúcho como tipo social é “marcado pela bravura que é exigida do homem ao lidar com as forças da natureza e a árdua vida campeira” (OLIVEN, 2006, p. 64). Conforme Ornellas (1999), o gaúcho é um filho da terra e do campo, que foi confrontado pelo conquistador. O autor considera que todos os gaúchos sul-americanos são fadados à extinção, além de menosprezados por sua origem, explorados em sua bravura e idealismo, o que os torna vítimas da história. Elucida ainda que os gaúchos empobreceram ao enriquecer o patrão, estancieiro e, posteriormente, o colono. “Os filhos da pampa tiveram o tremendo destino da bastardia social e política.” (ORNELLAS, 1999, p. 93).

A virilidade do gaúcho também já foi ressaltada pelo escritor Erico Verissimo, que em sua obra *Rio Grande do Sul, terra e povo* (1969), afirmou que a virilidade era necessária ao gaúcho para poder realizar tarefas como alçar, domar e marcar potros e enfrentar geadas nas madrugadas no inverno. O escritor também salientou as atividades campeiras tão comumente associadas à figura do gaúcho. Nesse sentido, segundo Petri (2008), a designação *gaúcho*, na maioria das vezes, caracteriza-o como um ser essencialmente telúrico, ainda que essa designação, com o passar do tempo,

[...] ganha outros espaços, abrangendo outros setores (mais urbanizados) da sociedade organizada que antes procurava ignorar ou se opor à sua existência, enquanto representativa do grupo social do Rio Grande do Sul. Essa designação advém da região do Pampa (uruguaio e argentino) e vai avançando às fronteiras do Rio Grande do Sul, levando o restante do Brasil a reconhecer essa designação como sinônimo de *rio-grandense-do-sul* ou *rio-grandense*. Estabelece-se, então, uma generalização que silencia o caráter pejorativo que tal denominação produziu até meados do século XIX. É a força representativa do grupo de “gaúchos pampeanos” que acabou emprestando seu nome aos habitantes do Rio Grande do Sul, a partir do início do século XX, seja ele do meio rural ou urbano, efetivando uma formação imaginária que destaca esse grupo social e regional por suas características mais elogiáveis, tais como: a coragem a toda prova, a honra, a honestidade, o excelente caráter, o amor pela liberdade, a irreparável hospitalidade, o patriotismo (PETRI, 2008, p. 231, grifos da autora).

Bravura, virilidade, guerra e assuntos relacionados ao campo são alguns elementos que compõem a figura do gaúcho, mas entre ele também está o cavalo e

a habilidade para lidar com esse animal. Sobre esta relação tão próxima com o cavalo, Jacques (2000) nos diz que

O gaúcho é ótimo cavaleiro: identificado aparentemente com o cavalo, nasce, vive e morre com ele; nunca o gaúcho recusou a montar qualquer cavalo, e nunca se importou com seus vícios ou suas qualidades. [...] em tudo o gaúcho brinca com o cavalo e parece desafiá-lo: em seus exercícios fá-lo pular de barranco em barranco, por cima de algumas dessas fendas profundas que não são raras no país; às vezes o cavalo cai no precipício e morre; mas o cavaleiro, erguido sobre os estribos, acha-se sempre pronto para aproveitar o derradeiro ponto de apoio, deixar a sela e lançar-se do outro lado (p. 72-73).

Segundo Chagas (2011), “A relação do gaúcho com o cavalo é essencial para que o mesmo possa realizar seus feitos de guerra e efetivar sua liberdade” (p. 35). A habilidade que o homem gaúcho tem em montar a cavalo o torna um soldado hábil e capaz de cruzar rapidamente longas distâncias, ao mesmo tempo em que o configura como o homem que é capaz de estar em vários lugares, mas não se fixa em nenhum, reforçando, assim, a sua essência de homem livre. “Uma coisa notavelmente diferencia o rio-grandense dos outros ramos do tronco a que pertence, e vem a ser a espécie de aliança que tem contraída com o cavalo” (DREYS, 1961, p. 110). É justamente essa relação com o cavalo que segundo Fagundes (1986) diferencia o gaúcho de outros tipos sociais de outras partes do Brasil:

O que tem de diferente são coisas menores, oriundas do viver a cavalo e trabalhar em espaços abertos, livres como o pampa. Sabem os estudiosos que o fato de um homem ser cavaleiro faz dele um tipo mais aberto, mais corajoso, mais livre – mais homem, enfim. Os castelhanos dizem: “No hay hombre cuerdo a caballo”, isto é, “não há homem frouxo a cavalo”, o que é uma grande verdade (FAGUNDES, 1986, p. 12).

A relação do gaúcho com o cavalo é tão intensa, de acordo com Ornellas (1999), que faz parte constitutiva de seu caráter. Dessa relação, emerge o mito do centauro, a partir de uma representação do gaúcho como um ser que advém da fusão do homem e do cavalo. A figura do gaúcho passa a ser o centauro dos pampas. De acordo com Petri (2004), a imagem do centauro do pampa tem características comuns a do ser mitológico, como de ser lutador e utilizar instrumentos rudimentares. O mito do centauro americano apresenta distinções do mito do centauro grego, pois trata-se de dois seres, homem e cavalo, que juntos formam um centauro na sua forma simbólica e não fisiológica. Assim, temos a figura do cavaleiro que passa a representar um centauro próprio da América Latina e em

particular do Pampa. A autora explica que a imagem do centauro dos pampas é “uma imagem produzida pelo trabalho do imaginário social, que faz emergir pela história e pela ficção, imagens de gaúchos que lutam por diferentes ideais” (PETRI, 2004, p.101), reforçando a imagem do gaúcho como herói e revolucionário.

Não é apenas no Brasil que existe a palavra gaúcho para designar tipos sociais. Segundo Oliven (2006), na Argentina e no Uruguai, o gaúcho é um tipo social nacional, ao contrário do Brasil, onde o gaúcho é um tipo social regional. Na Argentina, o gaúcho é uma visão romantizada de um tipo social símbolo de atraso, que se oporia ao materialismo dos imigrantes mais modernizados e fomenta discussões se afinal sua figura desempenha “um papel positivo ou negativo na construção da identidade nacional (isto é, se deve ser incluído ou excluído)” (OLIVEN, 2006, p. 65). Já no Brasil, alguns intelectuais consideram o gaúcho como fundante da construção de uma identidade regional.

Quanto à formação étnica e social do Rio Grande do Sul, existem duas vertentes que explicam essa formação: a matriz lusa e a matriz platina. Conforme Neumann (1994), a matriz lusa destaca a grande influência e importância da colonização portuguesa, pois foi determinante na formação do gaúcho do Rio Grande do Sul como tipo social. A outra matriz é a platina, que de acordo com o mesmo autor, determina a formação do gaúcho no espaço rio-platense, que abrange os territórios do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Cada uma dessas matrizes discursiviza sobre a origem do gaúcho e contribui para construir sua identidade social. Tatsch (2013) complementa que

[...] o que se observa é que a historiografia do Rio Grande do Sul pode ser dividida em duas matrizes, ou seja, com relação ao tipo de discurso presente nas obras que servem para contar a constituição da história do povo gaúcho: uma lusitana, que defende a supremacia da cultura portuguesa e outra platina, que enfatiza, na formação do estado sul-rio-grandense, a relação com a região do Prata. É o entrelaçamento das duas correntes colonizadoras no Rio Grande do Sul – a espanhola e a portuguesa. Um ponto de contato nas raízes das origens da formação social do Estado que ajudou no surgimento do tipo étnico dessa região (TATSCH, 2013, p. 23-24).

De acordo com Ornellas (1999), o tipo social do gaúcho sul rio-grandense tem sua origem na miscigenação de nativos, portugueses e espanhóis. O gaúcho não se restringe apenas ao território brasileiro, pois é considerado também como o típico homem do pampa argentino e uruguaio, e segundo Tatsch (2013), estabelece,

assim, “um Rio Grande meio português meio espanhol” (p. 40). Sobre a “mistura” do qual o gaúcho é proveniente, Maciel (1994) elucida que

Gaúcho é aquele guasca dos primeiros tempos, mistura de índio, espanhol e português que percorria a região em busca de couro e sebo. Também é aquele gaudério que realizava incursões em território inimigo trazendo gado. Também é o tropeiro que abriu os caminhos e integrou o que viria a ser o Rio Grande do Sul ao Brasil. Gaúcho também é o guerreiro que arregimentado pelo patrão lutou (e serviu de bucha de canhão também) em todos os conflitos da região. Também é o peão que ainda hoje em seu trabalho diário doma a natureza (MACIEL, 1994, p. 33-34).

Ainda sobre a miscigenação do gaúcho, Rosa (1957), que é da vertente lusitana, elucida que o gaúcho platino e o gaúcho rio-grandense tem composições étnicas distintas, uma vez que o platino tem a etnia indígena de maneira mais forte em sua miscigenação, enquanto “no rio-grandense o sangue do indígena entrou em dosagem muito pequena” (ROSA, 1957, p. 24). O autor acredita que é essa presença indígena na miscigenação do gaúcho platino que contribui para seu nomadismo, característica essa que, segundo ele, não está presente no gaúcho do Rio Grande do Sul. Já para Fagundes (1986),

Antes do gaúcho, viviam aqui os índios. Com o luso-brasileiro, chegou o negro. Mais tarde, vieram os alemães. Depois os italianos e ainda outras parcelas de imigrantes entre os quais judeus de várias origens, árabes, japoneses, poloneses, ucranianos, holandeses [...] Homens que pouco se aproveitaram do cavalo, mas que ao terem a sorte de encontrarem aqui um rincão rico e forte, cujo mapa e cuja liberdade já tinham sido assegurados pelo gaúcho antes de eles chegarem, trabalharam, criaram famílias e ajudaram a desenvolver o Rio Grande do Sul, fazendo-o cada vez melhor. Muito deve o nosso Estado ao colono. Mas muito mais deve o colono ao nosso Estado. Eles que vieram da Europa e do Oriente Médio fugindo da guerra e da fome, buscando nova oportunidade para si e para os seus, aqui no Rio Grande do Sul (p. 12).

Nestes espaços platinos que no século XIX deram origem às regiões do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul na região mais meridional do Brasil é que houve um esquecimento das designações negativas que o termo gaúcho já teve, como vagabundo e ladrão de gado, e se firma a imagem positiva do gaúcho como tipo social, a de um homem viril, trabalhador e vinculado ao campo.

Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem (OLIVEN, 2006, p. 66).

A figura do gaúcho passou a ser associada a “essa imagem de força, destreza e liberdade” (TATSCH, 2013, p. 42). Segundo a autora, essa figura se formou no campo, que era o principal cenário das suas batalhas e lidas pastoris. A imagem do gaúcho se construiu e fez designar o gaúcho como sujeito específico, construindo a imagem de um tipo social guerreiro e apagando as marcas de designações pejorativas, conforme elucida Petri (2004):

[...] o gaúcho como uma designação que traz em si marcas de um processo social, histórico, político, econômico e cultural, próprio da fundação e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. [...] gaúcho enquanto sujeito que habita nosso imaginário social: um tipo regional de brasileiro que conquistou espaço físico e simbólico na federação com o sangue derramado (voluntária e involuntariamente) nas revoluções; um herói representado ficcionalmente na figura mitológica do centauro; um homem ligado às coisas da terra, que ajudou a povoar a zona rural do estado ou que a ela esteja vinculado profissionalmente como trabalhador rural; um integrante do grupo social constituído pela miscigenação racial própria do sul do Brasil (negros, índios, descendentes de europeus) e vinculado, atualmente, às lutas sociais pelos direitos à terra e à dignidade (PETRI, 2004, p. 144).

Entendemos, então, que a figura do gaúcho é construída e alimentada através de imagens e discursos. Essa figura circula por vários espaços como a escola, a mídia, a publicidade, entre outros. Para Maciel (1994), o gaúcho é facilmente reconhecido por um conjunto de características tais como tipo físico, linguajar, vestimentas e objetos associados ao seu estilo de vida. A virilidade, o cavalo, a bombacha e o chimarrão ajudam a compor e reforçar esse caráter que é conferido ao gaúcho. No processo de construção de sua figura, foi necessário retornar ao passado, “tendo como ponto de referência o universo rural da campanha, a região das estâncias, onde o gaúcho histórico surgiu e adquiriu significado” (MACIEL, 1994, p. 33).

Não somente autores brasileiros discursivizam sobre a formação da figura do gaúcho; no sub-capítulo seguinte apresentamos a visão de dois autores franceses, baseadas na observação dos dois durante o tempo em que moraram no Rio Grande do Sul, no século XIX, visão que inclui também de que maneira viviam as mulheres durante esta época.

4.1.1 O Gaúcho na visão dos viajantes

Após abordarmos a formação do gaúcho como tipo social sob a ótica de autores brasileiros, achamos pertinente trazer autores de outras nacionalidades e que discursivizam acerca deste tema, pois julgamos importante a contribuição destes olhares estrangeiros. Um destes autores é Nicolaus Dreys, viajante, comerciante e militar francês, que em sua obra *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1961) nos dá suas impressões acerca do estado, tanto questões geográficas como sociais. Na introdução da obra, escrita por Augusto Meyer (1961), tomamos consciência de que Nicolaus Dreys

[...] veio para o Brasil em 1817 e aqui viveu vinte e cinco anos; com a publicação do seu livro em português e a simpatia pela gente riograndense que ressumava de suas páginas, conquistou as nossas boas graças, tornando-se gaúcho honorário (MEYER, 1961, p. 25).

Dreys permaneceu dez anos na Província, aproximadamente entre 1818 e 1828, boa parte desse tempo na Vila do Rio Grande. Emigrado político, serviu na França como militar e funcionário público. Ao descrever as paisagens e costumes típicos do Rio Grande do Sul, destaca também a importância do cavalo para o sul rio-grandense. Segundo o comerciante francês, o sul rio-grandense tem estima pelo cavalo pelo fato deste ser seu companheiro de viagens, trabalhos e perigos; como se retirasse dele parte de sua força e assim é capaz de domar os demais animais das planícies do estado. Esta relação é tão intensa que, apesar de estar acostumado à abundância,

[...] o cavaleiro guarda pouco luxo para si; tôdas as manifestações da riqueza são reservadas para o cavalo: o freio, os estribos, tôdas as partes metálicas, de que usa nos jaezes, são de prata, e mesmo, muitas vezes, as rédeas, os loros e algumas outras peças de couro que podem admiti-lo, são enfiados em canudos de carne (DREYS, 1961, p. 137).

A cumplicidade com o cavalo é tamanha que o gaúcho abre mão de luxos para adornar seu principal companheiro. Esta espécie de aliança contraída com o cavalo é um diferencial do gaúcho, já que é um auxiliar indispensável da vida deste e também um “cooperador assíduo” de seus movimentos. “Em suma, o gaúcho a cavalo é homem superior, e essa superioridade êle a sabe avaliar: porém sua fôrça é emprestada e procede tôda do quadrúpede a que vai associado. O gaúcho a pé é

homem ordinário” (DREYS, 1961, p. 164). O cavalo é parte importante da estância, que segundo Dreys (1961), “é uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos, mulas, e em certas partes, de carneiros” (p. 129). Ela é cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis e rios profundos; tais limites impediriam a fuga do gado errante. A estância é ainda é organizada de tal modo que o capataz dá ordens diretas aos peões, que por sua vez são constituídos por negros escravos e mais comumente por índios e gaúchos que Dreys (1961) designa como *assalariados*. Já em relação à população do Rio Grande do Sul, o autor a divide em duas seções distintas:

[...] a população livre, predominante pelo número e pela perfeição intelectual, e a população escrava, composta de Africanos proletários e trabalhadores, ou de seus descendentes na mesma condição social. A população livre admite ainda outra subdivisão: uma, dos indivíduos em que circula o sangue europeu, seja qual seu país; a outra, dos homens de quem a terra do novo mundo é a pátria primordial, isto é, dos indígenas (DREYS, 1961, p. 145).

Os gaúchos, sob a visão do autor, parecem gostar de reuniões e divertimentos coletivos, sendo que o motivo destas reuniões pode ser música, dança e jogos. O homem do Rio Grande do Sul

[...] é geralmente alto, robusto, bem apessoado, e suas feições viris nada perdem por serem quase sempre acompanhadas de uma cor alva, que faz sobressair a preta capilaria e o avermelhado das faces, assemelhando-se assim à primeira vista, aos habitantes das regiões montuosas do centro da França (DREYS, 1961, p. 149).

Tal descrição diz respeito ao homem do campo ou em suas peregrinações, mas a apresentação do gaúcho muda quando está nas grandes povoações ou nos grandes centros; se mostra com o asseio adequado à sua posição social. Dreys (1961) descreve os habitantes de grandes cidades como pessoas de bom gosto, condizentes com o luxo proporcionado pelas grandes cidades, afirmando que o Rio Grande do Sul é um lugar de mais luxo e progresso do que o resto do Brasil. Quanto à presença do que o autor designa como “mendigos”, segundo ele, há poucos no Estado e estes poucos são ajudados pelo dono da estância, que, por ter uma natureza generosa, acaba cedendo alimentos aos mendigos. Apesar desta generosidade, o autor adverte para o que pode suceder caso as características do homem gaúcho não sejam respeitadas:

[...] aquêlo que quer viver amigo do Rio-grandense, basta respeitar seu melindre, sua honra, suas afeições, isto é, o que merece em tôdas as partes, o respeito das pessoas cordatas; ofendê-lo nesses sentidos é expor à sua vingança, e sua vingança é a morte (DREYS, 1961, p. 152).

Tal característica seria uma estratégia de manter a ordem pública. Dreys (1961) descreve os gaúchos como nômades, habituados nas margens do Rio da Prata, sobretudo das campinas de Montevideú, estendendo-se em todo o território banhado pelo Paraguai, Paraná e Uruguai e em todas as partes onde tenham estâncias ou charqueadas onde possam trabalhar como peões. Para o autor, seriam provenientes do contato entre a raça branca e a raça indígena, aparecendo geralmente sem mulheres e, nas palavras de Dreys (1961), “manifestam mesmo pouca atração para elas” (p. 160). Ainda descreve os gaúchos como sem chefes, sem leis, sem polícia, mas que demonstram respeito com a propriedade de quem os emprega.

O gaúcho tem bastante apreço pelo jogo, não se importando em apostar tudo o que tem, seja dinheiro, cavalo, armas e vestidos, e ainda que perca a aposta, não se intimida em recomeçar o jogo e tentar a sorte novamente. Dreys (1961) explica que tais jogos podem acabar em roubos ou mortes:

Geralmente, jogar as cartas e fumar o cigarro são os gostos dominantes dos gaúchos; para jogar, no primeiro lugar que se encontra, mesmo no meio do campo, o gaúcho estende no chão o seu xiripá, o qual serve para receber as cartas, enquanto a faca resta fincada em terra do lado direito de cada um dos concorrentes, para estarem prontos a qualquer acontecimento ou dúvida que pessoa ocorrer (DREYS, 1961, p. 161).

A faca muitas vezes era usada em duelos entre gaúchos e nestes embates nem sempre o objetivo era matar e sim marcar o rosto do inimigo. Junto com as facas, a espada, a pistola, o laço e as bolas compõem as armas utilizadas pelos gaúchos. Outra questão comentada por Nicolaus Dreys é a condição dos negros no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento ele designa os negros como “indivíduos de raça africana” (1961, p. 166). O autor classifica o estado como “uma espécie de purgatório dos negros” (DREYS, 1961, p. 166), devido às péssimas condições a que estes eram submetidos no Rio Grande do Sul.

Estivemos no Rio Grande bastantes anos com muitas relações de amizade e de comércio; residimos nas charqueadas e nas estâncias; tivemos escravos comprados no Rio Grande, e podemos dizer, em abôno da verdade, que nunca vimos no Rio Grande os escravos nem mais viciosos,

nem mais maltratados que nas outras partes da América (DREYS, 1961, p. 167).

O estado era o destino de alguns escravos e, pelas palavras de Dreys (1961), um verdadeiro “castigo” para os negros, visto que viviam em péssimas condições no Rio Grande do Sul. Parte dos escravos pertencia às estâncias e charqueadas e outra parcela trabalhavam em estabelecimentos industriais. Mesmo com o intenso trabalho feito nas charqueadas, os negros, em suas horas de repouso, produziam o som de “bataques”.

Outro estrangeiro que escreveu sobre sua visão e impressões acerca do Rio Grande do Sul foi Auguste de Saint-Hilaire. Francês assim como Nicolaus Dreys, este viajante contribuiu para sabermos mais a respeito da história do Rio Grande do Sul. Faleceu em 1853, tendo publicado em Paris todos os relatos de suas viagens pelo Brasil. Viveu no estado por aproximadamente um ano e durante este tempo escreveu sobre sua visão acerca do gaúcho e de seus costumes. Chegou ao estado pela primeira vez na cidade de Torres, em 1820. Durante esta passagem pela cidade, observou que um forte estava sendo construído e dos 30 trabalhadores que estavam participando desta construção, 29 eram índios. Hilaire (1997) os descreveu como “homens de estatura baixa, peito exageradamente largo, rosto de um bistre carregado, cabelos negros e lisos, pescoço muito curto, fisionomia estreitamente ignóbil” (p. 12). O autor afirma que estes índios falavam espanhol e a língua geral, porém, ao falarem esta última língua, faziam uso de vocábulos que não constavam nos dicionários jesuítas. Em Tramandaí, Hilaire observou um grupo de índios prisioneiros que eram conduzidos a Torres e descreveu as mulheres índias como “muito feias e ainda mais desavergonhadas” (p. 17). Em Porto Alegre, designou os índios guaranis como “feios” (p. 30) e disse que suas fisionomias denotam um sentimento de inferioridade. Porém, através destes traços que Hilaire descreveu como “repugnantes”, o autor conseguiu notar um ar de docilidade, o que seria, para ele, um indicador do bom caráter dos guaranis. Descreveu também os habitantes do interior do Rio Grande do Sul como “apáticos”. Em relação a Porto Alegre, Hilaire (1997) afirmou que de todo o estado, é a cidade onde a vida social é mais intensa, ainda que não tanto quanto na França e no restante da Europa.

Em relação às mulheres do Rio Grande do Sul, Hilaire fez uma comparação entre as mulheres que vivem no interior e as que vivem em Porto Alegre. Segundo ele, em Porto Alegre, “as mulheres não se escondem” (HILAIRE, 1997, p. 36). Ao

participar de um baile, Hilaire trouxe seu olhar sobre alguns costumes e características da sociedade gaúcha:

Encontrei maneiras distintas em todas as pessoas da sociedade. As senhoras conversam sem constrangimento com os homens; estes as cercavam de gentilezas, mas não demonstravam desvelo ou desejo de agradar, qualidade, aliás, quase exclusiva dos franceses [...] No interior, como já o afirmei centenas de vezes, as mulheres se escondem; não passam de primeiras escravas da casa, e os homens não têm a mínima idéia dos prazeres que podem usufruir com decência. Entre as senhoras que vi, hoje, em casa do Sr. Patrício, havia algumas bonitas; na maior parte eram muito brancas, de cabelos castanhos escuros e olhos negros; algumas graciosas, mas sem aquela vivacidade que caracteriza as francesas (HILAIRE, 1997, p. 40).

Comparando as mulheres da cidade de Rio Grande com mulheres de outras partes do Brasil, Hilaire diz que Rio Grande é o único lugar onde não há escolas nem pensionatos para moças, o que fazia com que estas fossem criadas no meio dos escravos, adquirindo deles uma série de vícios, como o orgulho e a baixaza. Elas não sabiam escrever nem ler, sabiam fazer algumas costuras e recitavam orações que sequer sabiam o que significavam. “Ignoram os encantos da sociedade e os prazeres da boa conversação” (HILAIRE, 1997, p. 66). Contudo, se ocultam um pouco menos que as mulheres de interior, ainda que não apresentem a mesma educação das mulheres francesas. Em relação à mulher indígena da tribo dos guaranis, o comerciante francês descreve da seguinte forma:

Se as mulheres guaranis se entregam aos homens com tanta facilidade, não é realmente tanto por libertinagem, senão em consequência desse espírito de servilismo que as impede de nada recusar. Aqui a maior parte dos milicianos tem uma índia por companheira. Estas mulheres são úteis para eles, porque sabem lavar e costurar razoavelmente. Mas o que há de aborrecido é que os filhos nascidos dessas uniões transitórias serão necessariamente abandonados pelo pai e mal educados, porque o serão pelas índias e assim se parecerão com os gaúchos espanhóis [...] (HILAIRE, 1997, p. 223).

Em outra passagem de *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Hilaire contou que às margens do Rio Butuí, as índias não se importavam com a nudez de alguns empregados de uma estância, que lhes diziam “gracejos indecentes”. Elas mesmas entraram nuas no rio com o intuito de banharem-se, não fazendo questão de ocultar sua nudez. Segundo Hilaire (1997), elas tinham o intuito de serem conquistadas e não faziam outra coisa “além de andar à toa e dormir” (p. 269). Posteriormente, dançaram com os empregados. Para o autor, a castidade é algo impossível para as

mulheres índias, pois para elas o amanhã quase não existe. Os guaranis não tinham nenhuma estabilidade nem ideia do que poderia acontecer com eles no futuro. De caráter dócil, eram facilmente persuadidos pelos brancos e a eles eram obedientes. As mulheres indígenas pareciam também estarem fadadas à prostituição:

A puberdade das meninas se dá muito cedo e prostituem-se em tenra idade. Os homens cobrem cuidadosamente os órgãos sexuais. As mulheres, ao contrário, não têm nenhum pudor e numerosas vezes, as vi banharem-se inteiramente nuas diante dos homens. As casadas seguem os maridos por toda parte, no entanto, são pouco fiéis. Os maridos, por seu lado, vêm com a maior indiferença suas mulheres se entregarem a estranhos e, freqüentemente, eles mesmos as prostituem. Quando uma índia concebe um filho de um branco, o marido lhe dá sempre preferência sobre seus próprios filhos (HILAIRE, 1997, p. 281).

Notamos através destes relatos a situação de subserviência da mulher indígena em relação ao homem branco, bem como a submissão da mulher gaúcha interiorana que ficava restrita ao âmbito doméstico cuidando de seus afazeres e pouco participando de eventos sociais. Em relação à situação dos negros escravos no Rio Grande do Sul, Hilaire parece ter uma visão distinta de seu conterrâneo Dreys. Enquanto este último afirmou, conforme já explicamos, que não viu em outro lugar da América Latina tamanho mau-trato com os escravos como presenciou no Rio Grande do Sul, Hilaire afirma que

Entretanto não há talvez, no Brasil, lugar algum onde os escravos sejam mais felizes do que nesta Capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos; conservam-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade; não veste mal; não anda a pé; sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos [...] (HILAIRE, 1997, p. 53).

A presença de escravos parecia ser bastante forte no Rio Grande do Sul no século XIX, visto que nos relatos das cidades nas quais Hilaire esteve é frequente a menção de escravos. Em um destes relatos é que aparece a designação *gaúcho* pela primeira vez em *Viagem ao Rio Grande do Sul*: segundo Hilaire (1997), *gaúchos* ou *garruchos* era como os portugueses designavam homens sem religião e sem moral, que eram, em sua maioria, índios ou mestiços.

Desta forma, percebemos o quão importante é a visão destes autores estrangeiros acerca do Rio Grande do Sul, seus costumes e sua história. Auguste de Saint-Hilaire nos traz algo que é bastante difícil de encontrar em outros livros de história: a situação e condição da mulher no Estado, seja ela indígena ou não. Um

ponto em que convergem tanto Dreys quanto Hilaire é a “pouca atenção” que o gaúcho dá as mulheres.

Além de questões históricas, outras questões, sejam geográficas ou linguísticas, também contribuem para a formação do gaúcho como tipo social. É pela língua também que o gaúcho se sente pertencente ao Rio Grande do Sul e encontra sua identidade como sujeito, conforme explicaremos no sub-capítulo a seguir.

4.2 DE ONDE VÊM AS INFLUÊNCIAS DO LINGUAJAR DO GAÚCHO?

Existem alguns fatores que contribuem para o linguajar expressivo do povo sul rio-grandense e que fazem com que este linguajar seja distinto do de outras partes do Brasil. Para Callage (1928), são três: o português, o hispano-platino e o aborígine. Segundo o autor, a contribuição aborígine é a menos significativa, pois ela nomeia somente a nomes próprios, de rios e lugares. Pela situação geográfica do estado do Rio Grande do Sul - visto que o Estado faz fronteira com Argentina e Uruguai – Callage justifica que a influência platina é a que mais parece exercer influência na linguagem dos gaúchos.

[...] a influencia platina que é, no caso poderosa, senão a maior de todas, justificada pela situação geographica do nosso territorio encravado entre as fronteiras das duas republicas do Prata. Eis ahi porque um sem numero de vocabulos incorporaram-se á linguagem popular, implantando-se definitivamente nas usanças e expressões da campanha. Tão grande foi essa acentuada influencia, que 60% dos vocabulos rio-grandenses são de origem hispano-platina ou puramente platinos (CALLAGE, 1928, p. 6-7).

O linguajar do gaúcho, ainda que inserido dentro da língua portuguesa, está revestido de características especiais devido ao contato com a língua espanhola. Laytano, que é historiador, jornalista, homem de letras e pesquisador dos usos, costumes e tradições do Rio Grande do Sul, parece corroborar com Callage na questão das influências no linguajar gaúcho, mas ainda traz a questão da língua africana como uma dessas influências. Para Laytano (1981), as principais são: a açoriana e brasileira, a espanhola vinda pelo Rio da Prata, a indígena e a africana.

Roque Callage, um dos nossos mais interessantes regionalistas, deixou-nos também um belo vocabulário gaúcho, mas escrito há uns trinta anos passados: portanto, ainda não estava dentro do atual rumo africanista dos nossos estudos (LAYTANO, 1981, p. 55).

Segundo Laytano (1981), o linguajar gaúcho e espanhol rio-platense apresentam semelhanças, ao que ele chama de *espanholismos*. São palavras, expressões e regras gramaticais que foram introduzidas no linguajar do gaúcho. Cabe ressaltar também que há muitas palavras de origem castelhana que foram modificadas, traduzidas e adaptadas à língua portuguesa, o que só fez aumentar a influência da língua espanhola no linguajar brasileiro, como podemos ver no texto de Laytano (1981):

A coleção de espanholismos, termos rio-platenses e os de ambas as procedências, mas modificados e adaptados ao português falado no Rio Grande do Sul, é realmente enorme: changador, arreglar, alambrado, repecho, mantener, matambre, pajonal, malo, cojetilha, caña, carajá, calaveira [...] Incluem-se os vocábulos terminados em – aço: guascaço, buenaço, etc., eos que finalizam em – ito: gauchito, malito, tranquito, etc. que sempre foram importados pelas vias espanholas e platinas (LAYTANO, 1981, p. 50).

No que tange à influência platina no linguajar do gaúcho brasileiro, vinda das fronteiras com Argentina e Uruguai, o autor elucida que “é uma consequência sociológica, não só de áreas comuns, fronteiras geográficas e tipo idêntico de atividades econômicas, mas de relações humanas e históricas muito intensas” (LAYTANO, 1981, p. 49). O contato com falantes de espanhóis foi influenciando o linguajar do gaúcho, pois durante o trabalho pastoril, levado pelas diferentes exigências dele, “o sul rio-grandense, transitando seguidamente pelas Repúblicas da Prata, com especialidade na zona da fronteira, fala, praticamente com a mesma facilidade que a nossa, a bela língua platina” (LAYTANO, 1981, p. 50).

O Rio Grande, desde o seu povoamento, visitado pelos espanhóis e seus descendentes das margens do Uruguai, em contínuo contato e identificado com estes pela comunidade da indústria principal, dos costumes, usos, e índole cavalheiresca e altiva; obrigado pela necessidade, e muitas vezes por imitação, foi pouco a pouco apossando-se de seus termos e expressões (CORREA, 1897 apud LAYTANO, 1981, p. 50).

É essa aproximação que ocorre no Brasil, como na região sul, entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, que mesmo com a delimitação de fronteiras, que faz com que o contato entre a língua espanhola e portuguesa seja possível. Auguste de Saint-Hilaire, em sua estadia no Rio Grande do Sul, passou também pelo Uruguai, onde pôde comparar a “semelhança” entre a língua portuguesa e espanhola:

Notei que os convidados, todos portugueses, estabelecidos aqui há muito tempo misturavam bastante o espanhol em sua linguagem. Os idiomas espanhol e português assemelham-se tanto que, quando se sabe uma dessas línguas, compreende-se a outra facilmente. Desde o instante que ouvi os espanhóis, sempre os compreendi quando me dirigem a palavra, e eles igualmente me entendiam, embora eu só fale português. Entretanto, perco muita coisa na conversação geral, sobretudo, quando se trata de mulheres, pois falam muito mais depressa que os homens (HILAIRE, 1997, p. 147).

Os locais fronteiriços acabam propiciando um convívio social entre povos de culturas diferentes ou semelhantes, e que interferem e condicionam novos hábitos, mudanças no modo de viver e no linguajar. Percebemos que as principais causas da influência platina na formação do vocabulário gaúcho seriam os motivos históricos e geográficos que propiciaram um contato linguístico na fronteira entre o Brasil e os países platinos. Machado (1996) relata que gaúchos e uruguaios lutaram lado a lado, constituindo assim as tropas dos Maragatos de Gumercindo Saraiva, por ocasião da Revolução Federalista de 1893. Ainda segundo o autor, durante esse episódio era comum encontrar nas faixas de chapéus caídos ao lado de um corpo dizeres como “Todo por la libertad” ou “Tudo pela liberdade”.

Entender a constituição da identidade gaúcha implica em considerar a relação entre língua e sujeito no espaço enunciativo, nesse caso, o Rio Grande do Sul. O linguajar gaúchesco, com suas particularidades e influências sofridas pelas línguas açoriana e brasileira, a espanhola vinda pelo Rio da Prata, a indígena e a africana (LAYTANO, 1981) forma também parte da identidade do gaúcho como um todo.

De acordo com Tatsch (2013),

A língua é um símbolo de identidade que nos permite reconhecer-nos como naturais de uma cidade, de uma região, de um país e, ao mesmo tempo, identificar quem não o é. Considera-se essa construção como um processo discursivo que significa o sujeito gaúcho pela língua e com isso sua vinculação com uma identidade regional. Nos modos de significar essa relação língua e sujeito explicitam-se processos identitários em constituição (TATSCH, 2013, p. 45).

Para Ferreira; Cardoso (1994), falantes de uma mesma língua ao viverem em regiões distintas apresentam características linguísticas diferenciadas. A diversidade de culturas presentes na formação social do Rio Grande do Sul contribui para a identidade linguística do gaúcho, “cujos traços característicos têm representatividade no dizer dos sujeitos que vivem neste contexto sul rio-grandense” (TATSCH, 2013,

p. 46). Nesse sentido, a língua é constitutiva de sentidos dessa identidade regional. Se faz pertinente, então, abordar noções de identidade. Para Bisinoto (2006), é “aquilo que o torna distinto do outro e lhe assegura um lugar reconhecido no mundo e na sociedade (p. 74). Oliven (2006) elucida que identidades “são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (p. 34). Ainda, para o autor, “as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção das identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais”.

Mas afinal existe um linguajar gauchesco ou uma língua regional do sul do Brasil? Guimarães (2003) responde essa pergunta afirmando que

[...] é preciso considerar que há um sujeito que é nomeado gaúcho e que é definido como aquele que “nasce no” ou “habita o” estado do Rio Grande do Sul; bem como é preciso considerar que existem modos de identificação constitutivos da fala deste gaúcho, sejam eles de ordem lexical, fonética, sintática; sejam eles de ordem semântica; pois ampliam-se, neste espaço, os modos de ressonância dos processos de produção de sentidos. Assim, tomamos a noção de sujeito atrelada à de falante e “os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam [...]. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes (GUIMARÃES, 2003, p. 10).

Já para Petri (2009), em relação ao termo “linguagem gauchesca”, a presença do substantivo *linguagem* sendo determinado pelo adjetivo *gauchesca*, define o que é relativo ao gaúcho. A utilização de *linguagem*, de forma geral e abrangente, tem basicamente dois funcionamentos na produção dos sentidos: o primeiro é que ao dizer *linguagem* não se está dizendo nem *língua* (o que poderia remeter à nação, ao povo, bem como à gramática, à bandeira), nem se está dizendo *dialeto* (o que se poderia remeter à variedade regional, parte de uma outra língua); o segundo é que “linguagem remete à comunicação, a vocabulário, embora remeta também ao que é próprio e característico de um indivíduo ou de um grupo social, sobretudo se estiver na forma escrita” (PETRI, 2009, p. 31).

Ainda para a autora, este português falado no Rio Grande do Sul é popular e se difere da Língua Portuguesa em sua forma erudita, em suas normas cultas, ele não é “puro”, pois ele agregou, ao longo da história, elementos uruguaios, argentinos, paraguaios, guaranis, tupis, quíchuas, araucanos, áfricos e de várias procedências, resultado do contato entre diferentes grupos sociais ou étnicos.

O fato que se impõe é que antes de podermos nomear a língua como “língua gaúcha” ou “língua dos gaúchos”, precisamos levar em conta as relações entre língua e nação. Há todo um imaginário social e histórico que nos dá a conhecer a língua do e no Brasil, a língua nacional e oficial, a língua portuguesa, considerando que ela “está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado” (Orlandi, 2002, p. 21). É assim que se explicita o contraponto de se ter línguas no interior de uma língua, são línguas que promovem a heterogeneidade no interior de uma língua com o suposto “poder” de homogeneização, servindo à administração do Estado, mas, também à necessidade de administração dos saberes (como é o caso das escolhas do que se ensina e do que não se ensina, por exemplo) (PETRI, 2009, p. 27).

A influência da língua espanhola no linguajar não atuou apenas na pronúncia, como também contribuiu com um número considerável de termos incorporados ao uso cotidiano da linguagem. Esse linguajar, que designamos por linguagem gauchesca, constitui a identidade do sujeito gaúcho e o significa a partir de sua existência e de seu funcionamento. Essa relação de identidade é significada na língua e a língua constitui esse sujeito em suas relações sociais. Desta maneira, podemos dizer que este “linguajar” fortalece a figura do gaúcho como tipo social e caracteriza-se por inaugurar um novo modo de dizer e significar o Rio Grande do Sul. A linguagem gauchesca se significa na linguagem de uma cultura, de um modo próprio de ser e viver, de uma produção cultural que se materializa em instrumentos linguísticos. Essa linguagem gauchesca é registrada e de certa forma é perpetuada em dicionários e vocabulários, como é o caso de *Vocabulário Gaúcho* de Roque Callage.

4.3 ROQUE CALLAGE: VIDA E DA OBRA DO AUTOR

Nascido em 13 de dezembro de 1886, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, o escritor e jornalista é considerado um regionalista e sua narrativa contemplava o pampa gaúcho. Após a conclusão do curso primário, realizado em uma escola pública de sua cidade natal, seguiu o caminho do autodidatismo. Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria* (1962), em um capítulo escrito por Machado (1962), percebemos o enaltecimento das obras de Roque Callage não só para o regionalismo como para a história da cidade de Santa Maria. A revista nos remete a um passado glorioso do autor, que é descrito como um

homem de origem humilde, trabalhador, estudioso, preferindo sempre a leitura a outras distrações, como nos mostra a passagem abaixo:

Tal é o que se verifica na personalidade preeminente de Roque Callage, a cujos dotes de inteligência, de coração e de caráter queremos as nossas homenagens neste desprezioso trabalho de aprêço e de veneração à sua memória imperecedoura. [...] Tendo nascido e se criado em situação desprovida de recursos financeiros, Roque Callage constitui exemplo sobre o modo expressivo do quanto pode a boa vontade aliada ao talento e à concentração ao trabalho, ao lado do desejo ardente de vencer na vida. Mesmo através da luta imensa contra os óbices que se lhe deparavam por força das circunstâncias. Daí a perseverança nos estudos que foram feitos quase que essencialmente no terreno árduo da autodidaxia, mas que é bem a fonte fecunda, perene e luminosa a espadanar torrentes de proveitos ensinamentos aos que ela recorrem animados pelos nobres propósitos de aprender (MACHADO, 1962, p. 43).

O autor ainda designa Callage como

Jornalista, cronista, contista, prosador e poeta; ensaísta, crítico e esteta; professor, inspetor federal de ensino; conferencista, orador, sociólogo, lexicógrafo e, sobretudo, escritor regionalista e folclorista de mérito – eis as facetas em que mais fulgurou êsse espírito verdadeiramente poliédrico como uma das mais fecundas e lúcidas mentalidades do Rio Grande, e que tanto honra a própria cultura nacional (MACHADO, 1962, p. 44).

Segundo Marchiori (2000), devido ao seu gosto pelo jornalismo e literatura, o autor encontrou trabalho em jornais semanais de curta duração, após ter trabalhado no comércio. Em 1907, Callage passou a lecionar português no Ginásio Ítalo-Brasileiro. Seu livro de estreia

[...] data de 1908, quando Roque morava em Santa Maria. Dedicada a Andrade Neves Neto e à “mocidade inteligente e generosa” de sua terra natal, *Prosas de Ontem* denota, em suas 69 páginas, uma forte influência do escritor português. Mal acolhida pela crítica, acabou renegada até mesmo pelo autor, que deixou de incluí-la em sua bibliografia. [...] Mesmo não sendo um mau livro, a obra destoa de sua produção madura, voltada à temática regionalista e com linguagem distinta, inovadora (MARCHIORI, 2000, p. 10-12).

Roque Callage residiu por um período na cidade de São Gabriel, onde atuou na redação de jornais como *A Tribuna* e o *Diário da Tarde*. Ao buscar novos projetos, Roque Callage, em 1916, transferiu-se para a Capital da República, onde trabalhou na redação de alguns jornais e ao mesmo tempo ocupou um cargo na Biblioteca Nacional. Foi ainda nesta cidade que casou com Anita Banali, filha de italianos, e desse casamento nasceu Paulo Callage. Sua mulher e filho permaneceram em São Gabriel, enquanto o escritor viveu quase dois anos no Rio

de Janeiro. De acordo com Marchiori (2000), com a morte do filho, Callage abandonou a capital da república e passou a viver em Porto Alegre, fazendo parte da redação do Jornal *Correio do Povo*. A partir deste momento, percorreu o Rio Grande do Sul como jornalista e conferencista, “preenchendo o anseio de desvendar profundamente a terra e os homens gaúchos, tarefa indispensável a seus objetivos literários” (MARCHIORI, 2000, p. 14). Brum (2009) nos fala de algumas influências e características de Callage:

[...] influenciado por regionalistas como Simões Lopes Netto, Alcides Maya, Cesimbra Jaques e, no plano nacional, por Euclides da Cunha, preocupa-se com as realidades do homem do interior, “quase um sociólogo”, dizem, é um dos mentores do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. Divulga sua obra na capital da república, Rio de Janeiro onde escreve para vários jornais. Na cidade de São Paulo, em 1923 fez-se amigo de Monteiro Lobato e do poeta Cassiano Ricardo (BRUM, 2009, p. 336).

Além de Monteiro Lobato e Cassiano Ricardo, Callage também tornou-se amigo de outros intelectuais de renome, como Amadeu Amaral, Plínio Amaral e outros, após ter se estabelecido como escritor e jornalista. Porém, mesmo com esta sólida carreira e produção, dispomos de poucos materiais sobre o autor. Segundo Marchiori (2000), leitores interessados em assuntos relacionados ao Rio Grande do Sul têm dificuldade em encontrar publicações de Roque Callage, visto que nenhuma biblioteca pública do Estado possui suas obras completas. Em relação à obra de Callage, o autor nos diz que “ainda não foi publicada uma biografia à altura de sua importância no cenário do regionalismo” (p. 9). Nesse sentido, entendemos que mesmo com a contribuição do autor para preservar o linguajar gaúcho, ele parece permanecer um tanto desconhecido para aqueles que se interessam por questões pertinentes ao gaúcho e ao Rio Grande do Sul.

No centro urbano de Santa Maria, uma pequena rua lembra o nome de um de seus filhos mais ilustres – o jornalista, intelectual e escritor Roque Callage – uma das mais completas personalidades da literatura sul-rio-grandense. Esta singela homenagem, despercebida pelo grande público, não basta, todavia, para avicar aos conterrâneos e forasteiros este nome fulgurante, posto que seus livros tornaram-se quase inacessíveis pela ausência de reedições, restringindo-se às estantes de afortunados bibliófilos e ao comércio de raridades (MARCHIORI, 2000, p. 9).

Sobre Callage, existem alguns artigos publicados em jornais e revistas, além de notas bibliográficas que citam seu nome quando falam em intelectuais e literatura

do Rio Grande do Sul. Ainda que desconhecido por parte daqueles que estudam sobre o gaúcho e a cultura sul rio-grandense e com poucos títulos que tragam um material mais consistente sobre vida e obra do autor, percebemos a importância de Callage e sobretudo de sua obra *Vocabulário Gaúcho*, que representa e registra os falares regionais (mais voltados ao coloquial, interiorano), os quais muitas vezes não estão contidos nos discursos gramaticais normativos. Esse falar regional está dicionarizado e registrado em dicionários regionalistas sul rio-grandenses, mas nem sempre é contemplado pelos dicionários nacionais. *Vocabulário Gaúcho* objetiva registrar essa língua regional e também fazer emergir uma memória que é histórica e cultural. O sentimento de pertencimento a uma identidade regional - nesse caso, à identidade gaúcha - e o amor pela terra em que vive se manifesta nesta obra.

Ao tomarmos como dispositivo de análise as teorias da enunciação (eu/aqui/agora), já elucidadas no presente trabalho, podemos dizer que Roque Callage é um sujeito que toma a posição *eu*, como sujeito dicionarista, embora ele empregue o pronome *nós* em sua obra, como tomamos conhecimento na nota da 1ª edição, quando o autor diz: “Apresentamos, hoje, ao público, o nosso modesto ‘Vocabulário Gaúcho’” (CALLAGE, 1928, p. 5). Como o próprio Benveniste (2006) elucidava, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade na qual cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (p. 286).

O *aqui* seria o Rio Grande do Sul e o *agora* corresponde ao século XX, mais especificamente o ano de 1928. O *aqui* e *agora* da obra de Callage compõem as condições de produção da mesma: essas condições de produção são compostas por questões geográficas e sociais do Rio Grande do Sul como as fronteiras com Argentina e Uruguai e a influência platina nos vocábulos gaúchos, como elucidava o próprio autor, além do cenário sócio-histórico do Rio Grande do Sul, que é o estado onde o autor da obra que compõe o corpus da presente pesquisa nasceu e viveu: um cenário que, conforme já foi explicado na presente dissertação, passou por guerras e batalhas internas e, desse contexto, é que formou-se a figura do gaúcho como tipo social, cuja figura já foi associada a sentidos negativos e pejorativos, mas que ao longo da história passou a ser sinônimo de homem viril, do campo e corajoso. As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação. Segundo Orlandi (2005),

Podemos considerar as condições de produção em sentido escrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se a consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (p.30).

Ainda para a autora, as condições de produção constituem os discursos e dependem de certos fatores para funcionar. Um desses fatores é a relação de sentidos, que explica que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2005, p. 39). Esses sentidos resultam de relações, de maneira que todo discurso é sustentado por outro assim como pode apontar dizeres futuros. Sendo assim, compreendemos que o discurso não pode abarcar um começo absoluto tampouco um ponto final. Com o conceito de condições de produção, a história é colocada em um patamar importante, devendo ser vista como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes. “As duas noções fundamentais da história [...] não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento” (FOUCAULT, [1970] 2001 p. 287).

Sob a ótica desse último autor e de ORLANDI (2005), entendemos que a história é um dos principais elementos formadores das condições de produção. Ou seja, a história não é algo exterior à obra *Vocabulário Gaúcho*, ao contrário; é um elemento importante que afetou Callage em sua posição de sujeito enunciador, pois ao apresentar as definições dos verbetes que serão analisados nesta dissertação, deixa transparecer que elas estão revestidas de história e essa história – a história do Rio Grande do Sul – aparece nessas definições. Essa história tem um tempo determinado: 1928, que é o ano de produção da obra que compõe nosso corpus e um espaço, que é o Rio Grande do Sul.

Pelo viés da enunciação, a partir do dispositivo teórico e analítico *Semântica do acontecimento* (2005), de Eduardo Guimarães, podemos dizer que Roque Callage é também um sujeito enunciador, ligado à história e, segundo Orlandi (2005), ligado também à língua:

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde a sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (p.48-49).

Portanto, entendemos que Callage é um sujeito ligado a uma história – mais especificamente à história do Rio Grande do Sul – e a uma língua – nesse caso, à língua portuguesa, mas em sua especificidade que é o português gaúcho. Em seu livro *Vocabulário Gaúcho*, o autor registrou palavras típicas do linguajar dos gaúchos. O linguajar falado no sul do Brasil, ou, conforme Roque Callage (1928), vocabulário gaúcho, é o objeto que interessa ao autor e que o motivou a escrever a obra.

Collectando e registrando, de ha muito tempo, as expressões e os termos que nos pareciam genuinamente riograndeneses, isto é, peculiares ao nosso falar, ao falar ingenuo e simples das populações ruraes, termos não incorporados no trabalho daquelle illustre riograndense que tanto amou e honrou as tradições da sua, da nossa terra, só agora resolvemos publicar o presente “Vocabulário”, com o fito unico de deixar reunido o que por ahi fóra existia esparso e ainda não arquivado (CALLAGE, 1928, p.6).

Para Machado (1962), Callage era um jovem introvertido, bastante afeito aos estudos e investigações, ligando seu nome às atividades intelectuais. Entendemos que a obra confirma o esforço investigativo de Callage em defesa do regionalismo. Seu último livro, *Episódios da Revolução*, foi publicado em 1930 e falava sobre o movimento liderado pelo estado nesse mesmo ano, que depôs a República Velha e levou Getúlio Vargas ao comando do país. Ainda segundo esse mesmo autor, em todas as obras de Callage é possível perceber o amor que este tinha pelo Rio Grande do Sul, visto que o santa-mariense colhia suas impressões em suas peregrinações pelos mais diversos cenários do Rio Grande do Sul e também através do contato com “a gente simples e boa dos Pagos queridos” (MACHADO, 1962, p. 46).

Faleceu em 1930, deixando *Vocabulário Gaúcho* – obra que, segundo Machado (1962) é fruto da observação pessoal de Callage em fazendas e charqueadas - como uma herança ao povo sul rio-grandense, onde registra verbetes típicos do linguajar gaúcho, sendo que alguns deles serão analisados no capítulo a seguir.

5 VOCABULARIO GAÚCHO: VERBETES REGIONAIS E CONSTITUIÇÃO DE DESIGNAÇÕES DE SUJEITOS

Nossa pesquisa objetiva fazer uma análise enunciativa ediscursivos verbetes que designam sujeitos na obra *Vocabulario Gaúcho* (1928), do autor santamariense Roque Callage. Para isso, nos fundamentamos sob a perspectiva teórico-metodológica de três importantes campos do saber: História das Ideias Linguísticas (HIL), estudos da enunciação e Análise do Discurso (AD).

A HIL no Brasil, segundo Guimarães (1996), aborda a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas feitas no país desde o século XVI. A HIL também nos dá um suporte teórico e metodológico para tomar a obra de Roque Callage como instrumento linguístico, sob as noções de Aurox (1992) e considerar que o dicionário é também um produtor de discurso, discursos esses que têm uma relação direta com a história e suas condições sociais e políticas.

Para elucidarmos sobre enunciação, trazemos os pressupostos teóricos de Benveniste (2005, 2006), que nos diz que a enunciação é colocar a língua em funcionamento e fazendo emergir os elementos deíticos *eu*, *aqui* e *agora*. Sob a perspectiva da enunciação, tomamos Roque Callage como um *eu*, sujeito enunciador que enuncia em um *aqui*, o Rio Grande do Sul e em um *agora*, nesse caso, o ano de 1928. O Rio Grande do Sul, no presente trabalho, é considerado em seus aspectos geográficos – admitindo a importância das fronteiras com Argentina e Uruguai – e em seus aspectos históricos.

A obra *Semântica do Acontecimento* (2005) de Eduardo Guimarães nos auxilia para analisar a produção de efeitos de sentidos que os verbetes que designam tipos sociais recortados da obra de Roque Callage apresentam. Segundo Guimarães (2005), a *designação* é o que podemos chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. “Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (p. 9). Sendo assim, entendemos que as designações trazidas pelos verbetes que analisaremos não são apenas nomeações abstratas; elas nos remetem ao real e à história, em nosso caso, mais especificamente à história do Rio Grande do Sul. Entendemos que as designações se constituem pela palavra que contém história, ou seja, neste caso os verbetes que designam sujeitos. Conforme Parcianello (2015), designações dão nome ao que já

tem nome, resignificando, desta maneira, os sentidos desses nomes. Ainda, para a autora,

A designação é [...] o que o nome significa, mas não enquanto uma abstração ou enquanto um conjunto de possibilidades designificações, dadas pela relação da palavra com o que lhe é externo, como é o caso dos significados que são atribuídos aos nomes no dicionário. A designação de uma palavra é o seu sentido no funcionamento da linguagem, no acontecimento da enunciação, considerando o histórico como próprio da língua. É o sentido da palavra constituído pela relação com a memória de significações dessa palavra em outros enunciados. A designação é, assim, uma categoria analítica, ou seja, um elemento, uma palavra sujeita à análise [...] (PARCIANELLO, 2015, p.122).

Além da designação, os conceitos de descrição e definição são constitutivas da designação e nos ajudam a analisar os verbetes. Para Houaiss (2001), definir é determinar a significação de uma palavra, ou seja, “indicar o verdadeiro sentido” de um termo. Porém, segundo Siveris; Rodrigues; Petri (2009), a definição pode vir acompanhada de uma descrição, que se trata de uma representação no seu todo ou em detalhes. Entendemos, a partir da visão da autoras, que para definir um verbete, “pode-se ter uma enumeração de características correspondentes a ele, o que evidencia uma descrição e não mais uma definição” (p. 3). Já a descrição, segundo Orlandi (1989), não se trata de uma enumeração arbitrária de coisas, mas sim de uma “construção de uma relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação discursiva na qual se produz” (p.116). Através dessa definição de descrição de Orlandi, compreendemos que quando um verbete tem seu significado apresentado através de uma descrição, as escolhas não são arbitrárias.

A partir da análise das designações trazidas pelos verbetes escolhidos, podemos perceber que eles estão inscritos na história e através da linguagem deixam transparecer a relação dos sujeitos com a língua. Trabalharemos, assim, uma manifestação linguística que se dá em um espaço enunciativo, enquanto espaço de circulação do português língua nacional, com suas variantes específicas, ou seja, aquelas que marcam o modo de dizer dos gaúchos. Deste modo, é que o sentido do regional se faz presente na enunciação projetada pelos verbetes apresentados por Roque Callage.

Também pretendemos demonstrar que a produção de dicionários regionalistas registra e perpetua determinadas manifestações linguísticas - neste caso da identidade gaúcha -, registrando um modo de falar que não consta em

dicionários nacionais e que, segundo Nunes (2006c), muitas vezes foge dos padrões da gramática normativa. O dicionário regionalista é uma forma de trazer ao conhecimento da nação o que se produz em um lugar específico dessa nação, ou seja, em uma determinada parte da nação. No caso dos vocabulários gaúchos, o seu período de produção coincide com uma época de produção intelectual mais intensa no Rio Grande do Sul, sobretudo de afirmação de uma identidade regional em oposição a uma identidade nacional (STURZA, 2006a). Esses vocabulários mantêm e ao mesmo tempo atualizam sentidos (PETRI, 2009).

Entender a formação do gaúcho como tipo social nos faz movimentar conceitos históricos e antropológicos, para isso recorreremos à obra *A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil-nação* (2006), do autor Ruben George Oliven. Entendemos que a *parte* seria o Rio Grande do Sul e o *tudo*, o Brasil. Percebemos que o sujeito gaúcho vive e enuncia entre línguas, podendo desempenhar a função sujeito-autor de um instrumento linguístico, como é o caso de Roque Callage, coletando e registrando termos típicos do linguajar gaúcho, produzindo, dessa maneira, um discurso característico da sociedade sul-rio-grandense e diferenciado do restante do território brasileiro.

Esta posição teórica na qual nos inscrevemos nos permite analisar os verbetes selecionados e constatar que eles estão ligados à história, e em nosso caso, à história do Rio Grande do Sul, pois as designações trazidas pelos verbetes nos dão uma noção das condições sócio-históricas do Estado no início do século XX, sobretudo no que tange à questão de submissão da mulher gaúcha e do enaltecimento do homem no âmbito social, onde características essencialmente masculinas como a virilidade e a valentia são valorizadas. Nesse sentido, estabelecemos um diálogo com a AD, sobretudo através dos estudos sobre dicionários realizados por José Horta Nunes (2001, 2006, 2007, 2008, 2010), que nos mostram os dicionários sob a ótica da AD. Desta forma, entendemos que os verbetes que constam em *Vocabulário Gaúcho* corroboram os estudos do autor, ou seja, trazem um discurso sobre a história da época que a obra foi produzida.

A obra de Callage que compõe o corpus de nossa pesquisa é um vocabulário, e como já dissemos anteriormente, apresenta funções semelhantes às dos dicionários, contudo entendemos os vocabulários como uma lista descompromissada de palavras e de caráter mais informal em relação aos

dicionários. *Vocabulário Gaúcho* não nos fala da etimologia das palavras, como o próprio Callage admite na nota da 1ª edição:

Não entramos na etymologia das palavras. Registramo-las, apenas, dando-lhes o significado que entendemos verdadeiro, documentando-as tanto quanto possível, com exemplos encontrados no folk-lore e nas paginas de todos os escriptores e poetas que imprimiram ás suas produções um traço caracteristicamente gaúchesco (CALLAGE, 1928, p.6).

Apesar de não adentrar na questão da etimologia das palavras, a obra nos diz a classificação gramatical dos verbetes, nos dizendo se eles são verbo, adjetivo e/ou substantivo. Apresentamos abaixo os verbetes selecionados. Usando a designação como principal dispositivo analítico, os 132 verbetes selecionados são aqueles que designam sujeitos típicos do Rio Grande do Sul, organizados em ordem alfabética.

Quadro 1 – verbetes selecionados

Areado	Carancho	Chirú	Gandulo	Lombilheiro	Parador
Atorado	Carcheador	Clinudo	Garrúcha	Lindona	Pardavasco
Bagaceira	Carneador	Cogotudo	Gasguita	Mambira	Passeiro
Bagagem	Carpeteiro	Conchavado	Gaúcho	Maneador	Pastorejador
Bahiano	Carreirista	Continentista	Gerivá	Maneta	Pealador
Barriga-verde	Carreteiro	Corredor	Ginetaço	Manguary	Peão
Beriva ou	Castelhanada	Cotó	Ginete	Mano-juca	Pelado
Biriba	Castelhano	Criador	Gringo	Marca-grande	Pellego-
Bruáca	Cavalleireano	Crioulo	Guasca	Marcador	branco
Bugre	Cevador	Cupinúdo	Guasqueiro	Marqueiro	Petiço
Burlequeador	Charrúa	Desencilhador	Gurupy	Milico	Piá
Caborteiro	Chasque	Despilchado	Gury	Milongueiro	Plasta
Cabra	Chimbé	Enchiqueirador	Índio	Minuano	Plévia
Calavêra	China	Encilhador	Inhato	Missioneiro	Posteiro
Cambada	Chinarada	Enlaçador	João Grande	Morena	Proprio
Campeador	Chinaredo	Estancieiro	Invernador	Morocho	Rancheiro
Campeiro	Chininha	Estaqueador	Laçador	Orelhador	Rasteador ou
Cancheador	Chinoca	Estradeiro	Lenheiro	Palanqueador	Rastreador
Capataz	Chinoquinha	Galopeador		Paleteador	Rebenqueador
Capinador	Chirúa				Recolhedor
					Remediado

					Rengo Rengueado Repassador Repontador Retaco Rinconista Saladeirista Salgador Serrano Sesmeiro Soqueteiro Tafuleira Tafulona Taludo Tapejára Tocador Tropeiro Vaqueano Verdureiro Xarqueador
--	--	--	--	--	---

Fonte: Autor.

Ao analisar as designações apresentadas pelos verbetes seleccionados, os organizamos nas seguintes categorias:

1. Os que designam classe social;
2. Os que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem;
3. Os que designam a raça/etnia do sujeito;
4. Os que que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito;
5. Os que apresentam características físicas dos sujeitos;
6. Os que designam mulheres.

Quadro 2 – Classificação dos verbetes

Verbetes que designam classe social	Verbetes que designam uma questão geográfica e de pertença	Verbetes que designam a raça/etnia do sujeito	Verbetes que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito	Verbetes que apresentam características físicas dos sujeitos.	Verbetes que designam mulheres
Areado	Bahiano	Bugre	Burlequeador	Chimbé	Bruáca
Atorado	Barriga-verde	Charrúa	Campeador	Clinudos	China
Bagaceira	Beriva ou	Chirú	Campeiro	Cogotudo	Chinarada
Bagagem	Biriba	Minuanos	Cancheador	Cotó	Chinaredo
Caborteiro	Castelhanada	Pardavasco	Capataz	Cupinúdo	Chininha
Cabra	Castelhano	Piá	Capinador	Gerivá	Chinóca
Calavêra	Continentista		Carancho	Inhato	Chinoquinha
Cambada	Crioulo		Carneador	João Grande	Chirúa
Carcheador	Gaúcho		Carpeteiro	Maneta	Garrúcha
Despilchado	Gringo		Cavalleireano	Manguary	Gasguita
Estradeiro	Guasca		Cevador	Petiço	Lindona
Gandulo	Missioneiro		Chasque	Rengueado	Morena
Mambira	Pellego-		Conchavado	Rengo	Morocho
Mano-juca	Branco		Corredor	Retaco	Tafuleira
Pelado	Rinconista		Criador	Talúdo	Tafulona
Plasta	Serrano		Desencilhador		
Plévia			Encilheirador		
Remediado			Encilhador		
Soqueteiro			Enlaçador		
			Estancieiro		
			Estaqueador		
			Galopeador		
			Ginetaço		
			Ginete		
			Guasqueiro		
			Gurupy		
			Gury		
			Índio		
			Invernador		
			Laçador		
			Lenheiro		
			Lombilheiro		
			Maneador		
			Marca Grande		

			Marcador Marqueiro Milico Milongueiro Orelhador Palanqueador Paleteador Parador Passeiro Pastorejador Pealador Peão Posteiro Proprio Rancheiro Rasteador ou Rastreador Rebenqueador Recolhedor Repassador Repontador Saladeirista Salgador Sesmeiro Tapejára Tocador Tropeiro Vaqueano Verdureiro Xarqueador	
--	--	--	---	--

Fonte: Autor.

Destes verbetes apresentados, que se encaixam nas categorias já citadas, selecionamos nove: *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirú*, *chirúa*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* e *morocha*. Justificamos a escolha destes verbetes pelo fato de seus sentidos revelarem as condições sócio-históricas da época em que *Vocabulario Gaúcho* foi produzido. No próximo capítulo, apresentaremos as designações destes nove verbetes, designações estas que, ao constituírem sentidos, nos contam a

forma como viviam os gaúchos nessa época, sobretudo no ambiente das coxilhas e estâncias, assim como nos revelam as condições em que viviam as mulheres no Rio Grande do Sul.

6 ANÁLISE DE ALGUNS VERBETES QUE DESIGNAM SUJEITOS NA OBRA DE ROQUE CALLAGE

Ao analisarmos alguns dos verbetes que apresentamos no capítulo anterior, constatamos algumas particularidades. A primeira é que a maioria está no gênero masculino. Por exemplo, há o verbeito *estancieiro*, que designa “o proprietário da estância” (CALLAGE, 1928, p. 58), mas não há o mesmo verbeito no feminino. A segunda é que, os verbetes que designam mulheres, além de poucos, geralmente apresentam um sentido negativo e pejorativo. Nesse sentido, nos deparamos com a questão de gênero, mas tal questão será abordada futuramente, quando a presente dissertação se transformar em uma tese de doutorado.

Assim, buscamos interpretar os sentidos que emergem dos verbetes recortados. Também percebemos na análise desses verbetes os efeitos das condições sócio-históricas. Os separamos nas seguintes categorias:

1. Os que designam classe social;
2. Os que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem;
3. Os que designam a raça/etnia do sujeito;
4. Os que que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito;
5. Os que apresentam características físicas dos sujeitos;
6. Os que designam mulheres.

Abaixam seguem os verbetes que já foram apresentados em um quadro no capítulo anterior e suas respectivas designações.

1. Os que designam classe social:

Areado, adj. diz-se da pessoa que anda sem vintém no bolso; o mesmo que prompto na gíria da cidade. (p. 18)

Atorado, adj. homem sem haveres, que nada possui. (p. 21)

Bagaceira, subs. gente de classe ínfima e de maos costumes. (p. 22)

Bagagem, subs. gente de classe inferior. O mesmo que bagaceira. (p. 22)

Caborteiro, adj. manhoso, velhaqueador, animal que não anda direito. Emprega-se também em sentido figurado em relação á pessoas. Fulano é um *caborteiro* de marca: não ha meios de pagar o que deve; o mesmo que velhaco, esperto. (p. 32)

Cabra, subs. sujeito indivíduo de baixa classe. (p. 32)

Calavêra, adj. velhaco, o mesmo que caborteiro. (p. 32)

Cambada, subs. grupo de pessoas suspeitas. *Cambada* de alarifes; *cambada* de desordeiros. (p. 33)

Carcheador, subs. pessoa que praticacarcheio, que furta ou rouba. (p. 36)

Despilchado, subs. e adj. pessoa pobre que não possui objectos de valor, adornos, jóias, etc. (p. 51)

Estradeiro, adj. diz-se da pessoa que anda sempre fora de casa, que vive constantemente na estrada. Fig. alarife, esperto, conquistador. (p. 59)

Gandulo, adj. vagabundo, pedinte, filante. Pessoa que vive a custa dos outros. O mesmo que pussuca. E' cast. Também usado em Portugal. (p. 66)

Mambira, subs. camponez, matuto, homem rude, rústico, quer do campo, quer da serra; pessoa de fora, não acostumada na cidade. Fig. pessoa que não sabe caminhar nem vestir-se. (p. 81)

Mano-juca, subs. camponez, gaúcho, pessoa que vive fora da cidade. E' termo quase em desuso. (p. 84)

Pelado, adj. diz-se da pessoa que perdeu tudo o que tinha. (p. 101)

Plasta, subs. diz-se da pessoa inútil, sem serventia. (p. 106)

Plévia, subs. bagaceira, gente ruim. (p. 106)

Remediado, adj. diz-se da pessoa que não sendo rica, possui, entretanto, alguns bens materiais; pessoa de regular fortuna. (p. 117)

Soqueteiro, subs. termo com que se designa o indivíduo que vive como parasita pelas fazendas do nordeste rio-grandense, onde não trabalha mas também não ganha, sujeitando-se a comer o soquete. (p. 124)

2. Os que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem:

Bahiano, adj. e subs. maturrengo, o que monta mal a Cavallo. Diz Romaguera que "pelo facto dos filhos do norte e especialmente os da Bahia, que n'este Estado mais abundante, não saberem montar á gaúcha, deu-se o qualificativo acima." Esse qualificativo pegou sendo hoje applicado em toda a campanha em relação a qualquer pessoa que monta de accordo com a nossa maneira. (p. 22)

Barriga-verde, adj. de 2 gen. Com. “Catharinense, o filho do Estado de Santa Catarina. É a tradição do Sul que ao tempo das guerras com os platinos, ou por ocasião da luta com o Paraguay, vieram de Santa Catarina alguns batalhões, cujos voluntários usavam como distintivo uma facha de côr verde apertando o ventre, originando-se desse facto a denominação, que, aliás gozam e sempre gozaram no Rio Grande do Sul – de brilhante conceito pelo civismo e valôr, pelo que acreditamos que não foi com intuição deprimente que appellidou esse brioso povo com aquelle qualificativo.” (p. 25)

Beriva ou Biriba, adj. “nome com que são designados os filhos ou moradores de Clima da Serra, os quase geralmente andam em mulas e têm um sotaque especial, que não se nota nos habitantes da campanha ou da região baixa do Estado. (p. 25)

Castelhanada, subs. dito ou exaggero; grande numero de castelhanos; os filhos do Uruguay. (p. 38)

Castelhano, adj. é sempre o oriental, o filho do Uruguay. (p. 38)

Continentista, adj. os riograndenses, os naturaes do Rio Grande do Sul. (p. 46)

Crioulo, adj. o natural de um determinado ponto do Estado. F. é *crioulo* do município de Bagé, etc. (p. 48)

Gaúcho, subs. e adj. “...mui desvirtuado de sua verdadeira significação, está o vocabulo de que agora nos occupamos: por *gaúchos* eram conhecidos alguns bandos de indios guerreiros e cavalleiros que habitavam grande parte da Republica Argentina e que, obrigados a mudar frequentemente de sitio por causa dos antigos ataques dos seus inimigos, não tinham habitação certa. Mais tarde applicou-se aquella denominação aos restos, já mui esparsos e aniquilados pelas guerras, dos indígenas que existiam na Republica Oriental e Rio Grande do Sul, os quaes extremamente valentes e cavaleiros, tinham os mesmos instinctos e costumes da vida errante e vadia daquelles, cuja denominação receberam. Hoje, porém, applica-se este termo dos indivíduos da campanha que montam com garbo, elegância especial e que são bons cavalleiros.” (Romaguera Corrêa, Vocabulario.) Com o tempo, porém, o gaúcho foi tomando outro aspecto, e uma expressão muito especial. Hoje o *gaúcho*, o

guasca, o nosso campones emfim, é o typo representativo da vida accidentada das coxilhas, da existencia patriarchal das nossas fazendas ou estancias, onde se perpetuam costumes e hábitos gaúchos. O gaúcho é a expressão typica do valôr e da coragem, e, identificado com seu companheiro inseparável – o cavallo -, elle symbolisa nas galopadas pela planura, a figura mythologica do Centauro. Por gaúchos se têm hoje, com orgulho, todos os filhos do Rio Grande do Sul. Quanto a etymologia da palavra gaúcho, ella tem sido casa de uma verdadeira confusão; e segundo João Ribeiro, “não há outra que tenha proporcionado tantos disparates e tanta incerteza aos mais hábeis investigadores”. Mais de 25 hypotheses já vieram á tona e ainda não se pode entrever com segurança a sua origem apezar dos pacientes estudos ultimamente realizados pelo dr. Boaventura Caviglia Filho, erudito escriptor uruguayo e pelo nosso douto patricio dr. Nelso de Senna. (p. 68)

Gringo, subs, o estrangeiro em geral. (p. 70)

Guasca, subs. tira de couro que tem innumeradas serventias nos trabalhos pastoris. Fig. o gaúcho, o riograndense, em summa. Romaguera registrando o vocábulo diz que “baseado no facto dos filhos do Rio Grande, em geral dedicarem-se á industria pastoril, em cujos variados trabalhos usam sempre cordas de couro (guascas), dão-lhes os filhos do norte aquella dominação.” Parece ser de facto essa a origem do termo na sua significação actual. Guasca, hoje já não é só o gaúcho, o campones, o habitante da campanha: é o riograndense em geral. Se foi um vocábulo pejorativo, a principio, é agora um verdadeiro titulo de orgulho. (p. 71)

Missioneiro, subs. habitante da região das Missões; o que é concernente a Missões. (p. 90)

Pellego-Branco, subs. “*roseteiro*, habitante do norte do Estado e especialmente do município de Taquary. Este termo é dado pelos fronteiriços aos moradores d’aquelles lugares, naturalmente porque antigamente por lá só usavam nos arreios *pellegos brancos*, pouco apreciados pelos da fronteira”. (p. 102)

Rinconista, adj. o que mora no rincão. (p. 119)

Serrano, adj. o que é natural da região serrana, do município de Santa Maria para cima. (p. 122)

3. Os que designam a raça/etnia do sujeito.

Bugre, subs. índio selvicola.

Charrúa, subs. tribu de índios que com os minuanos e tapes habitavam no Rio Grande do Sul na época do seu povoamento. (p. 40)

Chirú, subs. índio caboclo: pessoa que tem traços de indígena. (p. 43)

Minuanos, subs. tribu de índios que habitou o Rio Grande do Sul antes de ser povoado pelos açorianos. (p. 90)

Pardavasco, adj. indivíduo pardo, no geral mestiço de negro com índio; acaboclado, amulatado, pardusco. (p. 98)

Piá, subs. índio moço; caboclinho; applica-se o termo a todo o menor que não sendo branco como peãosinho de estância; o mesmo que *gury*. (p. 104)

4. Os que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito:

Burlequeador, adj. vadio, madraço; o que leva a vida a cruzar campo ou estrada de um lado para outro, sem procurar ocupação. (p. 31)

Campeador, adj. pessoa que procura qualquer cousa ou animal perdido no campo; o que campeia. (p. 33)

Campeiro, subs. pessoa que pratica com pericia a vida do campo, que entende de tudo o que se relaciona com o campo; o que monta bem; o que vive e trabalha no campo. (p. 34)

Cancheador, subs. pessoa que cancheia a herva matte. (p. 34)

Capataz, subs. administrador de estância ou de uma xarqueada que tem às suas ordens todo o pessoal. (p. 35)

Capinador, adj. e subs. a pessoa que *capina*. (p. 35)

Carancho, subs. o que vae a festas e divertimentos sem ser convidado; o que carancheia serviço, nas horas vagas. (p. 36)

Carneador, subs. pessoa que carneia; o pessoal da xarqueada encarregado de desmanchar a rez abatida. (p. 36)

Carpeteiro, adj. jogador, o que tem o vicio de jogar. (p. 37)

Carreirista, subs. dono de parelheiros; a pessoa que dedica-se a corrida de cavallos. (p. 37)

Carreteiro, subs. pessoa que tem o officio de viajar com carreta. (p. 38)

- Cavalleireano**, subs. cavalleiro, ginete, pessoa que anda a cavallo. (p. 38).
- Cevador**, subs. cerrador de matte, diz-se da pessoa que prepara o chimarrão na cuia. (p. 38)
- Chasque**, subs. pessoa que léva recados. (p. 40)
- Conchavado**, adj. empregado, peão.(p. 45)
- Corredor**, subs. pessoa que monta a cavallo para correr. (p. 47)
- Criador**, subs. estancieiro, fazendeiro. (p. 48)
- Desencilhador**, adj. o que tira os arreios do cavallo. (p. 50)
- Enchiqueirador**, subs. a pessoa que enchiqueira ou recolhe ao chiqueiro os animaes principalmente terneiros ou porcos. (p. 54)
- Encilhador**, adj. o que encilha o animal de montaria. (p. 54)
- Enlaçador**, adj. e subs. o mesmo que laçador; a pessoa que maneja o laço com facilidade; o enlaçador de animaes. (p. 55)
- Estancieiro**, subs. proprietário da *estancia*. (p. 58)
- Estaqueador**, adj. o que estaqueia o couro nas competentes estacas. (p. 58)
- Galopeador**, adj. pessoa que faz os galopes no Cavallo de corrida. (p. 65)
- Ginetaço**, adj. pessoa que anda bem a Cavallo; bom *ginete*. (p. 69)
- Ginete**, adj, subs. cavalleiro ou
- Ginete**, adj. pessoa que monta com elegância e firmeza; synonymo de campeiro ou de bom cavalleiro. (p. 69)
- Guasqueiro**, subs. pessoa que trabalha em guascas, pois com estas se fazem inumeros petrechos para a montaria dos gaúchos, desde o mais grosseiro ao mais delicado aparelhamento dos arreios, constituindo hoje uma verdadeira profissão, completamente diversa da do correeiro. (p. 72)
- Gurupy**, subs. pessoa que nos leilões é encarregada de fazer lances falsos para obrigar os interessados a augmentarem a oferta nos objectos que pretendem. Usado tambem como synonymo de *entremettido*, *caradura*. (p. 72)
- Gury**, subs. criança, menino piásinho, serviçal nas estâncias. (p. 72)
- Índio**, subs. o termo – índio – não se applica aqui no Rio Grande, ao indígena, ao selvicola ou aborígene, e sim ao peão gaúcho, em geral ao empregado de estância. (p. 73)

Invernador, subs.fazendeiro ou criador que em seu campo recebe gados para invernar, ou que *inverna* por conta própria. (p. 74)

Laçador, adj. e subs. a pessoa que laça bem, com pericia, que quase não erra o tiro de laço (p. 75)

Lenheiro, subs. tirador de lenha; o mesmo que lenhador. (p. 77)

Lombilheiro, adj. pessoa que faz *lombilhos*. (p. 78)

Maneador, adj. o que maneia ou prende as patas do animal. (p. 82)

Marca Grande, subs. comp. estanciero de *marca grande*, diz-se daquelle que possui muito gado ou muitas estâncias. (p. 85)

Marcador, subs. o encarregado de aquecer a marca e levá-la para sentar no animal. (p. 87)

Marqueiro, subs. o mesmo que marcador porém mais usado. (p. 87)

Milico, subs. soldado, policial, miliciano. (p. 89)

Milongueiro, subs. pessoa que canta milongas. (p. 89)

Orelhador, subs. é o gaúcho que orelha o potro para o domador montar. (p. 94)

Palanqueador, adj. diz-se da pessoa que *palanqueia* o animal, a que acostuma este ao *palanque*. (p. 96)

Paleteador, adj. o que paleteia o Cavallo roseteando-o. (p. 96)

Parador, subs. peão ou outro campeiro que ajuda parar o rodeio nas estâncias. (p. 98)

Passeiro, subs. pessoa que nos passos dos arroios dá passagem em canoas e balsas mediante pagamento. (p. 99)

Pastorejador, adj. o peão de tropa que cuida o gado, que pastoreia a tropa. (p. 99)

Pealador, adj. o que peála ou atira peálos, o que faz o serviço de pealação; o empregado de pealar nas marcações de terneiros ou na capação de touros. (p. 99)

Peão, subs. os serviçaes da estancia, empregados no serviço do campo e em outros misteres da fazenda. E' o mesmo que *conchavado*. *Peão* é o termo empregado em todo o Estado, quer na cidade, quer na campanha e diz respeito a todo e qualquer empregado de ínfima categoria. (p. 100)

Posteiro, subs. empregado, ou melhor, aggregado de estância, que morando nos limites ou divisa do campo, zela por toda a extensão que lhe

fica próxima, cuidando ao mesmo tempo não só do gado como do alambrado. (p. 107)

Proprio, subs. pessoa especialmente encarregada de levar cartas ou noticias para qualquer parte. (p. 108)

Rancheiro, adj. homem rancheiro, o mesmo que homem caseiro, que não arreda pé do rancho. (p. 112)

Rasteador ou Rastreador, subs. sujeito pratico em descobrir pessoas ou animaes pelo rasto. (p. 113)

Rebenqueador, adj. o que fastiga o Cavallo com o rebenque. (p. 113)

Recolhedor, subs. é o peão que recolhe os animaes no campo. (p. 114)

Repassador, subs. o campeiro que, depois do domador, ou o proprio domador, *repassa* os *redomões*. (p. 117)

Repontador, adj. o que reponta; o que toca os animaes de um ponto para outro. (p. 117)

Saladeirista, subs. xarqueador; proprietário de saladeiro. (p. 121)

Salgador, subs. empregado de xarqueada ou saladeiro encarregado de espalhar o sal na carne destinada para xarque. (p. 121)

Sesmeiro, subs. proprietario de *sesmaria*. (p. 122)

Tapejára, subs. vaqueano, conhecedor do caminho; o mesmo que guia. E' palavra Guarany. (p. 126)

Tocador, subs. é o campeiro que toca os animaes em marcha. (p. 130)

Tropeiro, subs. é o que se ocupa em conduzir, comprar, vender ou fazer tropa. (p. 133)

Vaqueano, subs. e adj. tapejára; pessoa pratica em guiar os viajantes em estradas, caminhos e atalhos de regiões desconhecidas: homem pratico, conhecedor, habilitado em qualquer cousa. Já é vocábulo commum a muitos outros Estados. (p. 135)

Verdureiro, subs. diz-se da pessoa que vende verduras. (p. 136)

Xarqueador, subs. saladeirista; o proprietário da xarqueada; o que xarqueia ou fabrica o xarque, (p. 137)

5. Os que apresentam características físicas dos sujeitos:

Chimbé, adj. gado vaccum que tem o focinho curto e achatado. Emprega-se também com relação a pessoas. *Nariz chimbé* – nariz achatado. (p. 42)

- Clinudo**, adj. o que tem muita *clina*. (p. 44)
- Cogotudo**, adj. pessoa que tem o cogote mui grosso. (p. 45)
- Cotó**, subs. pessoa que tem um braço mutilado, maneta. (p. 47)
- Cupinúdo**, adj, pescoçudo: que tem grosso e saliente o toutiço. (p. 49)
- Gerivá**, subs. espécie de palmeira de altura regular, existente em diversos pontos do Estado. Fig. pessoa muito alta e magra. (p. 69)
- Inhato**, adj. o mesmo que chimbé; o que tem o nariz arrebitado e curto. (p. 73)
- João-Grande**, subs. cegonha. Fig. pessoa alta. (p. 75)
- Manêta**, adj. diz-se da pessoa que tem falta de um braço. (p. 82)
- Manguary**, subs. sujeito alto e magro. (p. 83)
- Petiço**,subs. cavallo de pequena altura que não chegou a se desenvolver. Emprega-se também em relação á pessoa que, sem ser anã, é contudo pequena, baixa. (p. 104)
- Rengueado**, adj. diz-se da pessoa ou animal que tendo qualquer defeito na perna, arrasta-a quando caminha. Homem *rengueado*, caminhar *rengueado*, cavallo *rengueado*; o mesmo que *rengo*. (p. 117).
- Rengo**, adj. o mesmo que *rengueado*. (p. 117)
- Retaco**; adj. homem baixo mas bem entrocado e forte. (p. 118)
- Talúdo**, **adj.** crescido, desenvolvido.

6. Os que designam mulheres:

- Bruáca**, adj. mulher ordinaria, desleixada, sem pudôr. (p. 30)
- China**, subs. mulher de indio; mulher de côr morena carregada; mulher publica (p. 42)
- Chinarada**, subs. grande número de chinas. (p. 42)
- Chinaredo**, subs. o mesmo que chinarada. (p. 42)
- Chininha**, subs. filha de china caboclinha, china ainda menina – chinóquina. (p. 42)
- Chinóca**, **subs.** o mesmo que *chininha*. (p. 42)
- Chinoquina**, subs. o mesmo que *caboclinha*.(p. 42)
- Chirúa**, subs. china, cabocla, mulher de indio. (p. 43)
- Garrúcha**, subs. china velha. (p. 66)
- Gasguita**, subs. diz-se da rapariga, entromettida, desenvolta. (p. 67)

Lindona, adj. moça lindona, égua lindona, potranca lindona. (p. 78)

Morena, subs. a gaúcha, a filha da campanha; moça. (p. 91)

Morocho, subs. morena, a moça camponeza. E' um dos muitos termos platinos enraizados no Rio Grande do Sul. (p. 91)

Tafuleira, adj. moça amante do luxo, que gosta de divertir-se. (p. 125)

Tafulona, adj. moça graciosa e gentil.(p. 125).

Ao analisar as designações apresentadas pelos verbetes *bahiano* e *gaúcho* (pertencentes ao grupo dos verbetes que designam uma questão geográfica e de pertença, que indica de onde o sujeito vem), *bruáca*, *china*, *chirúa*, *gasguita* e *morocho* (pertencentes ao grupo dos verbetes que designam mulheres), *chirú* (pertencente ao grupo de verbetes que designam a raça/etnia do sujeito) e *estancieiro* (pertencente ao grupo de verbetes que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito), podemos confirmar o que nos diz Guimarães (2005): a designação tem relação com o real e o político. Os verbetes recortados de *Vocabulário Gaúcho* nos dão uma ideia de como era o Rio Grande do Sul do século XX: um ambiente onde há uma grande valorização da figura masculina. Como demonstramos, a maior parte dos verbetes está no masculino, uma minoria designa mulheres e destes que estão no feminino, a maioria apresenta sentidos negativos, como é o caso de *bruáca*, *china*, *chirúa* e *gasguita*.

Os verbetes que analisamos nos permitem ter uma ideia do ambiente essencialmente dominado por homens, conforme percebemos no trecho “typo representativo da vida accidentada das coxilhas, da existencia patriarcal das nossas fazendas ou estancias, onde se perpetuam costumes e hábitos gaúchos” (CALLAGE, 1928, p. 68) presente na designação *gaúcho*. Entendemos, através desta descrição, que o ambiente de fazendas e estâncias era dominado por homens ou, como o próprio autor descreve, um ambiente “patriarcal”. As designações apresentadas pelo verbete *gaúcho* corroboram os pressupostos teóricos apresentados nesta dissertação: ao descrever o gaúcho como homem nômade de vida errante e “vadia” por ter que constantemente mudar de lugar devido a guerras e batalhas e logo após dizer que o verbete muda de sentido e passa a designar aqueles homens que são exímios cavaleiros e que montam com garbo e elegância, podemos confirmar o que nos diz Petri (2009), ou seja, que a designação *gaúcho*, com o passar do tempo, foi apagando os sentidos pejorativos e mantendo somente

suas qualidades mais marcantes, como o fato de saber montar com elegância a cavalo. Apagando as designações negativas, o verbete *gaúcho* nos remete a um passado glorioso.

Callage, ao designar os gaúchos, ou seja, “gente de sua terra”, exalta o sentimento de regionalismo; o de pertencer ao Rio Grande do Sul e desta forma diferenciar-se de outras identidades existentes no Brasil. É possível percebermos isto ao fazermos uma comparação do verbete *gaúcho* com o verbete *bahiano*: o primeiro é definido como aquele que sabe montar a cavalo e faz isso com elegância, enquanto o último é descrito como: “o que monta mal a Cavallo” (CALLAGE, 1928, p. 22). Entendemos que Callage, ao designar a “gente de sua terra”, destaca qualidades que diferencia o gaúcho de outros sujeitos pertencentes a outras regiões do Brasil. Reforça, desta forma, sentimentos regionalistas e a habilidade com o cavalo o diferencia dos demais. Callage não nos fala do que seria a *gaúcha* ou qual seria a situação das mulheres gaúchas nas coxilhas, já que o verbete *gaúcho* está no masculino e refere-se especificamente ao homem sul rio-grandense.

Já que o ambiente de fazendas e estâncias é patriarcal, entendemos que a mulher parece ter pouca visibilidade nesse âmbito, e isso se revela nos verbetes que indicam a ocupação e/ou profissão do sujeito. Em estancieiro, temos “proprietário da *estância*” (CALLAGE, 1928, p. 58). Se a estância é um ambiente patriarcal, consequentemente não se tem o verbete no feminino e como é um ambiente essencialmente do interior, retomamos Saint-Hilaire (1995), que descreve a mulher gaúcha de interior como uma mulher restrita ao âmbito doméstico e que pouco participa de eventos sociais. Já a situação da mulher da capital Porto Alegre é um pouco mais favorecida, quando o comerciante francês a descreve como uma mulher menos “escondida” que a mulher do interior do estado.

Ao designar, definir e descrever *china* como “mulher de índio; mulher de côr morena carregada; mulher publica” (CALLAGE, 1928, p. 42) não está claro porque ele traria um sentido negativo. Afinal o que significa ser mulher do índio? E o que a etnia indígena significava naquela época? O que significa vida pública? Neste caso, constatamos novamente o quanto os instrumentos linguísticos e verbetes estão relacionados com a história. Ao buscarmos em Saint-Hilaire (1997) a história do Rio Grande do Sul e a formação do gaúcho como tipo social, encontramos a situação da mulher indígena no estado, no século XIX. Para Hilaire (1997), as chinas eram desavergonhadas, não ocultando sua nudez e nem sendo fieis a seus maridos

também indígenas, sendo assim entregavam-se aos homens brancos com facilidade. Entendemos que esta seria a “vida pública” das chinas que Callage referiu-se, ou seja, uma vida de subserviência, inclusive em termos sexuais, aos homens brancos. As mulheres indígenas eram prostituídas assim que entravam na puberdade.

Ainda sobre a situação das *chinas*, Brum (2010), faz uma comparação das chinas com as *prendas*. Para a autora, tanto as *chinas* quanto as *prendas* representam a submissão da mulher gaúcha. As *prendas* representam o decoro da mulher gaúcha; esse decoro e recato se materializa em suas roupas que devem ser semelhantes às das princesas europeias e em sua maquiagem discreta. São regras elementares que a mulher gaúcha deve seguir ao se vestir, caso contrário poderá parecer uma ofensa às regras tradicionalistas. Já ao peão, “é permitida maior liberdade no vestir” (BRUM, 2010, p. 83). Por outro lado, ainda para a autora, as *chinas* representam o oposto da *prenda* por não possuírem as mesmas virtudes.

O sentido pejorativo que o termo passou a adquirir se relaciona à colonização da região. Tal processo ocorreu nos tempos em que os gaúchos errantes apresavam o gado xucro e que também usufruíam das chinas, para depois as abandonarem a sua própria sorte (BRUM, 2010, p. 84).

Para garantir sua sobrevivência, as *chinas* seguiam os exércitos e serviam os soldados. Em uma outra posição, com mais recato, porém com igual subserviência, as filhas e esposas dos comandantes dos exércitos viviam “protegidas” nas fazendas e as administravam na ausência dos homens. É pertinente mencionar que em *Vocabulário Gaúcho*, o verbete *prenda* não designa a mulher e sim “joia, relíquia, presente de valor” (CALLAGE, 1928, p. 108).

As designações *bruáca* e *gasguita*, assim como *china*, também apresentam sentidos negativos. *Bruáca* designa, define e descreve a “mulher ordinária, desleixada, sem pudor” (CALLAGE, 1928, p. 30) e *gasguita* “diz-se da rapariga, entrometida, desenvolta. (CALLAGE, 1928, p. 67). Entendemos que estas designações descrevem o comportamento reprovável de certas mulheres, que destoam daquilo que se espera da conduta da mulher gaúcha, sobretudo da mulher do interior, da “mulher simples do campo”. Observemos os sentidos trazidos pelo verbete *chirú* e o feminino dele, *chirúa*: enquanto *chirú* designa “índio caboclo: pessoa que tem traços de indígena” (CALLAGE, 1928, p. 43), *chirúa* designa “china,

cabocla, mulher de índio” (CALLAGE, 1928, p. 43). Enquanto *chirú* se refere a uma questão étnica do sujeito, *chirúa* tem os mesmos sentidos de *china*, que já explicamos o quão pejorativos são. *Chirú* é o único verbete em *Vocabulário Gaúcho* que apresenta sua versão no feminino. Já a *morocha* é um dos poucos verbetes que designam mulheres que não apresenta sentidos pejorativos. Segundo Callage (1928), “morena, a moça camponeza. E’ um dos muitos termos platinos enraizados no Rio Grande do Sul. (p. 91)”. Entendemos que ao designar a *morocha* como “a moça camponeza”, o autor a está descrevendo como uma moça que se comporta com o decoro que se espera da mulher do interior, como já nos disse Hilaire (1997), uma mulher que está restrita ao âmbito doméstico. Além disto, Callage admite que o termo é de origem platina, confirmando os pressupostos teóricos já apresentados de que o espanhol da região do Rio da Prata é uma das principais influências do linguajar gaúcho, pressupostos estes trazidos sobretudo pelo próprio Callage (1928) e por Laytano (1981).

Desta forma, interpretamos os sentidos que emergem dos verbetes recortados nos revelando as condições da mulher gaúcho durante a época em que *Vocabulário Gaúcho* foi produzido. Os verbetes selecionados, em sua maioria, estão no masculino e retratam o ambiente das estâncias e coxilhas do Rio Grande do Sul como essencialmente patriarcal, onde temos o gaúcho como herói, viril e destemido, e não temos a definição de *gaúcha*. Também percebemos na análise desses verbetes os efeitos das condições sócio-históricas em que a obra foi produzida. Constatamos aquilo que já nos disse Nunes (2006b), ou seja, que dicionários não são apenas lugar de consulta, como também objetos discursivos.

Embora *Vocabulário Gaúcho* não seja um dicionário, é também um instrumento linguístico, estando ligado diretamente à história e trazendo um discurso sobre a época em que foi produzido. Através dos verbetes que designam sujeitos que constam na obra, podemos visualizar o Rio Grande do Sul patriarcal e dominado por homens. É perceptível a situação de subserviência da mulher gaúcha e tal situação comprovamos ao ler os relatos de Auguste de Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1997), nos quais o viajante francês dá sua visão sobre a mulher gaúcha, comparando as mulheres gaúchas de interior com as mulheres gaúchas da capital Porto Alegre, assim como também nos conta da situação das mulheres indígenas, ou como designa Callage, das *chinas*.

Entendemos que os verbetes selecionados, tão típicos do linguajar gaúcho, fazem com que os sujeitos que os falam em seu dia-a-dia sintam-se pertencentes a esta identidade regional que é o gaúcho e ao estado do Rio Grande do Sul, diferenciando-se assim de outras identidades pertencentes a outras partes do Brasil, ou seja, uma identidade regional que busca diferenciar-se de uma identidade nacional. Neste sentido, entendemos que os sujeitos gaúchos se constituem como tais, devido a fatores históricos, geográficos e também pela língua.

De acordo com Parcianello (2015), “o sujeito falante neste caso enuncia de um lugar histórico-político que a língua lhe propõe deixando no enunciado - o que à forma material da enunciação – as marcas desse lugar e dessa temporalidade em que isso se deu” (p. 121). Assim, em nosso entendimento, Roque Callage é um sujeito que enuncia de um lugar histórico-político que é o Rio Grande do Sul e deixa as marcas das condições históricas e políticas desse lugar em sua obra *Vocabulário Gaúcho*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs apresentar um recorte de verbetes que designam sujeitos, verbetes esses retirados de *Vocabulário Gaúcho*, da autoria de Roque Callage, produzido no ano de 1928. Através da análise destes verbetes típicos do linguajar sul rio-grandense, corroboramos alguns pressupostos teóricos apresentados na presente dissertação. Conforme Nunes (2008c), uma das principais contribuições da HIL é dar aos dicionários e demais instrumentos linguísticos um outro enfoque, ou seja, demonstrar que eles não são apenas lugar de consulta; são também objetos discursivos.

Afinal, que discurso trazem os verbetes selecionados, *bahiano*, *bruáca*, *china*, *chirúa*, *chirú*, *estancieiro*, *gasguita*, *gaúcho* e *morocha*? Entendemos que são palavras revestidas de história, capazes de revelar aspectos sociais e históricos da época em que *Vocabulário Gaúcho* foi produzido, ou seja, suas condições de produção. Conforme os pressupostos teóricos apresentados por Nunes (2010), palavras não são tomadas como algo abstrato; elas são resultantes de relações e história. Ao descrever o gaúcho como aquele que tinha a vida “errante” e “vadia” como a dos indígenas que existiam na República Oriental e Rio Grande do Sul e posteriormente, ainda na mesma designação, definição e descrição de *gaúcho*, como aquele que monta a cavalo com elegância, sendo o tipo que representa a vida das coxilhas e a existência patriarcal das fazendas, notamos o apagamento dos sentidos negativos dando lugar a qualidades do gaúcho. Conforme Petri (2009), o verbo *gaúcho* percorreu uma trajetória na história até ter seus sentidos negativos apagados, passando a remeter a um passado glorioso do gaúcho.

Ao designar *bahiano* como aquele que não tem a mesma habilidade com o cavalo que o gaúcho possui, percebemos a questão do regionalismo, a necessidade que o gaúcho como sujeito tem de diferenciar-se de outras identidades do resto do país. Ao designar o outro que vem de outro estado, descreve seus pontos fracos, enquanto enaltece suas próprias qualidades. Portanto, entendemos que é através da língua, segundo Petri (2010), que há uma manutenção de uma história e de uma identidade dita como gaúcha. Entendemos que isso é também um efeito de preservação e que o vocabulário de Callage é um lugar de memória na língua.

Já *bruáca*, *china*, *chirúa*, *gasguita* e *morocha* são verbetes cujas designações revelam as condições em que viviam as mulheres na época em que *Vocabulário*

Gaúcho foi produzido. Como já dissemos, com exceção de morocha, os outros verbetes selecionados que designam mulheres são poucos e apresentam sentidos pejorativos, o que nos fez refletir sobre a questão da mulher no Rio Grande do Sul. Intrrometidas, despudoradas, mulheres de vida livre. O que isso nos revela sobre a condição das mulheres nesse ambiente de estâncias e coxilhas? Através dos relatos apresentados pelos autores franceses Nicolaus Dreys (1961) e Auguste de Saint Hilaire (1997) em suas passagens pelo Rio Grande do Sul, percebemos algumas particularidades. Dreys (1961) relata que os gaúchos pareciam ter pouca atenção com as mulheres, enquanto Hilaire (1997) descreve as mulheres de interior como “escravas de casa” (p. 40). Ou seja, entendemos que a mulher gaúcha, neste ambiente rural descrito por Callage, estava restrita ao âmbito doméstico.

É esse linguajar típico do Rio Grande do Sul que dá ao sujeito gaúcho seu sentimento de pertença, linguajar esse que, segundo os pressupostos teóricos apresentados por Callage (1928) e Laytano (1981), tem sobretudo a influência do espanhol platino, decorrente da situação geográfica em que o estado faz fronteira com Uruguai e Argentina. Ou seja, é na e pela linguagem, conforme nos diz Benveniste (2005), que o homem tem sua constituição como sujeito. Para Guimarães (2005), línguas são objetos históricos que mantêm relação direta com seus falantes. Como o autor afirma, só existe a língua portuguesa porque existem aqueles sujeitos que falam português. Nesse sentido, entendemos que se há um linguajar gaúcho, é porque existem falantes desse linguajar, que são determinados por essa língua que falam, constituídos também por este espaço de línguas e falantes. E desta forma estão contribuindo para a preservação dessa língua.

Assim, entendemos que *Vocabulário Gaúcho* é uma contribuição de Callage para registrar este linguajar gaúcho, que é elemento importante para a formação de uma identidade regional. Daí a importância dos dicionários regionalistas, a de ajudar a preservar e a registrar falares que não são contemplados pelos dicionários nacionais. Ainda que a obra que compõe nosso corpus não seja um dicionário regionalista e sim um vocabulário, possui funções semelhantes às dos dicionários regionais. As observações feitas por Callage pelas fazendas e charqueadas do Rio Grande do Sul deram origem a *Vocabulário Gaúcho*, obra que acreditamos ter uma relação direta com a história do Rio Grande do Sul, na medida em que as designações trazidas pelos verbetes trazem definições de sujeitos que têm determinados papéis e funções nesse ambiente rural descrito por Callage. Algumas

questões ainda esperam uma resposta e uma maior reflexão, como é o caso da condição da mulher no Rio Grande do Sul. Ao analisarmos as designações trazidas pelos verbetes que designam mulheres nos deparamos com a questão de gênero, questão que optamos em refletir posteriormente, na continuidade deste trabalho.

Para concluir, acreditamos que podemos contribuir para os estudos acerca do gaúcho, de seu linguajar tão característico que o determina como sujeito, assim como esperamos trazer uma reflexão sobre como viviam as mulheres no Rio Grande do Sul no século XX, bem como dar maior visibilidade ao autor santa-mariense Roque Callage, que aparece apenas de maneira discreta em estudos sobre o gaúcho e seu linguajar.

REFERÊNCIAS

Obra analisada: CALLAGE, R. **Vocabulário Gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias: O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 20, p.9-23. 2008.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006.

BISINOTO, L. S. J. Identidade linguística o conceito em discussão. **Línguas e Instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 16, p. 73-86. 2006.

BRANCO, N. L. **Dicionário regionalista e espanhol: uma análise discursiva**. 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/inletras2012/Trabalhos/4616.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BRUM, C.K. Indumentária gaúcha: uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas. In: OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; BRUM, Ceres Karam (Orgs.). **Expressões da Cultura Gaúcha**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 65-96.

BRUM, R. F. **Uma cidade que se conta**. Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30. São Luís: EDUFMA, 2009.

BRUNN, A. **L'auteur, textes choisis & presentes par Alaim Brunn**. Paris: GF Flammarion, 2011.

CARTOLANO, M. T. P. Fontes e Arquivos na Pesquisa Histórico-Educacional. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, v. 8, n. 16, p. 30-37. 2002.

CERVONI, J. **A enunciação**. Trad: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática; 1989.

CHAGAS, N. E. **O discurso sobre o gaúcho: uma análise enunciativa das músicas nativistas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. 2011.

CONDE, D. C. **A alternância da referência do sujeito enunciador como expressão da identidade e seus efeitos de sentido**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.

COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

DELEVATI, D. S; PAIM, Z. M.V. Processo da gramatização: uma reflexão acerca da contribuição dos relatos de viagem para as ciências da linguagem. In: **Anais do X Encontro do CELSUL**. Cascavel, 2012, p. 74-74.

DREYS, N. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1961.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

EIZIRIK, C.L. Psicanálise e cultura: trajetórias e fronteiras. In: MARTINS, M. H. (Org.) **Fronteiras culturais**. São Paulo: Ateliê Cultural. 2002, p. 135-141.

FAGUNDES, A. A. **Cartilha da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins, 1986.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FERREIRA, C; CARDOSO, S. A. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FONTANA, M. G. Z; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 37, v. 3, set.-dez.,p. 89-119. 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1969.

_____. **A ordem do discurso**. 7.ed. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, [1970] 2001.

GUIMARÃES, E. A marca do nome. **Revista RUA**, Campinas, n. 9, p.19-31. 2003.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, Pontes, 1995.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2.ed.Campinas: Pontes, 2005.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e cidadania: O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, p. 3-20

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli [et al]. (Orgs.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethania Mariani [et al]. Campinas: UNICAMP, [1984] 1994. p. 29-54.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. d S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACQUES, J. C. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica**. Santa Maria: UFSM, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI C. **La enunciación de la subjetividad en la lenguaje**. 2. ed. Buenos Aires: Edicial, S.A., 1995.

LAYTANO, D. de. **O linguajar do gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brides, 1981.

MACHADO, P. S. **O gaúcho na história e na linguística**. Porto Alegre; 1996.

_____. Roque Callage – Vida e Obra. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria**, Santa Maria, n. 1. ano 1. 1962.

MARCHIORI, J. N. C. Roque Callage – Autor e obra. In: CALLAGE, R. **Terra gaúcha: cenas da vida rio-grandense**. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 9-15

MACIEL, M. E. S. Considerações sobre gaúchos e colonos. In: CONSTANTINO, N. S. [et al]. **Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1994, P. 31-42.

MARIANI, B. **A colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. Dossiê: **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, jul./dez.,p. 19-34. 2008.

MARTINS, M.T. **Análise discursiva de dicionários infantis de língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto: 2007.

MEDEIROS, V. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. **RUA**. n. 18, v. 2, p. 19-34, 2012

MELO, A. C. A. S. **Internos: designação que marca uma forma de poder**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2011.

NASCIMENTO, A.C. **Designação e referência: a identificação social em expressões que referem o presidente Lula**. Ana Cláudia Nascimento. Dissertação (Mestrado em

Estudos de Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2004.

NEGRONI, M. M. G.; COLADO, M. T. **La enunciación en la lengua de la deixis a la polifonia**. Madrid: Gredos, 2001.

NEUMANN, E. S. A Fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande no Século XVIII. In: In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kuhn; Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Eduardo Santos Neumann. (Org.). **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 25-46.

NUNES, J. H. As palavras, o espaço e a língua: o vocabulário pernambucano. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 12, p. 43-56. 2006a.

_____. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura. (Orgs.). **História social da língua nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008a. p. 353-374.

_____. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras (Taguatinga)**, v. 3, p. 06-21. 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

_____. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006b.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-380.

_____. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 52, p. 81-100. 2008b.

_____. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.p.101-109.

_____. Sobre a noção de dicionário popular. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. XXXV, p. 1028-1032. 2006c. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/6.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias ligüísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, jul./dez., p. 107-124. 2008c.

OLIVEIRA, D. R. **Política de línguas, política de Estado: história, sentido e espaço de enunciação internacional**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e leitura**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001b.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Campinas: Pontes, [1996] 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG, 2009.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Pucinelli (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes, 2001. p. 21-38.

ORNELLAS, M. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Martins Livreira, Porto Alegre, 1999.

PARCIANELLO, J. F. **Reescrituras do político: Língua Italiana x Língua dos Imigrantes**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4.ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al]. Campinas: UNICAMP, [1975] 2009.

PETRI, V. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. **Letras**, Santa Maria, n. 37, jul./dez., p. 227-243. 2008.

_____. Gramatização das línguas e instrumentos lingüísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, p. 23-37, n.29, 2012

_____. **Imagário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Leitura, descrição, interpretação. Texto apresentado no **Seminário Aberto: Leitura, descrição e interpretação**. Campinas, 2011.

_____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 23/24, p. 25-35, 2009.

_____. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

PETRI, V; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 43-66, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, N. R. L. Língua imaginária e língua fluida em prefácios de instrumentos linguísticos: o dicionário nacional e o dicionário regional sul-rio-grandense. **Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista**, v. 3, n. 1, jan./jun., p. 253-271. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/542/625>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ROSA, O. A Formação do Rio Grande do Sul. In: VELLINHO, M. **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia. Universidade do Rio Grande do Sul, v. 2, 1957, p. 16.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SAMPAIO, M. G. C. **A opacidade do sujeito enunciador na construção da escrita**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, 2007.

SARMENTO, N. B. **O gaúcho e sua origem** (étnica e etimológica). Porto Alegre: N.B.S./Evangraf, 2002.

SCHNEIDERS, C. M. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SIVERIS, D. Gramatização da língua portuguesa: entre a manutenção, a alteração e o silenciamento. In: **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Daiane%20Siveris.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SIVERIS, D.; RODRIGUES, N. R. L.; PETRI, V. Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX. In: **IV SEAD - Seminário de estudos em Análise do Discurso 1969-2009: memória e história na/da análise do discurso**, p. 1-7, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/NinaRosaLichtRodrigues.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SOBRINHO, J. S. A língua é o que nos une: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. In: **Anais do Seta**, v. 2, UNICAMP, Universidade de Campinas; SP, p. 495-499, 2008.

SOUSA, R. F. Gramatização, ideologia e as raízes das tecnologias linguísticas. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 44, jun., p. 149-164. 2012.

STURZA, R. E. **Línguas de fronteira e política de línguas**: uma história das ideias linguísticas. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, 2006a.

_____. Vocabulário sul-rio-grandense: De Instrumento Linguístico à Constituição de um Discurso Fundador. **Letras e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 18, jul./dez., p. 101-121. 2006b.

TATSCH, J. O linguajar gaúcho de Dante de Laytano: Um espaço de produção linguística no Rio Grande do Sul. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU** Nilópolis, v. 3A, n. 3, set.-dez., p. 101-110, 2012.

_____. **O funcionamento semântico-enunciativo da língua espanhola nas tiras do Tapejara**: uma representação da linguagem gauchesca. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Os recados das festas**: representações e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

TRUJILLO, A. M. A gramatização como processo de preservação da linguagem. Dossiê (1). **Revista Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 11, ano 9, p. 1-18. 2010. Disponível em:
<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num11/dossie/palimpsesto11_dossie01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

VERISSIMO, E. Um romancista apresenta sua terra. In: **Rio Grande do Sul, terra e povo**. Porto Alegre; Globo, 1969.